

Letras Vernáculas

MÓDULO 4 - VOLUME 2

 UESC  EaD

Gessilene Silveira
Kantchack



SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA

LETRAS VERNÁCULAS

SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA





**Universidade Estadual
de Santa Cruz**

Reitor

Prof. Antonio Joaquim da Silva Bastos

Vice-reitora

Prof^ª. Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Pró-reitora de Graduação

Prof^ª. Flávia Azevedo de Mattos Moura Costa

Diretor do Departamento da Letras e Artes

Prof. Samuel Leandro Oliveira de Mattos

Ficha Catalográfica

L649 Letras Vernáculas: sintaxe da língua portuguesa – EAD –
UESC, [módulo 4, volume 2] / Elaboração de conteúdo: Gessilene Silveira Kanthack. – [Ilhéus, BA] :
EDITUS, [2011].
187 p. : il.

ISBN: 978-85-7455-226-2

1. Língua portuguesa - Sintaxe. I. Kanthack, Gessilene Silveira. II. Título: Sintaxe da língua portuguesa.

CDD 469.5

Letras Vernáculas

EAD . UAB | UESC

Coordenação UAB – UESC

Prof^ª. Dr^ª. Maridalva de Souza Penteadó

Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Vernáculas (EAD)

Prof^ª. Msc. Eliuse Sousa Silva

Elaboração de Conteúdo

Prof^ª. Dr^ª. Gessilene Silveira Kanthack

Instrucional Design

Prof^ª. Msc. Marileide dos Santos de Olivera

Prof^ª. Msc. Cibele Cristina Barbosa Costa

Prof^ª. Msc. Cláudia Celeste Lima Costa Menezes

Revisão

Prof^ª. Msc. Sylvia Maria Campos Teixeira

Coordenação de Design

Prof^ª. Msc. Julianna Nascimento Torezani

Diagramação

Jamile A. de Mattos Chagouri Ocké

João Luiz Cardeal Craveiro

Capa

Sheylla Tomás Silva

Sumário

UNIDADE I: SINTAXE À LUZ DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

| | |
|--------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 13 |
|--------------------|----|

AULA 1

SINTAXE: OBJETO DE ESTUDO E PERSPECTIVA GRAMATICAL

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 DEFININDO O OBJETO DE ESTUDO DA SINTAXE..... | 18 |
| 3 AFINAL, DE QUAL GRAMÁTICA E DE QUAIS REGRAS ESTAMOS FALANDO? | 22 |
| 4 A GRAMÁTICA NORMATIVA É DESCRITIVA?..... | 25 |
| 4.1 Análise sintática: um tipo de descrição | 25 |
| 4.2 As regras sintáticas: prescrição X realidade | 27 |
| ATIVIDADES | 29 |
| RESUMINDO | 31 |
| REFERÊNCIAS | 32 |

AULA 2

CLASSES E FUNÇÕES

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 37 |
| 2 A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS | 38 |
| 2.1 A classificação tradicional: alguns problemas | 40 |
| 3 FUNÇÕES: UMA NOÇÃO RESULTANTE DE RELAÇÕES | 42 |
| 4 CLASSES E FUNÇÕES: DIFERENÇAS | 44 |
| 4.1 Relação paradigmática x relação sintagmática: <i>relembrando Saussure</i> | 46 |
| ATIVIDADES | 48 |
| RESUMINDO | 51 |
| REFERÊNCIAS | 52 |

AULA 3

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE I

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 57 |
| 2 O <i>SUJEITO GRAMATICAL</i> E SUAS CONCEITUAÇÕES: PRESCRIÇÃO X PRÁTICA | 58 |
| 3 O PREDICADO VERBAL: A QUESTÃO DA TRANSITIVIDADE | 60 |
| 3.1 A transitividade verbal na "prática" | 61 |
| ATIVIDADES | 65 |
| REFERÊNCIAS | 67 |
| RESUMINDO | 67 |

AULA 4

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE II

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 73 |
| 2 A ORAÇÃO E OS SEUS TERMOS: UMA DISTRIBUIÇÃO INCOERENTE | 74 |
| 2.1 Os termos essenciais..... | 74 |

| | |
|---|----|
| 2.2 Os termos integrantes | 75 |
| 2.3 Os termos acessórios | 75 |
| 3 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: PROCESSOS SINTÁTICOS FUNDAMENTAIS PARA A FORMAÇÃO DAS SENTENÇAS..... | 77 |
| 3.1 Coordenação ou parataxe: relações de independência? | 78 |
| 3.2 Subordinação ou hipotaxe: relação de dependência? | 79 |
| ATIVIDADE | 81 |
| RESUMINDO | 84 |
| REFERÊNCIAS | 85 |

UNIDADE II: SINTAXE À LUZ DA GRAMÁTICA GERATIVA

| | |
|--------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 87 |
|--------------------|----|

AULA 5

GRAMÁTICA GERATIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS BÁSICOS

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 91 |
| 2 LINGUAGEM: UMA FACULDADE INERENTE AO SER HUMANO | 92 |
| 2.1 Língua: um sistema de representação mental..... | 93 |
| 2.2 Gramática interiorizada: evidências..... | 95 |
| 2.3 Competência X desempenho | 97 |
| ATIVIDADES | 101 |
| RESUMINDO | 102 |
| REFERÊNCIAS | 103 |

AULA 6

GRAMÁTICA GERATIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DE UM MODELO CHAMADO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 107 |
| 2 MODELO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS: PRESSUPOSTOS BÁSICOS | 108 |
| 2.1 A noção de <i>princípio</i> | 109 |
| 2.2 A noção de <i>parâmetro</i> | 111 |
| 2.3 A aquisição da linguagem nesse novo modelo..... | 114 |
| 3 A SINTAXE NA TEORIA GERATIVA: O CENTRO DE ANÁLISE DE UMA LÍNGUA..... | 115 |
| ATIVIDADES | 119 |
| RESUMINDO | 120 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

AULA 7

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA SENTENÇA: COMEÇANDO A COMPREENDER "SINTAXE" A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FORMAL

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 125 |
| 2 ESTRUTURA DE CONSTITUINTES..... | 126 |
| 2.1 Evidências para a estrutura de constituintes | 130 |
| 2.1.1 Topicalização | 130 |
| 2.1.2 Clivagem | 131 |
| 2.1.3 Passivização | 132 |

| | |
|------------------------------------|-----|
| 2.1.4 Fragmentos de sentenças..... | 132 |
| 2.1.5 Pronominalização..... | 133 |
| 2.1.6 Elipse..... | 134 |
| ATIVIDADES..... | 134 |
| RESUMINDO..... | 138 |
| REFERÊNCIAS..... | 139 |

AULA 8
OS SINTAGMAS: TIPOS E PROPRIEDADES

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 143 |
| 2 SINTAGMA: UMA CLASSE LIMITADA..... | 144 |
| 2.1 O sintagma nominal..... | 146 |
| 2.2 O sintagma verbal..... | 148 |
| 2.3 O sintagma adjetival..... | 149 |
| 2.4 O sintagma preposicional..... | 149 |
| 2.5 O sintagma adverbial..... | 150 |
| ATIVIDADES..... | 151 |
| RESUMINDO..... | 153 |
| REFERÊNCIAS..... | 154 |

AULA 9
A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS: APRENDENDO A
"PLANTAR ÁRVORES" - PARTE I

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 159 |
| 2 OS CONSTITUINTES SINTÁTICOS: REPRESENTAÇÕES EM "ÁRVORES"..... | 160 |
| 2.1 Entendendo as regras básicas para a representação das sentenças..... | 161 |
| 2.2 Conhecendo algumas estruturas dos sintagmas..... | 167 |
| 2.2.1 O sintagma nominal..... | 167 |
| 2.2.2 O sintagma adjetival..... | 168 |
| 2.2.3 O sintagma verbal..... | 169 |
| 2.2.4 O sintagma preposicional..... | 170 |
| 2.2.5 O sintagma adverbial..... | 171 |
| ATIVIDADES..... | 173 |
| RESUMINDO..... | 174 |
| REFERÊNCIA..... | 174 |

AULA 10
A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS ESTRUTURALMENTE AMBIGUAS:
APRENDENDO A "PLANTAR ÁRVORES" - PARTE II

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 179 |
| 2 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL..... | 180 |
| 3 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL: REPRESENTAÇÕES EM "ÁRVORES"..... | 181 |
| ATIVIDADES..... | 186 |
| RESUMINDO..... | 186 |
| REFERÊNCIAS..... | 187 |

Sobre a autora

Prof^a. Dr^a. Gessilene Silveira Kanthack

Graduada em Letras, pela Universidade Federal de Viçosa-MG (UFV); Mestre e Doutora em Linguística (área de sintaxe), pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e atua no Curso de Letras e no Curso de Pós-Graduação em Letras: *Linguagens e Representações*.

DISCIPLINA

SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Prof^a. Dr^a. Gessilene Silveira Kanthack

Ementa

Sintaxe em diferentes teorias linguísticas. Análise linguística de aspectos sintáticos do português. Organização e estruturação das orações do português. Sintaxe da oração e sintaxe do texto. Sintaxe e outros níveis linguísticos. Análise crítica dos conceitos da gramática normativa em confronto com a realidade da comunicação linguística.

SINTAXE À LUZ DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

APRESENTAÇÃO

As quatro aulas que compõem esta primeira unidade têm como objetivo principal apresentar fatos sintáticos da língua portuguesa, descritos e analisados conforme pressupostos da Gramática Tradicional, no sentido de destacar problemas diversos que refletem diretamente no ensino de sintaxe, tornando-o, muitas vezes, “um bicho de sete cabeças”.

A priori, vale destacar a importância da descrição normativa para os estudos de uma língua, pois é a partir desse tipo de prática que podemos promover reflexões sobre os usos reais que o falante faz de sua língua. Enquanto estudiosos de uma língua, temos de reconhecer o papel e a relevância da abordagem tradicional, sem, contudo, deixar de lado, as contribuições que as pesquisas linguísticas têm proporcionado para a compreensão e o funcionamento da linguagem.

E, aqui, cabe um conselho: ao ensinar sintaxe, ou qualquer outra disciplina, você deve estar consciente dos pontos positivos e negativos da abordagem escolhida “e que isso depende de modo fundamental de sua visão dos fatos – o que por sua vez depende de treinamento em observação, coleta e sistematização dos dados da língua” (PERINI, 2006, p. 12). Em outras palavras, seja qual for a abordagem, você deve “saber” *observar, analisar, interpretar e refletir* sobre os postulados e os dados em questão. É isso, portanto, que procuraremos fazer ao longo de nossas aulas. Que sejam discussões proveitosas!

SINTAXE: OBJETO DE ESTUDO E PERSPECTIVA GRAMATICAL

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- definir o objeto de estudo da sintaxe;
- reconhecer que a sintaxe é um dos componentes gramaticais e um dos níveis de análise linguística de uma língua;
- diferenciar tipos de gramáticas;
- apontar “falhas” no ensino tradicional de sintaxe.



AULA 1

SINTAXE: OBJETO DE ESTUDO E PERSPECTIVA GRAMATICAL

1 INTRODUÇÃO

Certamente, você já tem consciência da importância de uma ciência como a Linguística, que muito tem contribuído para a compreensão da natureza e do funcionamento da linguagem humana. Nesta disciplina, você conhecerá um pouco do que essa ciência tem proporcionado para explicar um dos níveis de análise de uma língua: *o nível da sintaxe*.

Particularmente, nesta aula, você conhecerá o objeto de estudo da disciplina "sintaxe", como também terá a oportunidade de refletir sobre o **ensino** tradicional dessa disciplina, que, muitas vezes, é encarada como um "bicho de sete cabeças", dada a postura metodológica adotada por professores que têm como suporte apenas as gramáticas tradicionais.

Sobre o **ensino** de sintaxe, vale destacar aqui as palavras de Ignácio (1993, p. 45-36):

Não é de agora que a *análise sintática*, da maneira como é tradicionalmente concebida e ensinada, tem se constituído num terror para os alunos. Paradoxalmente, o seu ensino tem servido para provocar a aversão pelo estudo da língua ou para fomentar o preconceito de que 'a nossa língua é a mais difícil de todas'. Esse fato, naturalmente, não se verifica por causa da matéria em si, mas graças aos métodos pedagógicos utilizados para o seu ensino. Quando deveria ser o mais importante subsídio para a compreensão e desempenho da língua escrita, tem sido, por um lado, um mero instrumento revelador de talentos privilegiados; por outro lado, um inibidor daqueles que realmente dela necessitam para melhorar o desempenho da língua.

2 DEFININDO O OBJETO DE ESTUDO DA SINTAXE

Conforme Berlinck *et al* (2005),

(...) a **Sintaxe** como disciplina lingüística independente data apenas do final do século XIX (...). Um dos primeiros indícios do interesse específico pelos fenômenos sintáticos está no trabalho de John Ries, *Was ist Syntax?* (O que é sintaxe?) de 1894. No entanto, é sobretudo a partir das idéias do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, no início do século XX, e das várias aplicações e desenvolvimentos que delas fizeram seus seguidores que a Sintaxe foi adquirindo o estatuto de disciplina autônoma (p. 209).

Em Linguística I, você conheceu os objetos de estudo dessas disciplinas. Vamos lembrar! **Fonética** e **Fonologia** são disciplinas que estudam os sons de uma língua. A primeira se preocupa, basicamente, em descrever e analisar os sons (fones) do ponto de vista da produção (articulatória, auditiva e acústica); a segunda estuda os sons (fonema) do ponto de vista de sua função, dos aspectos interpretativos. **Morfologia** tem como objeto de estudo o morfema. Ela descreve e analisa a combinação de morfemas na formação de unidades maiores, como a palavra, por exemplo. A **Semântica** é uma disciplina que se preocupa com o significado das palavras, das expressões, dos enunciados etc. (CAGLIARI, 1997). Essas disciplinas, ao lado da lexicologia (que tem como objetivo o estudo do vocabulário, das palavras que formam o léxico, compreendido como um repositório das informações idiossincráticas da língua) fazem parte do “núcleo duro” (do inglês *hard-core*) da linguística. Conforme Weedwood (2002), essas disciplinas que compõem esse núcleo (denominado de microlinguística) “representam boa parte do conjunto mais antigo e tradicional de estudos da linguagem: basta ver que boa parte da terminologia técnica empregada na microlinguística (...) remonta aos estudos lingüísticos da Antigüidade Greco-romana” (p. 12).

Tradicionalmente, **sintaxe** (do grego *syn-taxis* – ordem, disposição) corresponde a um dos níveis de análise de uma língua, que tem como objetivo principal descrever as regras responsáveis pela formação de uma sentença. Trata-se de uma das ramificações da Linguística que, ao lado da **fonética**, da **fonologia**, da **morfologia** e da **semântica** (disciplinas que compõem o chamado “núcleo duro” dessa ciência), se preocupa, basicamente, em compreender a organização e o funcionamento das estruturas e os diversos fenômenos gramaticais que caracterizam as línguas naturais. Essas disciplinas dão conta “da estrutura interna de uma língua – aquilo que a distingue das outras línguas do mundo, e que não decorre diretamente de condições da vida social ou do conhecimento do mundo” (PERINI, 1996, p. 50).

Embora cada uma dessas disciplinas tenha o seu objeto específico de análise (que pode ser estudado sob diferentes pontos de vistas), é importante destacar que elas tratam de níveis que atuam em conjunto, possibilitando a formação das sentenças de uma língua. Para entender isso, vamos a um exemplo:

(1) José gosta de doce.

Analisando, primeiro, a palavra “José”, você deve notar que há uma regra que obriga o falante, primeiramente, a pronunciar a sílaba jo e depois, se. A propósito da primeira sílaba, também há uma regra que determina a ocorrência, primeiro, da consoante j e depois, da vogal o, que pode tanto ser pronunciada como [o] ou como [u]. Já em “gosta”, você deve observar que a vogal o não é pronunciada como [u]. Percebeu? Sobre a vogal e, em “José”, ela é pronunciada de forma aberta [é]; em “de” e “doce”, ela pode ser

mais fechada [i]. Estou certa? Então, nesses casos, estamos falando de regras fonético/fonológicas (envolvendo aí a menor unidade da estrutura linguística, o *fonema*).

Ainda em relação a 1, você pode analisar a composição interna das palavras. Por exemplo, a palavra “gosta” é formada por mais de um elemento (e agora estamos falando do *morfema*): gost + a. A primeira forma aparece também em outras palavras: “gosto”, “gostaram”, “gostinho”, “gostosura”, “gostosa” etc. A segunda forma, “a”, ocorre em “ama”, “chama”, “anda” etc. Nesse nível de composição, há regras que impedem, por exemplo, as construções de 2:

- (2) a. *José gosteu de doce.
b. *José gostiu de doce.

A propósito, essas estruturas são rejeitadas por qualquer falante do português, visto que há violação de regras morfológicas: eu não constitui unidade com gost, embora a constitui com formas como “beber” (bebeu) e “comer” (comeu), por exemplo. Do mesmo modo, iu não combina com gost, embora combine com “partir” (partiu) e “sorrir” (sorriu), por exemplo.

Você também pode analisar a frase em 1 considerando a combinação entre as palavras. Por exemplo, você deve perceber que há uma relação entre “José” e o verbo “gostar”. Se você substituir “José” pelo pronome “ele”, a combinação não é alterada. Por outro lado, se for substituído por “eles”, terá que alterar a forma do verbo: “gostam”. Deve notar, também, que a posição que “José” ocupa em relação ao verbo é determinante para a função que ele desempenha na frase: a de sujeito. É o “José” quem gosta, e não “o doce”.

Falando ainda desse nível de análise, você deve observar uma relação entre o verbo e o objeto (de doce). Quer uma prova disso? Veja 3:

- (3) *José gosta o doce.

Você nota que a preposição “de” é fundamental nessa relação? Ou seja, o verbo “gostar” impõe restrições seletivas quanto ao tipo de complemento, seja ele um objeto, como em 3, seja ele um sujeito, como você pode ver em 4:

- (4) *A pedra gosta de doce.

Embora esta sentença não apresente problemas de organi-

O asterisco (*) é usado para indicar que a sentença é agramatical (impossível de ser produzida pelo falante), como ilustram os exemplos em 2. Por outro lado, quando a sentença não apresenta nenhum tipo de problema, dizemos que é gramatical. Guarde bem essas duas palavras: *gramatical* e *agramatical*, pois elas são muito usadas na sintaxe! Mais adiante, explicaremos melhor sobre essas duas noções.

zação estrutural (observe que tem a mesma forma de 1), ela simplesmente não é produzida (a não ser em um mundo imaginário, no caso de uma fábula, por exemplo), pois há incompatibilidade entre a “pedra” e o verbo “gostar”. Estamos, neste caso, falando de outro nível: o da semântica. É esse nível o responsável pela interpretação da sentença.

Percebeu a quantidade de regras que o falante recorre para a construção de uma sentença? Exemplificamos, aqui, algumas regras resultantes da articulação dos vários níveis na formação de uma frase. No entanto, podemos estudar, em separado, cada um deles, observando cada uma das regras que são aplicadas. Daí a razão de se ter as disciplinas: *fonética*, *fonologia*, *morfologia*, *sintaxe* e *semântica*. Em cada uma delas, você tem a oportunidade de estudar, a partir de diferentes recortes e perspectivas teóricas, os seus objetos específicos de investigação.

Nesta disciplina, você estudará, em particular, as regras que caracterizam a sintaxe, o nível responsável pela formação das sentenças de uma língua. É esse nível que determina as regras para a construção de 5a, e que impossibilita 5b:

- (5) a. Ilhéus tem praias muito bonitas.
b. * bonitas tem muito Ilhéus praias.

É, também, por meio desse nível que podemos explicar as sentenças abaixo:

- (6) a. João comprou um carro novo.
b. Um carro novo, João comprou.
c. Comprou um carro novo, João.
d. Comprou João um carro novo.

Certamente, você avaliará a primeira sentença (6a) como sendo a mais natural, a chamada ordem direta (sujeito + verbo + objeto). As outras sentenças (na ordem indireta), embora tenham julgamentos variáveis, também são possíveis. Mesmo alterando a ordem, quem compra o carro novo é “João”. E por que fazemos essa leitura e não outra? Porque temos em 6 a aplicação de regras que permitem a formação de algumas unidades, restringindo as relações entre elas. Por exemplo: você deve notar que em “um carro novo” há uma relação estreita entre as palavras, já que elas ocorrem juntas e sempre na mesma ordem: artigo + substantivo + adjetivo. Mesmo alterando a ordem da sentença (6b-d), a unidade permanece intacta. Também,

como você já sabe, há uma relação entre “João” e “comprar”, explicitada pela concordância verbal.

A propósito da ordem, ou seja, da forma como as palavras se combinam para gerar as sentenças, ela é fundamental para a constituição do significado. Para entender isso, veja 7:

- (7) a. O cachorro correu atrás do gato.
b. O gato correu atrás do cachorro.

Embora essas duas frases tenham as mesmas classes de palavras (artigo + substantivo + verbo + advérbio + preposição + substantivo) e apresentem a mesma estrutura sintática (sujeito + predicado), você reconhece que elas não significam a mesma coisa. A mudança de posição das palavras “cachorro” e “gato” alterou completamente o significado. O falante tem consciência de que em 7a é “o gato” que “está em apuros”, e de que, em 7b, é “o cachorro”. Ou seja, alterando a ordem desses elementos, troca-se também o papel de cada um na interpretação da sentença.

É por meio da sintaxe que, também, explicamos as sentenças abaixo:

- (8) a. Ontem, João viu Maria.
b. Ontem, João a viu.
c. Ontem, João viu ela.
d. Ontem, João viu ∅.

Como você pode ver, em se tratando do objeto direto (selecionado pelo verbo transitivo direto), o falante pode representá-lo de diferentes formas: por meio do sintagma (que será definido e aprofundado mais adiante) “Maria”; do clítico “a” (que você já sabe que se trata do pronome átono); do pronome tônico “ela”; e do objeto nulo (que corresponde ao apagamento do objeto). Independentemente dos julgamentos que se fazem a respeito dessas sentenças, elas são produzidas em diversas situações.

Bem, exemplificamos, até agora, algumas regras usadas para a formação de sentenças. Com essa pequena descrição, você já deve ter notado que é a *sentença* o objeto de estudo da sintaxe (mais adiante verá que a sintaxe pode se ocupar de unidades menores – os chamados sintagmas). Descrever

Numa descrição em que o objetivo é apresentar diferentes estruturas produzidas pelos falantes de uma língua, saiba que não são pertinentes noções do tipo “certo” e “errado”, que você conhece bem. Por exemplo, a propósito de 8, você sabe que, pela perspectiva da gramática normativa, 8c é totalmente errada, sendo 8a e 8b as estruturas consideradas corretas. Quanto à estrutura de 8d, em que está evidente o objeto nulo, não há previsão de sua ocorrência na descrição tradicional. Nesta, há previsão de que o sujeito possa ser nulo; já, quanto ao objeto, isso não acontece. No entanto, você já sabe que pesquisas sociolinguísticas revelam que essa é uma das formas mais usadas na língua portuguesa. A propósito, vale lembrar sobre o uso variável do objeto consultando o artigo de Oliveira (2007), disponível no endereço: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/9/artigos/revel_9_objeto_direto_nulo.pdf>

e explicar as regras para a formação das sentenças é, portanto, um dos principais objetivos dessa disciplina, caracterizada como um dos componentes da GRAMÁTICA, que põe à disposição do falante um conjunto de regras que o habilitam “a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua” (POSSENTI, 1998, p. 69).

3 AFINAL, DE QUAL GRAMÁTICA E DE QUAIS REGRAS ESTAMOS FALANDO?

Sobre a especificação de GRAMÁTICA, vale destacar aqui a opinião de Neves (2008, p. 29):

Toda vez que se fala em ‘gramática’ é necessário especificar-se muito claramente de que é que se está falando, exatamente. É possível ir desde a idéia de gramática como ‘mecanismo geral que organiza as línguas’ até a idéia de gramática como ‘disciplina’, e, neste último caso, não se pode ficar num conceito único, sendo necessária uma incursão por múltiplas noções, já que são múltiplos os tipos de ‘lições’ que uma gramática da língua pode fornecer.

Em outras palavras, você precisa ter muito clara a noção do que seja GRAMÁTICA, dadas as diferentes perspectivas teóricas (seja de um modelo normativo, seja de um não-normativo) que temos a nossa disposição para explicarmos os fatos de uma língua.

A essa altura do curso, certamente, você já sabe que, quando falamos em GRAMÁTICA, não necessariamente devemos pensar em gramática normativa, aquele compêndio que apresenta um “conjunto de regras que devem ser seguidas” (POSSENTI, 1998, p. 64). Para esta gramática, a regra é concebida como uma lei, que deve ser obedecida. Se o falante a usa, ele é considerado “um bom falante”, pois obedece às normas prescritas para o bem falar e escrever. Conforme Travaglia (2000), essa gramática dita

(...) normas para a ‘correta’ utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira (...) é mais uma espécie de lei que regula o uso da língua em sociedade (p. 30-31).

Infelizmente, em nossa tradição escolar, vigora essa concepção de gramática. Por exemplo, saber sintaxe implica em reconhecer: todas as classes gramaticais e funções sintáticas das palavras; todas as regras de colocação dos termos na oração; todas as regras responsáveis pela concordância e regência (verbal e nominal); todos os tipos de sentenças (coordenadas e subordinadas); todas as figuras de sintaxe... Enfim, o “bom falante” da língua portuguesa tem de saber tudo isso e muito mais!!!

Todavia, você tem conhecimento de que muitos falam uma língua sem nunca mesmo ter frequentado um banco escolar. E, se falam, é porque sabem muito bem o que seja “regra”, um aspecto

do **conhecimento** linguístico que tem propriedade sistemática. Por exemplo, na seção acima, você viu que, para a formação de uma sentença, o falante não organiza as palavras de forma aleatória. Há regras que determinam a constituição das unidades que vão assumir funções conforme as posições que ocupam na sentença. Isso qualquer falante sabe! Lembra do contraste ilustrado em 5?

- (5) a. Ilhéus tem praias muito bonitas.
b. * bonitas tem muito Ilhéus praias.

Você não encontrará nenhum falante da língua portuguesa produzindo a estrutura de 5b. Poderá até observar algum tipo de violação, como a que temos em 9,

- (9) Ilhéus tem praias muito bonita.

ou seja, a falta de concordância entre o nome “praias” e o adjetivo “bonita”, mas que não interfere na constituição do significado da sentença. Lembra também do objeto direto? Retomemos os exemplos:

- (8) a. Ontem, João viu Maria.
b. Ontem, João a viu.
c. Ontem, João viu ela.
d. Ontem, João viu ∅.

O falante pode não usar as quatro possibilidades de representação do objeto, mas, com certeza, ele sabe que um verbo como “ver” licencia um objeto, seja numa forma explícita (8a; 8b; 8c) ou não (8d). Regra semelhante também se aplica ao sujeito, como você pode observar em 10, abaixo:

- (10) a. João saiu apressado, pois João não queria perder o avião.
b. João saiu apressado, pois ele não queria perder o avião.
c. João saiu apressado, pois ∅ não queria perder o avião.

Assim como o objeto direto, o sujeito pode ser representado por formas explícitas (10a) e (10b) ou pelo chamado sujeito nulo (10c). Ou seja, 8 e 10 ilustram um fato bastante comum na língua portuguesa: realizar foneticamente ou não determinado elemento

Esse tipo de **conhecimento** a que estamos nos referindo, Perini (2005) o chama de *implícito* “que não é fruto de instrução recebida na escola” (p.13), mas que foi adquirido de forma natural e espontânea, “da mesma maneira informal pela qual adquirimos a habilidade de andar: uma parte por imitação e uma parte através de capacidades mais ou menos específicas que herdamos como dotação genética” (p. 14).

sintático. Trata-se de uma regra a qual o falante recorre conforme as necessidades de comunicação.

Conhecimentos desse tipo fazem parte da chamada gramática internalizada, definida como o “conjunto de regras que o falante domina” (POSSENTI, 1998, p. 69). Nesta concepção, regra corresponde à regularidade e não tem conotação valorativa. Segundo esse autor, “seguir uma ou outra regra não indica menor ou maior inteligência, maior ou menor sofisticação mental ou capacidade comunicativa” (p. 74). Em outras palavras, o falante que produz 8c, forma não recomendada pela gramática normativa, não é menos inteligente que quem produz 8b. A diferença está apenas na representação do objeto. Cada um desses falantes tem à disposição um conjunto de regras que é acionado conforme as circunstâncias. Se se trata de um falante que nunca frequentou uma escola, e que não conhece bem a chamada língua culta, certamente acionará a regra ilustrada em 8c, e não aquela ilustrada em 8b; regra esta que se espera, normalmente, de um falante que tem o conhecimento da prescrição tradicional.

Bem, como você viu, falamos de dois tipos de gramática: normativa e internalizada. Ao lado destas, encontramos também a chamada gramática descritiva, definida por Possenti como o “conjunto de regras que são seguidas” (p. 65). Segundo ele, é essa gramática “que orienta o trabalho dos lingüistas, cuja preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão ‘regras que são seguidas’” (p. 65).

Segundo Perini (1976), a gramática descritiva é resultante da observação direta do que se diz ou se escreve na realidade. Ao linguista, cabe o papel de descrever e explicar (por meio de uma teoria) as regras responsáveis pelo funcionamento da língua. Nenhum dado linguístico deixará de ser considerado na descrição, pois o pressuposto básico é: se é produzido, é porque o falante tem conhecimento sistemático de regras. Portanto, compreender e explicar o funcionamento dessas regras é o que motiva, basicamente, os linguistas a empreenderem diferentes propostas, como, por exemplo, a que você conhecerá nesta disciplina: a da gramática gerativa. Antes de apresentá-la a você, terá a oportunidade de refletir, um pouco, sobre o que a perspectiva tradicional nos oferece sobre o funcionamento da linguagem no que diz respeito à sintaxe da língua portuguesa e aos fenômenos que a envolvem.

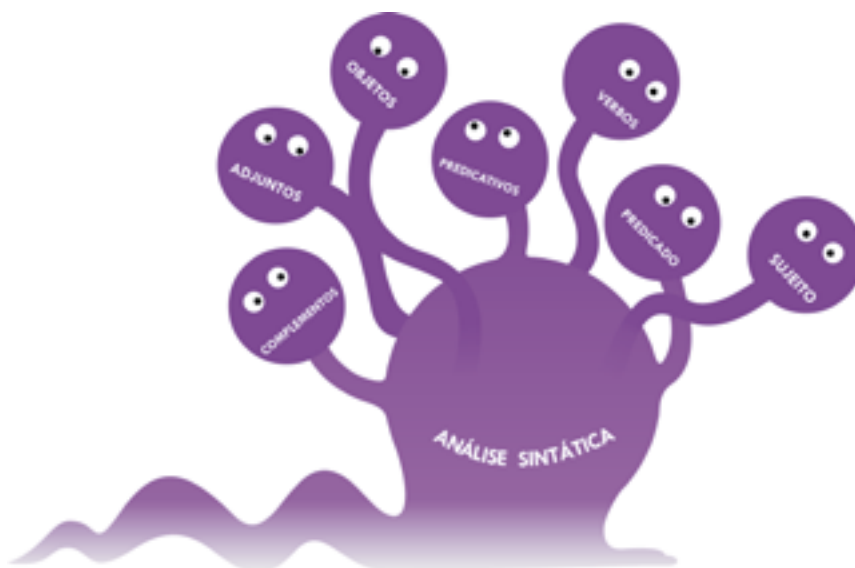
4 A GRAMÁTICA NORMATIVA É DESCRITIVA?

Como você já sabe, a gramática normativa é **prescritiva**, pois determina o que deve ser usado, pelos falantes, para falar e escrever corretamente a língua. É também descritiva; porém, tem em vista apenas uma modalidade da língua, a variedade padrão/culta. Resta, agora, saber como se caracteriza a descrição tradicional.

Basicamente, ela é feita a partir de um conjunto variado de nomenclaturas, de regras, de definições, de exemplos que não são de usos reais etc. Por exemplo, com relação à sintaxe, além de você reconhecer as diferentes classes e subclasses a que pertencem as palavras, precisa também saber identificar as funções sintáticas desempenhadas por elas. E, para isso, necessita recorrer, na maioria das vezes, a noções semânticas, que estão presentes nas definições apresentadas por ela. Para entender o que estamos falando, vamos fazer, na próxima seção, uma típica análise sintática tradicional.

4.1 Análise sintática: um tipo de descrição

Certamente, você deve se lembrar das atividades tradicionais que têm como foco a análise sintática de uma sentença, considerada, por muitos, “um bicho de sete cabeças”:



No que diz respeito à **prescrição**, veja o que argumenta Neves (2008, p. 56):

O tema prescrição é tabu entre os lingüistas. Constituindo naturalmente um dos tópicos necessários da atividade metalingüística (inaugurada pela ciência lingüística), entretanto a prescrição sempre foi alijada das discussões dos lingüistas, a não ser para dizer-se que a questão é sociocultural, e não lingüística.

Ora, vejamos. Nas nossas culturas ocidentais modernas, antes do advento da ciência lingüística, a prescrição era simplesmente uma prática: produziam-se as obras (as gramáticas) para estabelecer-se a norma, que, independentemente do discurso adotado (...), constituía o modelo a ser seguido.

Como você deve ter consciência, a prescrição continua sendo uma prática em nossas escolas, mesmo que os professores já tenham conhecimento de outras gramáticas.

Sobre as **classes** de palavras, saiba que elas são necessárias para podermos falar da língua. Ou seja, sem uma metalinguagem (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, pronome, preposições, sujeito, predicado, oração ativa, oração passiva, oração subordinada, oração coordenada etc.) não temos como descrever, com um mínimo de economia, os fenômenos que caracterizam as línguas. Aprofundaremos, na próxima aula, sobre essa temática. Aguarde!

Relembrando um pouco, para uma sentença como 11,

(11) Maria visitou um amigo de infância.

primeiro, você deve reconhecer a **classe** de cada uma das palavras:

Maria (substantivo);
visitou (verbo);
um (artigo);
amigo (substantivo);
de (preposição);
infância (substantivo).

Para fazer essa classificação, você necessita recorrer às definições dadas a cada uma dessas classes. Por exemplo: precisa saber que um *substantivo* “é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 171); que um *verbo* é “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (p. 367); que as *preposições* são “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) explicado ou complementado pelo segundo (conseqüente)” (p. 542); e assim por diante. Nessa primeira etapa, em que o objetivo é reconhecer as classes gramaticais, o que se tem, na verdade, é uma descrição morfológica.

Na segunda etapa, você deve identificar as funções sintáticas:

Maria (sujeito);
visitou um amigo de infância (predicado);
visitou (verbo transitivo direto);
um amigo de infância (objeto direto);
de infância (predicativo do objeto direto).

Novamente, para fazer isso, você recorre às conceituações. Precisa saber o que é um sujeito, um predicado, um verbo transitivo, um objeto, um predicativo. Você nota que o que está em jogo é um critério semântico? E o sintático, já que se trata de análise sintática?

Pois bem, esse critério está explícito na ordenação e combinação dos elementos. O sujeito (que é também o núcleo) é o

Você já deve ter ouvido falar em *morfossintaxe*. Estou certa? Pois bem, o tipo de descrição que apresentamos aqui é nomeado de “descrição morfossintática” (daí o termo “morfossintaxe”), pois, como você viu, é um misto de análise morfológica e de análise sintática. No entanto, viu também que a semântica se faz presente na análise tradicional. Portanto, o termo “morfossintaxe” se torna incoerente diante da análise sintática tradicional.

elemento que está em relação de concordância com o verbo (que é o núcleo do predicado verbal); o objeto sem a presença de uma preposição corresponde ao complemento do verbo transitivo direto; o predicativo do objeto mantém, por meio da preposição, uma relação estreita com o núcleo do objeto. Observe que, agora, estão em jogo relações de natureza estritamente formal (que dizem respeito à forma das palavras que compõem a frase).

Você deve ter percebido que, por essa descrição tradicional, temos uma mistura de noções que correspondem a diferentes âmbitos de uma gramática. Ou seja, descrever sintaticamente uma sentença não pressupõe apenas reconhecer noções sintáticas, mas também noções de natureza morfológica e semântica. E não para por aí! Saber fazer análise sintática, nessa perspectiva, implica também em reconhecer e aplicar as regras sintáticas prescritas.

4.2 As regras sintáticas: prescrição X realidade

Dada a natureza dinâmica de uma língua, não podemos deixar de reconhecer que as regras sintáticas (assim como as que envolvem outros níveis) estão sempre sujeitas a mudanças. Todavia, esse princípio nem sempre é considerado pela descrição tradicional. Por exemplo, em se tratando de colocação pronominal, ela determina regras do tipo as que ilustramos nos contrastes abaixo:

- (12) a. Empr^{est}e-me o seu livro de sintaxe .
 b. * Me empr^{est}e o seu livro de sintaxe.
- (13) a. O aluno veio interromper-me durante o seminário.
 b.* O aluno veio me interromper durante o seminário.

Segundo ela, não se deve usar a próclise quando o verbo inicia uma sentença (12b) e não se deve usar o pronome no meio de uma locução verbal (13b). No entanto, como você sabe, essas sentenças julgadas "erradas" são as que são mais produzidas pelo falante de língua portuguesa. Para muitos, 12a e 13a não correspondem à realidade, de fato. Veja outro caso:

- (14) a. Vendem-se casas.
 b. *Vende-se casas.
 c. Alugam-se apartamentos.
 d. *Aluga-se apartamentos.

Para a descrição tradicional, apenas 14a e 14c estão corretas, pois o verbo está concordando com o elemento sintático posposto (particularidade esta da chamada *oração passiva sintética*). Todavia, o falante de língua portuguesa, normalmente, não reconhece essa regra, pois não identifica o substantivo posposto ao verbo como sujeito, e sim como objeto direto, função esta que não exige o acordo do verbo, e, por isso, acaba produzindo 14b e 14d. Na verdade, ao produzir esse tipo de sentença, o falante entende que se trata de um sujeito indeterminado: *alguém vende casas; alguém aluga apartamentos*.

Com relação à regência verbal, há inúmeros casos que ilustram o que estamos falando aqui. Veja alguns deles:

- (15) a. A família assistiu ao filme.
b. *A família assistiu o filme.
- (16) a. Fomos à praia ontem.
b. *Fomos na praia ontem.
- (17) a. Os filhos devem obedecer aos pais.
b. *Os filhos devem obedecer os pais.

Certamente, você, assim como a maioria dos falantes, não vê nenhum problema sintático nas sentenças ilustradas em b, que, segundo a gramática tradicional, estariam erradas. Afinal, qual a diferença entre usar o objeto indireto (como preceitua a norma) e o objeto direto (como determina a prática linguística)? Nenhuma! Melhor dizendo, o que a prática linguística nos revela é que as estruturas com este último objeto são mais naturais do que aquelas com o objeto indireto. Como você vê, a regra prescrita é uma e o uso real é outro. Neves (2008, p. 29) confirma essa constatação: “a gramática tradicional (...) não reflete a verdade das coisas”.

Independentemente dos valores atribuídos às diferentes sentenças pela descrição tradicional, devemos ter em mente que se o falante as produz é porque o sistema de sua língua permite. Compreender e explicar as regras que estão por traz das diferentes estruturas sintáticas é, portanto, o objetivo dessa disciplina chamada “sintaxe”.

**ATIVIDADES**

1 Considerando o que foi apresentado nesta aula, defina o objeto de estudo da sintaxe.

2 Indique e explique o tipo de problema (morfológico, sintático ou semântico) que torna as estruturas, abaixo, agramaticais:

- a) *Maria gosta doce abóbora.
- b) *O menino correu e caiu.
- c) * A árvore deseja sambar.
- d) *Mas não passou no vestibular, João estudou muito.
- e) *O meu cachorro inmorde, ele é inbravo.
- f) *João entregou o livro para lhe.
- g) *O cachorro é um mamífero animal.
- h) * João bebeu o bife.

3 Quem quer que saiba uma língua sabe quais as sequências de palavras que são possíveis (gramaticais) naquela língua e quais seriam impossíveis (agramaticais). Construa duas frases agramaticais para qualquer gramática, sendo: uma com algum problema sintático e uma com algum problema semântico; duas agramaticais apenas para a gramática tradicional, sendo: uma com algum problema sintático e uma com algum problema morfológico; e, por fim, duas gramaticais para qualquer gramática. Depois de elaboradas as frases, explique sucintamente porque você as julga de tal natureza. ATENÇÃO: não vale repetir as sentenças da atividade 2!

4 Leia o poema abaixo e, em seguida, faça a atividade proposta:

PRONOMINAIS

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da nação brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

(Oswald de Andrade, 1927)

4.1 Neste poema, o autor fala de dois tipos de gramáticas. Identifique-as, explicando como cada uma delas concebe a noção de regra. Para tanto, considere o aspecto sintático que é tema do poema.

5 Tendo por base os pressupostos tradicionais, procure fazer a análise morfosintática das sentenças abaixo:

- a. João está muito feliz.
- b. Maria saiu da sala.
- c. João e Maria compraram uma casa nova.
- d. Maria gosta de doce de abóbora.
- e. João deu flores à Maria.

6 Apresente três casos de regras sintáticas prescritas pela gramática normativa e que, no entanto, não são seguidas, normalmente, pelo falante de língua portuguesa.

7 Analise a situação abaixo e, em seguida, responda as questões:

Uma professora, ao ensinar *interjeições*, pede que um aluno construa uma frase com a palavra "**Oxalá**":

- **Oxalá** chova amanhã, disse o aluno.

- Perfeito, disse a professora. Agora quero que um outro aluno construa uma outra frase com qualquer outra interjeição:

- **Ogum** faça sol amanhã, responde imediatamente um outro aluno.

7.1 Que tipo de conhecimento linguístico o aluno da segunda resposta demonstra ter? Explique.

7.2 O que a professora deve dizer a respeito das duas respostas?



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- a sintaxe corresponde a um dos níveis de análise de uma língua, que tem como objeto de estudo as *sentenças*;
- o objetivo principal da sintaxe é descrever e explicar as regras para a formação das sentenças;
- o falante de uma língua tem à disposição um conjunto de regras que o habilitam a produzir inúmeras estruturas linguísticas, podendo elas se aproximarem mais da descrição prescrita pela gramática tradicional, ou não;
- a análise sintática tradicional, embora seja baseada numa mistura de noções morfológicas, sintáticas e semânticas, corresponde a uma descrição linguística de uma das modalidades da língua: a língua culta/escrita;
- nem sempre as regras prescritas pela descrição tradicional correspondem, de fato, aos usos concretos feitos pelos falantes.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar esta nossa aula, recomendo a leitura do livro de: FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo "Gramática"?** São Paulo: Editorial, 2006.



REFERÊNCIAS

BERLINCK, R. de A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001, p. 207 - 244.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo "Gramática"?** São Paulo: Editorial, 2006.

IGNÁCIO, S. E. Por exemplo, o ensino de análise sintática. *In*: **Alfa**. São Paulo, 1993, p. 33 - 41.

NEVES, M. H. de M. **Que gramática estudar na escola?** norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

PERINI, M. A. **A gramática gerativa**: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PERINI, M. A. **Sofrendo a Gramática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CLASSES E FUNÇÕES

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- reconhecer a importância da classificação das palavras;
- apontar problemas que envolvem a classificação de palavras proposta pela gramática tradicional;
- identificar funções sintáticas e semânticas;
- diferenciar classe de função, bem como eixo sintagmático de paradigmático.



AULA 2

CLASSES E FUNÇÕES

1 INTRODUÇÃO

Na aula passada, você viu que, ao fazermos uma análise sintática tradicional, basicamente, procuramos identificar as **classes** e as **funções** das palavras que formam as sentenças. Nesta aula, você estudará sobre a importância dessas noções para a prática da descrição linguística, pois é por meio delas que podemos falar, com um mínimo de economia, sobre como as unidades linguísticas se comportam e se relacionam dentro das estruturas. Observe que essa afirmação não se restringe apenas a um nível de análise linguística. Em qualquer um deles precisamos recorrer às noções de “classe” e “função”.

Nesta aula, em particular, daremos ênfase ao nível da sintaxe, é claro! Além de aprender sobre a importância dessas duas noções, você verá, também, algumas confusões presentes nas gramáticas tradicionais, envolvendo a classificação e as funções das palavras.

Você sabia que os exercícios de reconhecimento das **classes** e das **funções** sintáticas ocupam boa parte das aulas de língua portuguesa? Neves (1990) e Pinilla (2007) confirmam isso. Esta última completa: “apesar de ser bastante abordado na escola, o tema não parece ser criteriosamente tratado: ora ocorre mistura de critérios, ora faltam critérios” (p. 170).

2 A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS

A preocupação com a classificação das palavras vem desde a Antiguidade. Conforme Azeredo (1995, p. 17), "Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento em dois componentes: *ónoma* (*nome*), e *rhéma* (*verbo*)". Depois, Aristóteles acrescentou os *syndesmoi* (unidades gramaticais) e os estóicos propuseram separar as formas variáveis (*pronomes* e *artigos*) das invariáveis (*conectivos* e *advérbios*). Dionísio da Trácia, autor da primeira gramática da língua grega, a *tekhné grammatiké*, ampliou e sistematizou a distribuição das palavras em oito categorias: *nome*, *verbo*, *conjunção*, *artigo*, *advérbio*, *preposição*, *pronome* e *particípio*. Como você vê, foram essas categorias que serviram de base para a divisão que encontramos em nossas gramáticas tradicionais. Você deve se lembrar que, atualmente, são dez as classes gramaticais: *substantivo*, *artigo*, *adjetivo*, *verbo*, *conjunção*, *advérbio*, *preposição*, *pronome*, *numeral* e *interjeição*.

A propósito da **classificação**, Perini (2005, p. 39) afirma:

Grande parte do labor científico consiste em classificar entidades e elaborar justificativas para essa classificação. A ciência não se limita a isso, evidentemente: uma ciência é muito mais que uma classificação de objetos. Mas, em geral, depende de classificações, até mesmo para possibilitar o diálogo entre os cientistas.

Para entender um pouco mais sobre a classificação de palavras, recomendo a leitura do ensaio "O adjetivo e o ornitorrinco: dilemas da classificação das palavras" de Perini (2005), publicado no seu livro *Sofrendo a gramática*.

Em qualquer ciência, em qualquer tipo de descrição, a **classificação** (dos objetos, das coisas, dos seres, das entidades, das ações, das características etc.) é uma propriedade necessária e muito importante, pois é, a partir dela, que podemos nos referir aos objetos de nossos estudos.

Para entender o que estamos falando, vamos a um exemplo prático!

Atualmente, você faz parte de um meio acadêmico, onde se encontram várias pessoas exercendo funções diferenciadas: *reitor*, *pró-reitor*, *chefe de departamento*, *coordenador de colegiado*, *professor conteudista*, *professor formador*, *tutor*, *aluno*, por exemplo. Como falar dessas pessoas se não recorrermos a esses nomes específicos? Ou seja, é por meio dessas nomeações (feitas, por exemplo, a partir das funções desempenhadas) que podemos falar de cada uma delas.

Com a linguagem, também não é diferente! Ao lidarmos com a estrutura de uma língua, seja em qual nível for, há necessidade de recorrermos a um grande número de categorias para, de fato, podermos falar da língua. Como você já sabe, no nível da sintaxe, falamos em: *sujeito*, *predicado*, *predicativo*, *objeto*... no nível da morfologia, falamos em: *substantivo*, *verbo*, *adjetivo*, *pronome*, *preposição*... Você percebe que, sem essas nomeações, não temos como falar da língua? Como você se referiria a uma palavra como "estudar" se não houvesse a palavra *verbo*? Como se referiria a "estudante", se não houvesse a palavra *substantivo*?

Classificamos as palavras para podermos falar delas com um mínimo de economia. A propósito disso, Perini (2008, p. 79-80) exemplifica:

Nenhum sistema de conhecimento pode funcionar sem um subsistema de categorização. Uma razão para isso é que o mundo é complexo demais para caber literalmente na memória de uma criatura. Eu, no momento, estou sentado em um objeto que chamo de *cadeira*, e há outras cadeiras pela casa, no meu gabinete

e em vários lugares que freqüente. No entanto, há nítidas diferenças entre essas cadeiras: podem ser estofadas ou não, feitas de madeira, de metal ou de plástico, com braços ou sem braços, confortáveis ou desconfortáveis, claras ou escuras e assim por diante. No entanto, para mim são todas cadeiras, se meu objetivo é distingui-las de outros objetos que não servem para sentar. (...) Seria totalmente impossível ter uma palavra para designar cada tipo de cadeira – ou, pior, cada cadeira individual, já que nunca há duas realmente idênticas em todos os detalhes. E, acima de tudo, seria inútil, porque meus objetivos comunicativos não exigem essas distinções todas. Em vez disso, criou-se uma ‘categoria’, atribuindo-se a ela um nome, *cadeira*. Dizemos então que a noção de ‘cadeira’ é ‘esquemática’, no sentido de que representa uma multidão de conceitos particulares, que são ‘elaborações’ do conceito esquemático básico.

Entendeu a importância da classificação? Sem ela não temos como descrever e analisar as estruturas de uma língua. Portanto, saiba que todas as nomenclaturas que você encontra na gramática tradicional correspondem, na verdade, a um sistema de categorizações, necessário para você tratar objetivamente da língua.

Você pode, então, perguntar: como é feita uma classificação? Primeiro, saiba que ela é feita para atender a um objetivo específico. Se você muda o objetivo, muda também a classificação. Para entender isso, considere os pares de sentenças abaixo:

- (1) a. Maria fizera o trabalho de sintaxe.
b. Maria tinha feito o trabalho de sintaxe.
- (2) a. João estudará para a prova de linguística.
b. João vai estudar para a prova de linguística.

Se o objetivo é falar das formas destacadas a partir de uma perspectiva semântica, podemos afirmar que os pares de sentenças são sinônimos: em 1, a ideia é de *tempo passado*, em 2, de *tempo futuro*. Nesse caso, as duas formas de cada par de sentenças pertencem à mesma categoria: *passado* e *futuro*, respectivamente.

Por outro lado, se o objetivo é descrever a composição das duas formas (e aí estamos falando de uma perspectiva morfológica), elas precisam ser separadas em outras categorias. “Fizera” e “estudará” são *formas simples* (constituídas por uma só palavra) e “tinha feito” e “vai estudar”, *formas compostas* (constituídas por duas palavras).

Como você está vendo, a definição do objetivo é o primeiro passo para a classificação. Feito isso, as classes propostas precisam seguir critérios pertinentes, coerentes com a descrição a ser apresentada. É isso que falta, normalmente, na descrição tradicional. A propósito, Perini (1996, p. 319) afirma: “as classes tradicionais não são estabelecidas segundo critérios de coerência e relevância gramatical”.

Com o objetivo definido, parte-se para a classificação, que, basicamente, é feita a partir de critérios que determinam o potencial funcional de uma palavra; ou seja, agrupam-se as palavras que têm propriedades semelhantes. Por exemplo, agrupamos “fizera” e “tinha feito” numa mesma categoria, porque ambas denotam o tempo passado. De outro lado, agrupamos “estudará” e “vai estudar”, pois denotam o tempo futuro. Todas as quatro formas são agrupadas, por sua vez, na categoria *verbos*, pois partilham propriedades de mesma natureza: são palavras que flexionam em tempo, modo, número e pessoa.

Você percebeu que a definição do objetivo é crucial para a classificação de uma palavra? Você a classifica observando propriedades em comuns, a partir de uma determinada perspectiva. Como você já sabe, no nível da sintaxe, classificamos as palavras conforme as relações estabelecidas entre elas: sujeito e verbo mantêm uma relação estreita; verbo e seus complementos também. O tipo de relação é, portanto, um critério adotado para se falar em sujeito e predicado, por exemplo.

2.1 A classificação tradicional: alguns problemas

Dentre os problemas que envolvem a classificação tradicional, vamos destacar, aqui, três, conforme Perini (2008, p. 83): “o uso de sistemas simples de classificação; a falta de critério nas subclassificações; e classes do tipo ‘cesta de lixo’ (por exemplo, advérbios e pronomes)”. Vamos entender cada um desses problemas!

Quanto ao *uso de sistemas simples de classificação*, a gramática tradicional, quando apresenta a sua proposta de descrição, subestima a riqueza e a complexidade da língua. Para entender o que estamos falando, veja os exemplos abaixo:

- (3)
- a. Maria foi até o portão da casa do vizinho.
 - b. Maria continua estudando até agora.
 - c. João prefere acreditar até na Maria do que na própria mãe.

A que categoria gramatical pertence o item *até*? Pelo conhecimento que você já tem de gramática descritiva, sabe que *até* é classificado como preposição, que expressa a noção de limite espacial e temporal, como ilustram, respectivamente 3a e 3b. Mas, e em 3c, que noção está sendo expressa pelo **até**? Certamente, você percebe que

Se você não conseguir identificar a função de **até** em 3c, recomendo que leia o artigo de Christiana Lourenço Leal, intitulado “A gramaticalização do item até”, disponível no seguinte endereço: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/12/index.htm>> Trata-se de uma abordagem bastante interessante, pois a autora mostra outras funções de uma palavra como *até*, que não são abordadas tradicionalmente.

não é nem a de espaço nem a de tempo. E agora, como fica a nossa classificação? Esse tipo de problema se verifica, também, nos dados abaixo:

- (4) a. João deu flores à Maria.
b. João deu um azar que não conseguiu encontrar a Maria.
- (5) a. O gato bebeu o leite.
b. O gato já bebeu.

Como você sabe, um verbo como *dar* é, tradicionalmente, descrito como bitransitivo (que seleciona um objeto direto e um indireto), como ilustra 4a. E em relação a 4b, como ele é classificado? Na verdade, não há previsão para esse tipo de ocorrência, como também não há para 5b, já que, pela gramática tradicional, um verbo como “beber” é tipicamente transitivo direto (5a). Percebeu o problema que está sendo ilustrado? A descrição tradicional tenta ser simples na sua classificação; no entanto, as coisas se complicam porque ela se baseia em critérios que não dão conta de todas as ocorrências.

No tocante à *falta de critério nas subclassificações*, Perini (2008, p. 85) exemplifica com a seguinte descrição:

Os substantivos são divididos em próprios e comuns e também em primitivos e derivados. A primeira divisão tem algum significado gramatical, porque os substantivos próprios ocorrem com artigos em condições diferentes dos comuns. Mas a segunda divisão não tem nenhuma importância gramatical, porque substantivos primitivos e derivados funcionam exatamente da mesma forma na língua (...).

Considerando que as palavras (no caso, os substantivos) têm comportamentos gramaticais diferentes, percebe-se que as subclassificações devem também levar em conta as propriedades inerentes a cada uma das situações em que as palavras são empregadas. Pelas palavras de Perini, a descrição tradicional não leva em consideração essas diferenças.

O outro problema que esse autor chama a atenção envolve as chamadas *classes do tipo 'cesta de lixo'* (por exemplo, *advérbios e pronomes*). Como você deve se lembrar, a categoria tradicional dos “advérbios” e dos “pronomes” encobre uma série de classes, cada uma com propriedades e comportamentos particulares:

Para confirmar a importância das classes, vale destacar aqui as palavras de Perini (2006, p. 135): “sem a definição das classes (...) uma gramática seria proibitivamente complexa e, ao mesmo tempo, deixaria de expressar muitos traços importantes da língua (...)”. Ou seja, a classificação é um importante mecanismo que usamos para lidar com as informações que nos permitem falar de uma língua. Portanto, embora a gramática tradicional apresente problemas no tocante à classificação, saiba que é a partir dela que pensamos os fenômenos que caracterizam, por exemplo, a sintaxe da língua portuguesa. E mais: “a própria comunicação entre os lingüistas depende de um vocabulário que inclui os nomes tradicionais das classes: temos que falar de ‘substantivos’, ‘advérbios’ e ‘pronomes’ para nos entender entre nós” (PERINI, 2006, p. 135).

PRONOMES: pessoais (retos), pessoais oblíquos (átonos e tônicos), de tratamento, possessivos, demonstrativos, relativos...

ADVÉRBIOS: de lugar, modo, tempo, negação, afirmação, dúvida, intensidade, interrogativo...

Com essa descrição, a gramática, de alguma forma, reconhece a natureza heterogênea e as potencialidades funcionais dessas categorias; no entanto, não dá conta das mesmas, e, por isso, coloca tudo num mesmo lugar, ou melhor, como diz Perini, numa “cesta de lixo”.

Apesar desses problemas que destacamos aqui, saiba que a classificação apresentada pelas gramáticas tradicionais é muito importante, pois o que elas apresentam é, na verdade, uma descrição da língua. E, qualquer estudo gramatical/linguístico que você venha fazer, você deve ter como parâmetro esse modelo de descrição, mesmo que ele tenha vários defeitos. Portanto, mesmo que a classificação não seja perfeita, saiba que ela é feita a partir de determinados critérios. E são esses critérios que tornam a classificação insuficiente.

3 FUNÇÕES: UMA NOÇÃO RESULTANTE DE RELAÇÕES

Como você já sabe, numa análise sintática tradicional, categorizamos as palavras conforme as funções gramaticais que elas exercem nas sentenças: *sujeito, predicado, objeto direto, objeto indireto, predicativo do sujeito* etc. São funções determinadas pelas relações entre dois ou mais elementos presentes em uma estrutura sentencial. Saiba que essa é a noção fundamental para se caracterizar uma função, seja ela de natureza formal (morfológica e sintática), seja ela de natureza semântica. Para que você entenda esses dois tipos de funções, considere os exemplos abaixo:

- (6) a. João matou a onça.
b. A onça matou João.

Como você diferencia uma frase da outra? Certamente, observando que, em 6a, “João” ocorre antes do verbo e “a onça”, depois; que, em 6b, é justamente o contrário. Portanto, a ordem das palavras

("João" e "onça") em relação ao verbo é determinante para a identificação das funções sintáticas: numa, "João" é o sujeito; na outra, é objeto. Também pode dizer que o sujeito estabelece uma relação de concordância com "matou". A prova é que, se você substituir "João" por "eles", terá que alterar a forma do verbo (*eles mataram a onça*).

Observe que definimos o sujeito em termos puramente formais, e não a partir de uma noção semântica, tais como: "ser que pratica ou sofre ação"; "elemento do qual se declara alguma coisa".

É claro que, em 6a, você sabe que quem pratica a ação de "matar" é "João", e em 6b, "a onça". No entanto, saiba que nem sempre o sujeito (que tem uma relação formal com o verbo) pratica ação, como você pode perceber nos exemplos abaixo:

- (7) a. João apanhou da Maria.
 b. João é muito gordo.
 c. João mora em Ilhéus.

Em 7a, "João", embora seja o sujeito, não é o agente da ação, afinal, quem bate é "Maria". Em 7b, por sua vez, não há ação nenhuma, e, no entanto, temos um sujeito presente: "João". Em 7c, também não podemos afirmar que "João" pratica ação. Percebeu que nem sempre é possível correlacionar significado com função sintática? Conforme Perini (2006, p. 107),

(...) é necessário separar sempre bem nitidamente esses dois tipos de função. 'Sujeito' é uma função formal, e tem a ver com a ordem das palavras e com a concordância; 'agente' é uma função semântica, e tem a ver com o papel que um ser desempenha dentro do evento descrito por uma sentença. 'Sujeito' é uma das funções que podem ser desempenhadas por um sintagma nominal; 'agente' é um papel desempenhado por uma pessoa, um animal etc.

O que o autor sinaliza é que, dependendo do objetivo, aspectos de natureza formal devam ser separados de aspectos de natureza semântica. Esse tipo de separação se justifica, por exemplo, quando se tem em vista advérbios como *sim* e *não*. Veja as suas ocorrências a seguir:

Quando um falante pronuncia uma frase, do tipo "Maria gosta de doce", ele tem plena consciência do potencial funcional das palavras. Ele sabe, por exemplo, que "Maria" é o nome de uma pessoa, e sabe que essa palavra pode ocupar determinados lugares na sentença, ou seja, quais são as funções que "Maria" pode desempenhar – "não a função que está desempenhando no momento, mas a função ou funções que 'pode' desempenhar" (PERINI, 2006, p. 138). Veja, por exemplo, outras situações em que "Maria" pode ocorrer: *João gosta de Maria; o filho de Maria passou no vestibular; Maria, ela é muito inteligente; João deu o livro para Maria...* Muda-se o contexto estrutural, muda-se a função. Isso é fato!

- (8) a. O táxi está livre? Sim.
 b. O táxi está livre? Não. (PERINI, 1996, p. 313).

Como você sabe, as duas palavras destacadas são classificadas como advérbios, pois “exprimem noções relacionadas (...) servem para atribuir um valor de verdade à frase interrogativa” (PERINI, 1996, p. 313). Nesse caso, a perspectiva é semântica e, por isso, elas são classificadas numa mesma categoria.

Todavia, essa realidade muda quando se tem vista os seguintes contrastes (cf. PERINI, 1996, p. 314):

- (9) a. O táxi não está livre.
 b. * O táxi sim está livre.
- (10) a. Os não-convidados levarão crachá especial.
 b. * Os sim convidados levarão um crachá especial.

Você percebe que *não* e *sim*, nesses exemplos, têm comportamentos diferenciados? A palavra “*não*” pode formar unidade com o verbo (*está*) e com o substantivo (*convidados*). Por sua vez, a palavra “*sim*” não partilha dessa mesma propriedade, o que justifica as agramaticalidades de 9b e 10b. Mesmo que elas expressem valores de verdade (negação e afirmação), não desempenham as mesmas funções, do ponto de vista sintático.

Ficou clara a diferença entre função sintática e função semântica? É importante compreender isso porque, de modo geral, a gramática tradicional mistura essas duas funções, comprometendo, assim, a sua descrição. Na próxima aula, você compreenderá melhor sobre essa problemática.

4 CLASSES E FUNÇÕES: DIFERENÇAS

Como você viu acima, a função de uma palavra é definida pelas relações estabelecidas entre dois ou mais elementos. O mesmo não se aplica às classes. Enquanto uma *função* é definida em termos de um contexto estrutural, a *classe*, por sua vez, é definida a partir da estrutura da língua, independentemente de contextos específicos (PERINI, 2006). Isso pode ser testado a partir de perguntas como:

- A que classe pertence a palavra “gato”?

- Qual é a função sintática da palavra “gato”?

Mesmo que o falante não saiba dizer que “gato” é um substantivo (cf. a prescrição tradicional), ele tem a noção de que essa palavra é do mesmo tipo que “cachorro” ou “casa”, por exemplo, e de um tipo diferente de palavras como “comprar”, “comprou”, “compraria”. Ou seja, qualquer falante sabe que um item lexical como “gato” pertence a uma determinada classe gramatical e não a outra.

Por outro lado, responder à segunda pergunta não é tão fácil assim! Fora de um contexto você não tem como identificar a função de “gato”, já que essa propriedade é resultante da relação estabelecida entre outros elementos. A palavra “gato” pode ter diferentes funções sintáticas e semânticas, como você pode ver nos exemplos abaixo:

- (11) a. O gato correu atrás do rato.
b. O cachorro comeu o gato.
c. João é um gato.

Como você pode ver, em 11a, “gato” é o sujeito (agente), em 11b, o objeto (paciente), em 11c, o predicativo do sujeito (qualidade). Mesmo desempenhando funções distintas, “gato” continua sendo substantivo, pois “a classe se define por potencialidades, não por realidades presentes do contexto” (PERINI 2008, p. 94). Segundo o autor, a conclusão a ser retirada desse raciocínio “é que cada unidade pertence a uma (e só uma) classe” (p. 94).

Incoerentemente, na descrição tradicional, encontramos afirmações de que determinadas palavras têm sua classe definida a partir de um contexto. Segundo Perini, isso não deve ser feito. Para entender o que estamos falando, veja os exemplos abaixo:

- (12) a. João encontrou um amigo de infância.
b. João é um médico amigo.
- (13) a. O velho estava com a camisa rasgada.
b. João é um homem velho.

Na perspectiva tradicional, a palavra “amigo” é substantivo em 12a e adjetivo em 12b; “velho” é substantivo em 13a e adjetivo em 13b. Claramente, você percebe que elas desempenham funções distintas, dadas as posições e relações que contraem na sentença; no entanto, continuam pertencendo à classe dos substantivos. Na visão

de Perini (2008),

(...) esse uso em diversas funções (nunca diversas classes) não constitui inovação por parte do falante, mas está codificado na língua atual, e é aprendido como parte da estrutura léxico-gramatical da língua. Isso vale para todas as classes: cada palavra (ou unidade em geral) pertence a uma delas, e uma palavra não pode ter mais de um potencial funcional. Uma palavra pode, claro, ocupar mais de uma função, em diferentes contextos (p. 96-97).

Agora você já sabe que classe e função são noções que se definem de formas diferenciadas: as classes se definem fora de contexto e as funções, dentro do contexto em que ocorrem. Estamos falando, portanto, de relações paradigmáticas e sintagmáticas, respectivamente. Vamos lembrar isso!

4.1 Relação paradigmática x relação sintagmática: lembrando Saussure

Você se lembra que *paradigma* e *sintagma* constituem uma das famosas dicotomias apresentadas por Saussure? Na perspectiva do autor, a descrição de um estado de uma língua pode ser feita a partir das relações que se estabelecem em dois eixos: *o eixo paradigmático* (associativo) e *o eixo sintagmático* (combinações).

Do eixo paradigmático (onde você encontra o conjunto de unidades suscetíveis de aparecer num mesmo contexto), você busca uma palavra como "gato", que pode alternar, por exemplo, com palavras como "amigo, mesa", "cadeira", "cachorro", "homem", "rosa"... já que todas têm propriedades em comum: são substantivos. Uma vez selecionada a palavra "gato" e colocada na cadeia sintagmática, terá as funções estabelecidas, que são constituídas a partir do contraste que se estabelece entre os elementos que a precedem e os que a sucedem, como você viu nos exemplos em 11, retomados aqui:

- (11) a. O gato correu atrás do rato.
b. O cachorro comeu o gato.
c. João é um gato.

Como você vê, em 11a, "gato" (formando unidade com o arti-

go “o”) assume a função de sujeito porque se posiciona antes do verbo (é o gato que corre atrás do rato); em 11 b, “o gato” desempenha a função de objeto, dada a posição que ocupa: depois do verbo; e, por fim, em 11c, juntamente com o artigo “um” exerce a função de predicativo.

Segundo Perini (2008), a oposição entre essas duas relações (paradigmáticas e sintagmáticas) “se correlaciona, respectivamente, com o produto da atividade lingüística (sintagmas, frases, enunciados) e com as regras e princípios que governam a construção desse produto” (p. 97). Em outras palavras, o falante de uma língua tem consciência de como deve construir as sentenças: primeiro, recorrendo aos paradigmas, onde estão disponíveis as palavras conforme as propriedades que lhes são inerentes; segundo, combinando-as dentro de um contexto. Dessa combinação, resultam-se, assim, as diferentes funções das palavras.

Portanto, basicamente, vimos que existe diferença entre classe e função, não podendo, por esse motivo, serem confundidas, a ponto de dizer que uma classe adquire uma outra função em outro contexto. Que fique claro! A palavra *contexto* é determinante para a noção de função e não de classe!



ATIVIDADES

1 Você viu que a classificação das palavras é feita a partir de critérios específicos. Identique, nas definições abaixo, os critérios (morfológicos, sintáticos ou semânticos) adotados pela descrição tradicional:

Substantivo É a palavra com que *designamos ou nomeamos os seres em geral*.
(CRITÉRIO: _____).

Adjetivo É a palavra que, *junto de um substantivo* (CRITÉRIO: _____), indica *uma qualidade, modo de ser, aspecto ou aparência ou estado*. (CRITÉRIO: _____).

Advérbio É uma palavra invariável (CRITÉRIO: _____) que é, fundamentalmente, um modificador do verbo, do adjetivo e de um advérbio (CRITÉRIO: _____), exprimindo uma circunstância de tempo, modo, lugar etc.
(CRITÉRIO: _____).

Verbo É uma palavra de forma variável (CRITÉRIO: _____), que pode indicar uma ação, um estado ou fenômeno.
(CRITÉRIO: _____).

Artigo É a palavra que se antepõe ao substantivo (CRITÉRIO: _____), que indica o seu gênero e número (CRITÉRIO: _____), individualizando-o ou generalizando-o. (CRITÉRIO: _____).

Pronome É a palavra que desempenha as funções equivalentes às exercidas pelos nomes. (CRITÉRIO: _____).

Numeral É a palavra usada para indicar uma quantidade exata de pessoas ou coisa (CRITÉRIO: _____), que pode flexionar em número. (CRITÉRIO: _____).

Preposição É uma palavra invariável (CRITÉRIO: _____) que relaciona dois termos de uma oração (CRITÉRIO: _____), de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente). (CRITÉRIO: _____).

Conjunção É um vocábulo gramatical, invariável, (CRITÉRIO: _____), que serve para relacionar duas orações ou termos semelhantes da mesma oração. (CRITÉRIO: _____).

Interjeição É uma palavra invariável (CRITÉRIO: _____), usada para expressar emoção ou sentimento. (CRITÉRIO: _____).

2 Considere os elementos destacados e, em seguida, identifique a que classe pertence e as funções que estão desempenhando:

a) João jogou na loteria **e** ganhou o prêmio.

b) O **e** é uma conjunção.

Classe: _____

Função sintática em a: _____

Função sintática em b: _____

c) João foi **até** a padaria.

d) O **até** é uma preposição.

Classe: _____

Função sintática em c: _____

Função sintática em d: _____

e) Maria vai **cantar** na festa.

f) O **cantar** dos pássaros me emociona.

Classe: _____

Função sintática em e: _____

Função sintática em f: _____

g) Maria foi à festa? **Sim**.

h) O **sim** da Maria não foi forte.

Classe: _____

Função sintática em g: _____

Função sintática em h: _____

i) Maria comprou banana e **maçã**.

j) Maria comprou banana-**maçã**.

Classe: _____

Função sintática em i: _____

Função sintática em j: _____

k) João, **ele** disse que se casará com Maria.

l) João, Maria disse que viu **ele**.

Classe: _____

Função sintática em k: _____

Função sintática em l: _____

3 Complete as sentenças, considerando o seu conhecimento subjacente:

- a) João tira leite. João é _____.
- b) Aquele rapaz dança. Aquele rapaz é _____.
- c) Pedro trata os dentes. Pedro é _____.
- d) José cuida do portão do prédio. José é _____.
- e) Maria cozinha para várias pessoas. Maria é _____.

3.1 Ao completar as sentenças, que classe de palavra você usou?

3.2 Qual é a função sintática desempenhada pelas palavras empregadas?

3.3 Usando as palavras que você completou as frases acima, construa novas sentenças, empregando-as com novas funções sintáticas.

4 Considere as duas sentenças e, em seguida, responda:

- a) O rothweiller de João atacou o vendedor de jornais.
- b) O vendedor de jornais atacou o rothweiller de João.

4.1 Do ponto de vista morfológico, as duas sentenças são formadas (ou não) pelas mesmas classes de palavras? Do ponto de vista sintático, elas apresentam (ou não) as mesmas constituições? Justifique.

4.2 Que aspecto formal faz com que as duas sentenças se diferenciem quanto ao significado?

5 Considere os dados abaixo:

- a) A mãe acordou a criança.
- b) O gato acordou o menino.
- c) *O pai acordou a mesa.
- d) *A cadeira acordou a moça.

5.1 Explique as agramaticalidades dos exemplos 5c e 5d, tendo em vista as relações paradigmáticas e sintagmáticas envolvidas nas orações, inclusive nas que são gramaticais.

6 Considere os contrastes:

- a) A mesa de vidro
- b)* A mesa vidro
- c) João comeu doce de abóbora.
- d) *João comeu doce abóbora.

6.1 Explique as agramaticalidades de 6b e 6d, levando em conta as relações sintagmáticas.

7 Considere as sentenças abaixo e, depois, responda:

- a) O cachorro mordeu o menino.
- b) O canídeo mordeu o menino.
- c) O Totó mordeu o menino.

7.1 O que nos oferece essas diversas possibilidades é o eixo sintagmático ou o eixo paradigmático? Justifique.

8 Observe as sentenças abaixo:

- a) João falou de Maria.
- b) João falou para Maria.
- c) João falou perante Maria.
- d) João falou sem Maria.
- e) João falou após Maria.

8.1 Qual é a classe de palavra que denota os sentidos diferenciados de cada uma das sentenças?

8.2 A diferenciação de sentidos ocorre a partir do eixo sintagmático ou paradigmático? Justifique.



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- a classificação é uma prática necessária a qualquer ciência, pois é por meio dela que descrevemos e analisamos um determinado objeto;
- a classificação gramatical atende a um objetivo específico e é feita a partir de critérios que determinam o potencial funcional de uma palavra;
- os critérios de classificação das gramáticas tradicionais não dão conta de todos os usos que os falantes fazem das palavras;
- apesar dos vários defeitos no tocante à classificação, a gramática tradicional é um parâmetro a ser considerado num estudo linguístico, pois o que ela apresenta é um tipo de descrição;
- as funções sintáticas são determinantes das relações que as palavras contraem numa determinada estrutura (contexto);
- classe e função são noções que se definem de formas diferenciadas: as classes se definem fora de contexto e as funções, dentro do contexto em que ocorrem;
- classe e função correspondem, respectivamente, à paradigma e à sintagma.

**LEITURA RECOMENDADA**

Para complementar esta nossa aula, recomendo ler o artigo de PERINI, M. A. *et al.* "Sobre a classificação das palavras". In. **Delta** (online), v. 14, número especial, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/delta>>.

**REFERÊNCIAS**

- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.
- PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- PERINI, M. A. **Sintaxe Portuguesa: metodologia e funções**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINI, M. A. **Sofrendo a Gramática**. São Paulo: Ática, 2005.
- PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PERINI, M. A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PINILLA, M. da A. Classes de palavras. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, p.169-183.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Pae; Izidoro Blikstein. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.



Suas anotações

A series of horizontal lines for writing, consisting of two dashed lines at the top followed by numerous solid lines.

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE I

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- analisar concepções tradicionais de *sujeito gramatical*, relacionando-as com dados concretos da língua;
- reconhecer as divergências entre o que prescreve a gramática tradicional a respeito dos complementos dos verbos e o que revela o conhecimento particular dos falantes.

AULA 3

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE I



1 INTRODUÇÃO

Nesta e na próxima aula, você terá a oportunidade de refletir sobre alguns dos problemas que refletem diretamente na análise sintática tradicional. São problemas de ordem conceitual (envolvendo as conceituações atribuídas às classes e categorias gramaticais) e de ordem estrutural (que dizem respeito à constituição e distribuição dos elementos nas sentenças). Especificamente, nesta aula, trataremos de duas questões básicas: uma que envolve diretamente o *Sujeito*, e outra que envolve o *Predicado*, particularmente o verbal.

2 O SUJEITO GRAMATICAL E SUAS CONCEITUAÇÕES: PRESCRIÇÃO X PRÁTICA

Relembrando sobre o sujeito...

A GT descreve que o sujeito pode ser simples (tem um só núcleo), composto (tem mais de um núcleo), oculto (que não está materialmente expresso na sentença, mas pode ser identificado), indeterminado (quando não há condições de determinar a quem o verbo está se referindo), e pode também ser inexistente (oração sem sujeito) (CUNHA; CINTRA, 1985).

Uma proposta bastante interessante para explicar as relações dos elementos sintáticos que compõem as sentenças 1 e 2 é apresentada por Perini (2006). O autor estabelece as diferenças a partir de uma noção semântica: os papéis temáticos. Nessa perspectiva, dizemos que em 1 os sujeitos "João" e "Maria" têm o papel temático de *agente*, pois realmente praticam a ação. Essa mesma noção se aplica também ao sujeito "Pedro" em 2. Já os elementos "cachorro" e "irmão" têm o papel temático de *paciente*, pois eles sofrem o efeito de uma ação. A propósito desse papel, o autor destaca que ele pode ser tanto de um elemento que desempenha a função de objeto como de um que desempenha a função de sujeito, como ilustram os seguintes exemplos: "o capô do carro amassou"; "o copo quebrou". Como você pode ver por esses exemplos, não há um agente expresso. Portanto, a presença dele não é necessária para que haja paciente. Para saber mais sobre essas noções apresentadas pelo autor, recomendo a leitura do capítulo 14, Funções semânticas, do seu livro **Princípios de lingüística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

No que se refere às definições apresentadas pela gramática tradicional (GT), muitas delas são inconsistentes, não têm organização lógica e não dão conta dos fatos da língua. Para você entender isso, vamos abordar, nesta seção, sobre o *sujeito gramatical*. Para tanto, vamos começar com uma das definições mais conhecida:

Sujeito é o ser que pratica ou sofre a ação.

Diante dessa definição, vamos analisar os dois conjuntos de exemplos abaixo:

- (1) a. João correu no parque.
- b. Maria comeu o bolo de chocolate.

- (2) a. Pedro bateu no cachorro.
- b. Pedro machucou o irmão.

Pela definição apresentada, certamente você não tem dificuldade para reconhecer que, em 1, os sujeitos são "João" (1a) e "Maria" (1b); afinal, ambos praticam ações específicas: *correr* e *comer*, respectivamente.

Com relação aos exemplos de 2, surge uma dúvida: tanto o elemento que aparece antes do verbo (Pedro) quanto o que aparece depois (cachorro e irmão) podem ser identificados como sujeito. Por quê? Há, nessas frases, um elemento praticando e outro sofrendo a ação. Portanto, além de "Pedro", poderíamos dizer que "o cachorro" (2a) e o "irmão" (2b) também podem desempenhar a função de sujeito, pois estão sofrendo o efeito de uma ação. Percebeu a incoerência?

Já que a definição acima não é consistente, vamos, então, recorrer a uma outra:

Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração.

Vamos aplicá-la aos dados abaixo:

- (3) a. Maria saiu da sala apressadamente.

- b. Pedro machucou o irmão.
- c. Doce de abóbora, João não gosta.
- d. Em Ilhéus choveu muito no mês passado.

Pela descrição tradicional, o sujeito de 3a é "Maria", de 3b é "Pedro", de 3c é "João", e em 3d não tem sujeito (trata-se de uma oração sem sujeito). No entanto, se você analisar detalhadamente a definição, verá que ela também não é consistente. Vejamos: em 3a, podemos afirmar que a oração veicula realmente uma declaração sobre "Maria", e mais ninguém. Já, em 3b, podemos dizer que a oração declara algo tanto a respeito de "Pedro" quanto "do irmão". A situação da definição se complica mais ainda quando você considera 3c e 3d. Como podemos afirmar que, em 3c, temos uma declaração a respeito de "João" e não acerca do "doce de abóbora"? Como podemos assegurar que, em 3d, temos uma oração sem sujeito se a oração veicula, de fato, uma declaração a respeito de "Ilhéus"?

O que você deve perceber, aqui, é que há uma contradição bastante clara entre a definição apresentada pelas gramáticas e os dados concretos da língua. A propósito disso, Perini (1993, p. 16) afirma:

Tais contradições são, em geral, toleradas, e mesmo ignoradas, por aqueles que trabalham com a GT. A razão para isso é, a meu ver, a seguinte: existe na verdade uma dualidade de doutrinas gramaticais dentro do que chamamos gramática tradicional. Uma dessas doutrinas está expressa, mais ou menos, nas gramáticas usuais. Essa doutrina (a que podemos chamar 'doutrina explícita' (...)) (...) conceitua o sujeito como o termo sobre o qual se faz uma declaração. Sabemos, porém, que as mesmas pessoas que propõem ou aceitam tais definições não as seguem na prática (...).

Na visão desse autor, há, portanto, dois tipos de doutrina: uma explícita (a que encontramos em nossas gramáticas tradicionais) e uma implícita (que corresponde de fato aos usos reais que os falantes fazem da língua). Na verdade, a noção preconizada sobre o sujeito não é nem unificada nem consistente. Segundo o autor, a grande falha da doutrina explícita é "a ausência de conscientização adequada do importe teórico das afirmações que constituem a gramática" (p. 13).

Vale ressaltar que esse argumento do autor não se aplica apenas à questão do sujeito, mas a qualquer categoria gramatical. Para perceber isso, basta analisar atentamente as definições e as senten-

Para saber mais sobre a problemática que envolve o sujeito gramatical, recomendo a leitura do artigo "Sujeito: uma questão mal resolvida pela gramática tradicional", de AMORIN, E. R. M., publicado na revista **Sitientibus**, em 2003, disponível no endereço: <http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/29/sujeito_uma_questao_mal_resolvida.pdf>

Relembrando sobre o predicado...

A GT descreve que o predicado pode ser nominal, verbal ou verbo-nominal. É nominal quando a estrutura é formada por um verbo de ligação e um predicativo. É verbal quando tem como núcleo um verbo principal (significativo): transitivos e intransitivos. É verbo-nominal quando estão presentes um verbo significativo e um predicativo do sujeito (CUNHA; CINTRA, 1985).

ças que, de fato, são produzidas pelos falantes. O que você encontra nos manuais pode não corresponder aos usos concretos. Portanto, enquanto estudioso de uma língua, preste atenção às definições apresentadas!

Bem, mas você pode perguntar: E há algum manual, livro, ou qualquer coisa desse tipo que apresente uma melhor definição para sujeito ou qualquer categorial gramatical? Sinceramente, não. É claro que você encontra definições mais consistentes, mais objetivas, principalmente em gramáticas mais atuais, mas, mesmo assim, elas não dão conta de todos os fatos de uma língua, dada a mudança constante por qual ela passa.

Diante disso, como proceder, então, diante das definições encontradas? A resposta é: analise e reflita criticamente sobre as informações, sempre a partir de dados reais de língua. E tenha em mente: uma definição pode ser contestada a qualquer momento!

3 O PREDICADO VERBAL: A QUESTÃO DA TRANSITIVIDADE

Nesta seção, você terá a oportunidade de refletir sobre uma questão que envolve uma confusão de propriedades. Trata-se da transitividade verbal, envolvendo diretamente o chamado predicado verbal.

Ao abordar a transitividade verbal, as gramáticas tradicionais (cf. Cunha; Cintra (1985); Cegalla, (1990); Bechara, (1999); entre outros) têm em vista, basicamente, a concepção de que transitividade (do latim *transitivus* = que vai além, que se transmite) é uma propriedade específica dos verbos que exigem objetos. Um verbo desse tipo (considerado como termo regente) mantém uma relação de dependência com um objeto (termo regido), pois é este elemento o responsável por completar o sentido do verbo. Você se lembra disso?

Formalmente, o verbo transitivo pode ocorrer com um substantivo no acusativo (objeto direto) ou no dativo (objeto indireto), como ilustram, respectivamente, 4a e 4b abaixo:

- (4) a. João comprou uma casa.
b. João gosta de doce.

Você deve se lembrar que a distinção entre os dois tipos de verbos é feita pela presença ou não de uma preposição. Quando ela está presente, o verbo é chamado de transitivo indireto; quando não,

de objeto direto. Lembrou? Há, também, os verbos que podem exigir, simultaneamente, os dois objetos, os chamados bitransitivos, como mostram 5a e 5b:

- (5) a. João enviou uma carta à namorada.
b. A mãe deu dinheiro ao filho.

Por oposição aos verbos transitivos, nos intransitivos, por terem sentido completo, “a ação não vai além do verbo” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 132):

- (6) a. João morreu.
b. Maria chegou.

Como afirma Perini (1993), trata-se de uma tipologia baseada numa mistura de propriedades semânticas e sintáticas. Vamos entender isso! Para distinguir os verbos transitivos dos intransitivos, tem-se em vista o fato de o verbo necessitar ou não de complemento (critério semântico); para separar os transitivos diretos dos indiretos, leva-se em conta a presença ou não de preposição (critério sintático). Normalmente, essa confusão não é mencionada nas gramáticas tradicionais, pois a elas o que interessa é a categorização sintática. Assim, quando se referem a verbos e complementos, preocupam-se mais em distribuí-los em diferentes paradigmas do que compreender, de fato, as relações estabelecidas entre eles e os outros elementos das sentenças.

O que está sendo apresentado nesta seção faz parte do artigo “Transitividade verbal: teoria e prática gramaticais” publicado, por mim, na **Revista Caderno Seminal Digital**, no ano de 2008. Recomendo lê-lo na íntegra. Basta acessá-lo no seguinte endereço: <http://www.dialogarts.uerj.br/caderno_seminal.htm>

3.1 A transitividade verbal na “prática”

Embora você aprenda aquilo que está posto pela doutrina gramatical a respeito das estruturas da língua, na prática, fará uso diferenciado. Quer entender o que estou falando? Então, considere os exemplos abaixo:

- (7) a. João gosta de doce.
b. João dormiu de pijama.
c. João ficou de cama.

Seguindo a prescrição tradicional, você deve classificar os verbos dessas sentenças como sendo de naturezas distintas: em 7a, temos o verbo transitivo indireto, em 7b, o intransitivo, e em

7c, o de ligação. Por essa classificação, somos levados a concluir que se tratam de três estruturas distintas. Concorda?

No entanto, você pode encontrar falantes pressupondo outra coisa: são estruturas idênticas, pois “de pijama”, adjunto adverbial, e “de cama”, locução adjetiva (predicativo), conforme a GT, seriam objetos indiretos, assim como “de doce”, já que os substantivos vêm acompanhados de preposição. Ou seja, o que está em jogo é o tipo de sintagma que aparece depois do verbo. Ora, se em 7a “de doce” é classificado como objeto indireto, por que “de pijama” e “de cama”, que apresentam a mesma forma, não o são? Esse tipo de raciocínio também se aplica aos exemplos 8, contrastados com 9:

- (8) a. Maria chegou de carro.
b. Maria chegou triste.

Como você pode ver, o verbo “chegar” aparece acompanhado de complementos: “de carro” (8a) e “triste” (8b). Para alguns falantes seriam, respectivamente, objeto indireto e predicativo do sujeito, exatamente como ocorre em 10, onde temos a presença, conforme a prescrição gramatical, de um verbo transitivo indireto (9a) e de um verbo de **ligação** (9b):

- (9) a. Maria gosta de carro.
b. Maria ficou triste.

Apesar de a GT (mais especificamente Cunha; Cintra, 1985) reconhecer que não são apenas os verbos de ligação (9b) que ocorrem com predicativos, admitindo que em 8b temos um verbo intransitivo acompanhado de predicativo, caracterizando assim o chamado predicado verbo-nominal, para alguns falantes o verbo “chegar” teria o mesmo comportamento do verbo de ligação, pois, formalmente, ambos estariam selecionando como complemento um predicativo do sujeito. Você deve estar perguntando: mas de onde eles tiram essas conclusões? Ora, do conhecimento internalizado que cada um tem da sua língua.

Outra evidência de que os falantes reconhecem a existência de estruturas sintáticas idênticas para verbos aparentemente diferentes pode ser observada em 10:

- (10) a. Maria comprou uma estátua.
b. Maria parecia uma estátua.

Você deve se lembrar que a GT assume que o verbo de **ligação** tem apenas a função de ligar o predicativo (adjetivo/locução adjetiva) ao sujeito. Lembra disso? Veja o que afirmam Cunha e Cintra (1985, p. 130): “Os verbos de ligação (...) não trazem propriamente idéia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo”.

Em 10a, o verbo em questão é o transitivo direto, em contraste com o verbo de ligação em 10b, que, na verdade, tem também o mesmo comportamento do verbo “comprar”. A propósito, naturalmente, alguns falantes apontam que “uma estátua” em 10b seria, na verdade, objeto direto, pois a pergunta que se faz ao verbo “parecer” é a mesma que utilizamos para o verbo “comprar”: “Maria comprou o quê?” “Maria parecia o quê?”

A propósito dessa problemática, Perini (1992, 1996) também a destaca, lembrando que, na prática, os verbos podem ocorrer transitivamente ou não. Para explicar isso, ele considera os seguintes exemplos:

- (11) a. Meu gato já comeu todo o mingau.
b. Meu gato já comeu.
c. Meu gato quase não come.

Como você deve notar, “comer” ora exige a presença de um objeto direto (11a), ora recusa-o, como ilustram 11b e 11c. Esse mesmo comportamento também se observa com o verbo “dormir”, que pode ser tanto intransitivo (12a) quanto transitivo (12b):

- (12) a. Marineuza dormiu.
b. Marineuza dormiu um sono tranquilo.

De acordo com Perini (1996, p. 162), particularidades como essas têm levado alguns autores a sugerirem que “a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas antes dos próprios contextos, ou de verbos em determinados contextos”. Inclusive Cunha e Cintra (1985, p. 134), embora não aprofundem a discussão, reconhecem essa variabilidade da predicação verbal e afirmam que “o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente; ora com objeto direto, ora com indireto”. Os autores usam como exemplo o verbo “perdoar”:

- (13) a. Perdoai sempre. (intransitivo).
b. Perdoai as ofensas. (transitivo direto).
c. Perdoai aos inimigos. (transitivo indireto).
d. Perdoai as ofensas aos inimigos. (transitivo direto e indireto).

Fazendo referência à afirmação de Cunha e Cintra,

Sobre essa questão que estamos tratando, Azeredo (1995, p. 75) diz:

Tradicionalmente, a oposição *transitivo/intransitivo* tem sido tratada como uma diferença de modos de significação do conteúdo léxico do verbo: verbos como *nascer, voar, sorrir* se dizem intransitivos porque significam processos em si mesmos completos (...); já os verbos *anular, conter, resumir* se dizem transitivos porque significam processos que só se completam mediante uma informação adicional (...). O problema principal desse critério é deixar sem explicação a possibilidade de muitos verbos ocorrerem ora com o objeto, ora sem ele, como nos seguintes pares de exemplos:

- 204a: Ana está escrevendo no quarto
204b: Ana está escrevendo *cartas* no quarto
205a: Miguel não bebe durante a refeição
205b: Miguel não bebe nem *um copo d' água* durante a refeição

Estes pares de exemplos mostram que *escrever* e *beber* ‘admitem’ objetos, mas não os ‘exigem’.

Conforme o apontamento do autor, podemos afirmar que o falante da língua tem o conhecimento da regra de que um objeto pode ser ou não selecionado por um verbo. Portanto, quando, por exemplo, explicita um objeto é porque tem consciência de que o sistema de sua língua permite empregá-lo.

A **classe** proposta por Perini (1986) é chamada de "aceitação livre". Para saber detalhes disso, recomendamos ler o capítulo 6, "Transitividade, regência e concordância", do seu livro: **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

de que a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas dos próprios contextos ou de verbos em determinados contextos, Perini (1996) argumenta que, se assumirmos isso, teríamos como consequência o esvaziamento da noção de transitividade, tornando-a supérflua. Segundo ele, há necessidade de se criar uma **outra classe** para enquadrar verbos que podem ou não ter complementos à vontade.

Independentemente desses apontamentos, o que é interessante você saber é que o falante, naturalmente, tem consciência das propriedades dos verbos e dos seus respectivos complementos. E é esse conhecimento (gramatical implícito) que o permite empregar, por exemplo, um determinado verbo em diferentes contextos sintáticos, acompanhados, ou não, de complementos, sendo eles transitivos ou não.

Na visão de Possenti (1996, p. 69-70), essa habilidade é resultada de dois tipos de conhecimentos: o lexical e o sintático-semântico. O primeiro "pode ser descrito simplificada e como a capacidade de empregar as palavras adequadas (...) às 'coisas', aos 'processos' etc." O segundo está relacionado "com a distribuição das palavras na sentença e o efeito que tal distribuição tem para o sentido".

Em outras palavras, o falante tem o conhecimento das propriedades sintático-semânticas dos verbos, que impõem restrições seletivas quanto ao tipo de complemento (incluindo aí o próprio sujeito, já que este também é responsável por completar o sentido de um verbo), e que essas restrições têm relação inegável com a interpretação semântica, tendo, assim, efeito sobre a estrutura das sentenças. Dessa forma, ele sabe que em 14 o verbo exige a presença da preposição, particularidade esta que explica as agramaticalidades das sentenças:

- (14) a. *João gosta doce.
 b. *João dormiu pijama.
 c. *João ficou cama.

Por outro lado, o falante também sabe que a preposição não é selecionada pelos verbos nos contextos sintáticos abaixo, como indiciam as agramaticalidades:

- (15) a. *João saiu de preocupado.
 b. *João está de preocupado.
 c. *João comprou de estátua.

Ou seja, o falante reconhece naturalmente que em

Assim como os verbos, os nomes também têm as suas restrições seletivas. Veja isso a partir dos contrastes que se seguem:

- a) Maria tem medo de fantasma.
 *Maria tem medo o fantasma.
 *Maria tem medo com fantasma.
- b) O filho da Maria sofreu um acidente de carro.
 *O filho a Maria sofreu um acidente o carro.

Maria tem medo *de* quê? Certamente é essa a pergunta que você faria; logo, os outros dois enunciados são totalmente agramaticais, tendo em vista que medo não exige um complemento precedido de artigo (o *fantasma*), nem a preposição *com* (*com fantasma*). O filho *de* quem? Conforme o contraste, a resposta só pode ser "o filho da Maria". Sofreu um acidente *de* quê? Como vê, só pode ser "de carro".

14 a preposição “de” deve ocorrer depois do verbo e que em 15, não. Seguindo esse tipo de raciocínio, também reconhecerá quando um verbo deverá ser usado transitivamente, ou não, colocando em xeque o próprio conceito de transitividade apresentado pela GT.

Portanto, o que foi apresentado nesta seção serviu para lhe mostrar que a abordagem tradicional não dá conta das propriedades sintático-semânticas dos verbos (transitivos, intransitivos e de ligação) e seus respectivos complementos. Como viu, pela descrição tradicional, os verbos têm comportamentos bastante definidos, não prevendo, muitas vezes, que eles possam mudar de transitividade. No entanto, o falante reconhece, intuitivamente, estruturas uniformes para verbos que teriam, supostamente, propriedades distintas. Esse tipo de constatação evidencia o conhecimento subjacente que o falante tem da sua língua, no caso, das propriedades que regem o comportamento dos verbos e dos complementos. Saiba que, considerar esse tipo de conhecimento, numa análise descritiva, é o primeiro passo para se compreender o modelo da competência linguística do falante.

Duarte (2007) observa que a análise sintática de uma sentença não deve ser iniciada pelo “sujeito”, como fazem normalmente as descrições tradicionais, mas pelo “predicado”. Segundo ela, “é justamente porque neles se encontram os elementos que projetam os constituintes centrais da oração, incluindo o próprio sujeito” (p. 187). A autora sugere que, para identificar os termos de uma oração, devemos partir do elemento predador, pois é ele que determina a quantidade e a natureza dos argumentos selecionados. Para saber mais sobre essa proposta, recomendo ler, na íntegra, o texto da autora, “Termos da oração”, publicado em: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.



ATIVIDADES

1 Identifique e classifique, conforme a GT, os sujeitos das sentenças abaixo:

- a) A mim, contaram-me que os alunos da EAD estão gostando do curso de Letras.
- b) Falam por mim os abandonados de justiça, os simples de coração. (C. Drumond de Andrade).
- c) O cantar dos pássaros me emociona.
- d) Desde muito cedo começam a nos preocupar os filhos.
- e) Não vivo sem a sua sombra, você e eu sabemos (N. Piñon).
- f) Falar é fácil. Difícil é escrever.
- g) O presidente declarou que estava aberta a seção.
- h) Ana Maria saiu rapidamente da sala.
- i) Curitiba é uma cidade muito fria.
- j) Em Curitiba, chove muito.

2 Segundo a GT, um sujeito é indeterminado quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente. Diante dessa afirmação, analise os exemplos abaixo e, depois, responda as questões:

- a) Alguém roubou sua carteira.
- b) Todos saíram da sala.
- c) Quem pegou o meu livro?

2.1 Qual é o tipo de sujeito dessas sentenças? Para responder, consulte uma gramática.

2.2 A classificação é coerente? Explique considerando a definição de sujeito *indeterminado*.

3 Observe as duas sentenças abaixo:

A tempestade afundou o barco.

O barco afundou.

3.1 Como você vê, na primeira sentença, o verbo é usado transitivamente. Na segunda, não. Faça o mesmo com os verbos abaixo:

- a) Viver.
- b) Comer.
- c) Cantar.
- d) Quebrar.
- e) Chover.
- f) Engordar.
- g) Encher.
- h) Cortar.

4 Conforme a GT, o verbo de ligação serve “para estabelecer a união entre palavras ou expressões de caráter nominal” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 130). Diante dessa afirmação, o que tem a dizer a respeito das palavras destacadas abaixo?

- a) O filho de Maria passou no vestibular.
- b) João comprou um livro de sintaxe.
- c) Maria gosta de café com açúcar.

5 Como você sabe, muitos verbos da língua portuguesa apresentam regência variável. A depender do falante, da situação, por exemplo, um verbo pode ser usado com diferentes complementos. Considerando o que prescreve a norma gramatical, complete as frases, abaixo, usando a regência correta:

- a) Os filhos devem obedecer ____ pais. (**os/aos**).
- b) Moro ____ rua General Osório. (**na/à**).
- c) O Iraque visou ____ passaporte dos brasileiros. (**o/ao**).
- d) As eleições diretas visam ____ crescimento. (**o/ao**).
- e) Os professores aspiram ____ cargo. (**ao/o**).
- f) João chegou cedo ____ escola. (**na/à**).
- g) Prefiro cinema ____ teatro. (**a/do que**).
- h) Paguei ____ médico. (**o/ao**).
- i) Não pise ____ grama. (**a/na**).
- j) Sentar-se ____ mesa. (**na/à**).
- k) Avisarei ____ diretor. (**ao/o**).
- l) O treinador pediu calma ____ jogadores. (**os/aos**).
- m) Fui ____ Porto Seguro. (**em/a**).
- n) Eu encontrei ____ colega na rua. (**uma/com uma**).
- o) Chegamos ____ topo da montanha. (**no/ao**).
- p) Pagamos ____ pedreiros ontem. (**aos/os**).
- q) Maria pisou ____ meu pé. (**no/o**).

6 A propósito da regência variável, você, na condição de professor, como explicaria a divergência entre a norma e o uso?



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- as concepções de *sujeito*, apresentadas pela gramática tradicional, não dão conta de todos os dados de uma língua: ora uma definição se aplica, ora, não;
- a descrição apresentada dos verbos é bastante limitada, pressupondo, às vezes, que um verbo tem comportamento definido, não podendo variar quanto à quantidade e ao tipo de complementos;
- a prescrição tradicional e a prática efetiva dos usos nem sempre são correspondentes.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar esta nossa aula, recomendo a leitura do livro de: PERINI, M. A. **So-frendo a Gramática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.



REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à sintaxe do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, L. F. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. *In*: HORA, D. da; CRISTIANO, E. (Orgs.). **Estudos lingüísticos: realidade brasileira**. João Pessoa: Idéia. 2001, p. 179-191.
- DUARTE, M. E. Termos da oração. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, p.185-203.
- KANTHACK, G. S.; SANTOS JUNIOR, I. B. dos. O ensino de transitividade em sala de aula: relevância dos conhecimentos implícitos e explícitos. *In*: **Anais do I colóquio nacional de estudos da linguagem**. UFRN: Natal, 2007. (Arquivo eletrônico).
- KANTHACK, G. S. Transitividade verbal: teoria e prática gramaticais. *In*: **Caderno Seminal Digital**. V. 10, nº 10. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2008, p. 98-106. Disponível em: < http://www.dialogarts.uerj.br/caderno_seminal.htm>
- PERINI, M. A.; FULGÊNCIO, L. Notas sobre a transitividade verbal. *In*: KIRTS, M. *et al.* **Lingüística aplicada ao ensino de português**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.1992, p. 64-82.
- PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINI, M. A. **Sofrendo a Gramática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE II

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- reconhecer incoerências que envolvem a distribuição proposta pela gramática tradicional aos “termos da oração”;
- constatar que a coordenação e a subordinação são mecanismos fundamentais não só para a formação de período composto, mas também para unidades menores dentro da oração;
- verificar que as sentenças de um período, seja ele composto por coordenação, seja por subordinação, mantêm uma relação de interdependência: uma sentença não subsiste sem a presença da outra;
- entender que a compreensão da organização e do funcionamento dos elementos em uma sentença é mais significativa do que uma simples classificação.

AULA 4

SINTAXE TRADICIONAL: PROBLEMAS DE ORDEM CONCEITUAL E ESTRUTURAL - PARTE II



1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de continuar com a reflexão sobre problemas de ordem conceitual e estrutural, comuns nas descrições apresentadas pela gramática tradicional (GT), você conhecerá, nesta aula, a problemática que envolve a tripartição clássica adotada para caracterizar os chamados “termos da oração”: *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*. Também verá algumas incoerências referentes aos mecanismos responsáveis pela organização do período, chamados de *coordenação* e *subordinação*.

2 A ORAÇÃO E OS SEUS TERMOS: UMA DISTRIBUIÇÃO INCOERENTE

Tradicionalmente, as gramáticas tradicionais distribuem os “termos da oração” em três categorias: *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*. Na prática, essa distribuição, além de ser incoerente, não proporciona a compreensão das relações gramaticais estabelecidas entre os termos no que diz respeito à organização sintática.

2.1 Os termos essenciais

Para a GT, os termos essenciais da oração são o *sujeito* e o *predicado*. Naturalmente, você deve entender que “essencial” é aquilo que não pode faltar numa sentença. Pois bem, então analise as sentenças abaixo:

- (1) a. Os alunos da EAD compraram livros de sintaxe.
b. Gosto da disciplina de sintaxe.
c. Choveu muito em Ilhéus.

Em 1a, o sujeito “os alunos da EAD” aparece explícito; já em 1b, não. Se é essencial, ele também deveria aparecer. Não é? E o que dizer de 1c, uma oração sem sujeito? Percebe a incoerência? Isso também ocorre com o predicado, como você pode notar em 2, nas respostas dadas à seguinte pergunta: *você já estudou para a prova?*

- (2) a. Eu já.
b. Eu não.

E mais: você poderia simplesmente responder:

- (3) a. Já.
b. Não.

Você sabia que o reconhecimento dos elementos que funcionam como “sujeito” e “predicado” são importantes para a elaboração de um resumo? Normalmente, neles estão concentradas as informações básicas de uma sentença.

Estou certa? Mas e os termos essenciais, onde estão? Se, de fato, eles fossem dessa natureza, essas respostas jamais poderiam ser produzidas. No entanto, você as produz e quem as ouve compreende que você está afirmando ou negando o que lhe foi perguntado. Ou seja, tanto você quanto o ouvinte tem a consciência de que essas respostas correspondem apenas a uma parte de uma estrutura sen-

tencial maior, que são: *Eu já estudei para a prova* e *Eu não estudei para a prova*.

2.2 Os termos integrantes

São termos integrantes aqueles que completam o sentido de um substantivo, de um adjetivo e de um advérbio (*complementos nominais*), ou de um verbo (*complementos verbais*). Vamos identificá-los nos exemplos abaixo:

- (4)
- a. Eu gosto de doce de leite.
 - b. João tinha os olhos rasos de lágrimas.
 - c. Maria comprou um presente relativamente caro.

Primeiro: quais são os complementos nominais? Se você respondeu que são "leite", "lágrimas" e "caro", acertou! Em 4a, "leite" completa, juntamente com a preposição "de", o sentido do substantivo *doce*; em 4b, "de lágrimas", o sentido do adjetivo *rasos*; e em 4c, "caro", o sentido do advérbio *relativamente*.

Segundo: quais são os complementos verbais? São: "de doce de leite", o objeto indireto (4a); "os olhos rasos de lágrimas", o objeto direto (4b); e "um presente relativamente caro", também objeto direto (4c). Eles complementam, respectivamente, os sentidos dos verbos *gostar*, *ter* e *comprar*.

Quanto a essa distribuição, um dos problemas que se destaca é: se os complementos fazem parte do predicado, logo, eles também não seriam essenciais? Ou seja, ao afirmar que o predicado é um termo essencial, assume-se o pressuposto de que tudo aquilo que o compõe é também essencial. Não se pode pensar que apenas uma parte o é, e outra não. Ser integrante, como o próprio nome diz, significa que o termo é importante e necessário para a composição sintática da sentença.

Além dos complementos (nominais e verbais), o *agente da passiva* também é classificado como termo integrante. Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 143), "o agente da passiva é o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito". Normalmente, esse termo é introduzido por uma preposição, como você pode ver em: *a árvore foi cortada por João*; *esta aula foi por mim produzida*.

2.3 Os termos acessórios

Certamente, você deve entender que "acessório" corresponde àquele elemento que é dispensável numa estrutura sintática. Estou certa? Pois bem, então, analise os exemplos abaixo, atentando para os elementos em destaque:

Veja o que dizem os gramáticos sobre *termos acessórios*: são termos "que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado" (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 145); são termos "não rigorosamente necessários à compreensão básica do enunciado" (LUFT, 1986, p. 42). Na visão deste gramático, particularmente, os termos essenciais desempenham uma (sub)função, pois apenas determinam, qualificam e modificam outros termos.

- (5)
- a. Tinha *uma* memória *de prodígio*.
 - b. Casara-se havia *duas* semanas.
 - c. Visitei *minha* amiga em *sua* casa.
 - d. João *não* está feliz.
 - e. Os alunos chegaram *agora*.
 - f. Os alunos viajaram *para Salvador*.
 - g. As crianças, *que estavam perdidas na floresta*, foram encontradas.

Considerando que esses elementos são classificados como termos acessórios (*o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto* (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 145), posso retirá-los da sentença. Acertei? Não! Se os retiro, os sentidos são alterados. Veja 6:

- (6)
- a. Tinha memória.
 - b. Casara-se havia semanas.
 - c. Visitei amiga em casa.
 - d. João está feliz.
 - e. Os alunos chegaram.
 - f. Os alunos viajaram.
 - g. As crianças foram encontradas.

Portanto, o que a descrição tradicional chama de “acessório” é, na verdade, essencial para a construção e o sentido da sentença. Você concorda?

A propósito dessa clássica tripartição, Duarte (2007, p. 186) enfatiza que ela

(...) não contribui para uma visão das relações entre os constituintes da oração, além de induzir o aluno a pensar que os chamados ‘essenciais’ são mais importantes que os demais. À imprecisão resultante do uso de tais adjetivos alia-se a falta de complementaridade entre os termos que compõem cada um dos três grupos (...) essa forma de distribuir os termos da oração não contribui para o entendimento das relações gramaticais que se estabelecem entre eles.

Pelas palavras da autora, você deve notar que a distribuição proposta pela GT para os termos da oração é incoerente. Segundo ela, “quando se tem como propósito descrever e entender a estrutura da oração”, o mais adequado é levar “em conta os níveis da hierarquia

sintática, do mais amplo para o mais restrito, observando como esses elementos se organizam e se articulam” (p. 186).

Certamente, você pode perguntar: afinal, qual é a importância de se ensinar os termos da oração? Pois bem, saiba que o reconhecimento deles é muito importante para se compreender como funciona a organização de uma sentença. Por exemplo, reconhecer um *sujeito* é importante para realizar corretamente a concordância (verbal e nominal). Normalmente, os falantes têm dificuldades para aplicar a concordância quando o sujeito ocorre separado do verbo por vários elementos intercalados, ou quando o sujeito está na posição pós-verbal. Reconhecer os termos da oração é importante, também, para o uso adequado dos sinais de pontuação. Como já afirmamos acima, reconhecer determinados termos nos ajuda na prática do resumo/fichamento. Enfim, reconhecer os termos e compreender as relações que eles estabelecem numa sentença é mais significativo do que classificá-los, pois, como você viu, nesta seção, a distribuição proposta pela GT é bastante incoerente, além de ter pouca finalidade.

3 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: PROCESSOS SINTÁTICOS FUNDAMENTAIS PARA A FORMAÇÃO DAS SENTENÇAS

No que se refere à organização e constituição das sentenças, o sistema linguístico põe à disposição do falante uma variada gama de recursos para relacionar ou fundir as palavras. No âmbito da sentença, tradicionalmente, dois mecanismos são apresentados: o da *coordenação* e o da *subordinação*. Normalmente, esses dois mecanismos são empregados no período composto, aquele que é formado por mais de uma oração, como ilustram os exemplos abaixo:

- (7) a. Maria correu, escorregou e caiu.
b. João disse que Maria levou um tombo.

Em 7a (a chamada oração coordenada), temos uma estrutura formada de três orações: *Maria correu / escorregou / e caiu*; em 7b (a chamada oração subordinada), de duas orações: *João disse / que Maria levou um tombo*. Como você sabe, nessas duas sentenças há dois elementos que desempenham a função de unir as sentenças: as **conjunções** e (7a) e que (7b).

Você deve se lembrar que, nas aulas tradicionais de análise sintática, exercícios de identificação e classificação de sentenças são bastante comuns, e, na maioria das vezes, são vistos pelos alunos como enfadonhos e sem finalidade. Com toda razão! Sabe por quê? Na verdade, o indivíduo já tem domínio de como as sentenças devem ser construídas e organizadas sintaticamente. A tradição, por sua vez, com a prática da identificação e classificação, induz o aluno a pensar que *ele não tem conhecimento de língua*. Trata-se de um grande engano!!!

Relembrando as **conjunções** *coordenativas*: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas. Relembrando as *conjunções subordinativas*: causais, concessivas, finais, temporais, comparativas, consecutivas (iniciam orações adverbiais) e integrantes (introduzem orações substantivas) (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 571).

Esses dois mecanismos, entretanto, não se restringem apenas ao período composto, como nos faz pressupor a descrição tradicional. Observe os constituintes destacados nas sentenças abaixo:

- (8) a. [Os homens e as mulheres] entraram na sala de reunião.
b. O professor falou sobre [sintaxe e semântica].
c. João comprou [um carro e uma casa].
d. O professor [que chegou de Portugal] falou sobre sintaxe.
e. João, [que é motorista de ônibus], [que é casado com Maria], ganhou na loteria.

Duarte (2007, p. 206) lembra que “a única referência indireta feita pelas gramáticas tradicionais à coordenação dentro do período simples aparece ao classificar o sujeito que exhibe sintagmas coordenados de ‘sujeito composto’.

Como você vê, as conjunções e (8a, 8b e 8c) e que (8d e 8e) estão sendo empregadas para articular unidades menores dentro da oração. Portanto, a coordenação e a subordinação são mecanismos sintáticos que operam não só no nível do período composto, mas também em nível inferior a ele. São, na verdade, mecanismos responsáveis pela organização e constituição das unidades que formam as sentenças e os períodos.

A seguir, abordaremos algumas incoerências que envolvem cada um desses processos sintáticos.

3.1 Coordenação ou parataxe: relações de independência?

Segundo a GT, esse mecanismo se aplica para interligar duas orações que são da mesma natureza. A propósito desse tipo de oração, Cunha e Cintra (1985, p. 578) afirmam:

- a) São autônomas, INDEPENDENTES, isto é, cada uma tem sentido próprio;
b) Não funcionam como TERMOS de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a *totalidade* da outra.

A tais orações autônomas dá-se o nome de COORDENADAS, e o período por elas formado diz-se COMPOSTO POR COORDENAÇÃO.

Como você percebe, coordenação implica em independência. A questão é: que tipo de independência? Sintática ou semântica? Na

verdade, nenhuma! Para entender essa questão, considere os contrastes abaixo:

- (9) a. João estudou, mas não passou no vestibular.
b. * Mas não passou no vestibular, João estudou.
- (10) a. João não passou no vestibular pois não estudou o suficiente.
b.* Pois não estudou o suficiente, João não passou no vestibular.

Se as duas sentenças são independentes, como prescreve a GT, poderíamos aplicar o teste da inversão e comprovar se realmente a afirmação é verdadeira. No entanto, como você vê nos contrastes acima, a inversão torna as sentenças agramaticais, evidenciando que elas são, na verdade, dependentes sintaticamente e só têm sentido conforme a hierarquização que ilustram 9a e 10a.

Além disso, que independência existe em “mas não passou no vestibular” e em “pois não estudou o suficiente”? “A comunicação de um sentido completo só se fará com o auxílio de outro enunciado” (GARCIA, 1988, p. 22): *João estudou* e *João não passou no vestibular*, respectivamente.

Pelas palavras desse autor, podemos afirmar que a segunda oração é dependente da primeira, e vice-versa. Elas só têm sentido se consideradas juntas, formando uma unidade maior.

3.2 Subordinação ou hipotaxe: relação de dependência?

A subordinação, por sua vez, é um mecanismo que se aplica para interligar duas orações, que, segundo a GT, não são da mesma natureza. Conforme Cunha e Cintra (1985), a primeira oração, que contém a informação *principal* do período, “rege-se por si, e não desempenha função sintática em outra oração do período; chama-se, por isso, oração principal” (p. 579). Também, nessa mesma página, afirmam que “a segunda oração tem sua existência dependente da primeira (...)”.

Como você pode ver, a subordinação, ao contrário da coordenada, é descrita como dependente. Pois bem, vamos aplicar, novamente, o teste da inversão para comprovar ou não a validade desse argumento:

- (11) a. Maria disse que João não passou no vestibular.
b. Que João não passou no vestibular, Maria disse.
- (12) a. Os alunos partiram quando a chuva cessou.
b. Quando a chuva cessou, os alunos partiram.

Mesmo com a inversão, as sentenças não alteram o seu sentido. Logo, podemos pressupor que elas são mais independentes do que aquelas que ocorrem nas sentenças coordenadas. No entanto, assim como estas, as subordinadas só têm sentido se também as considerarmos juntas, formando uma estrutura maior. Da mesma forma, perguntamos: que sentido tem as sentenças sozinhas: “os alunos partiram” e “quando a chuva cessou”, por exemplo? Saiba que elas só têm sentido completo se estiverem relacionadas, uma completando o sentido da outra.

Portanto, assim como nas coordenadas, nas subordinadas, as sentenças menores, que compõem a sentença maior, mantêm uma relação de dependência entre elas. Se se trata de um período composto, seja ele coordenado, seja ele subordinado, todas as sentenças não subsistem sem o apoio de uma outra. Todas elas são interdependentes. Isso é fato! Além disso, as relações de coordenação e subordinação não se aplicam apenas a períodos compostos, mas também a períodos simples. Isso também é fato!

Para encerrar, vale destacar, aqui, as palavras de Weinrich (1964), *apud* Fávero (p. 54), sobre a interdependência das orações:

Um texto é, sem dúvida, uma totalidade em que tudo está relacionado entre si. As orações seguem-se umas às outras numa ordem lógica, de modo que cada oração entendida ajuda na compreensão orgânica da seguinte. De outro lado, a oração seguinte, se compreendida, influi sobre a compreensão da precedente, de modo que se entende melhor quando se volta a pensar nela. É assim que alcançamos a compreensão de um texto. Por isso, toda oração está subordinada a outra na medida em que não só se compreende por si mesma, mas também contribui para a compreensão de todas as outras. Isso demonstra que não só a oração isolada, como também o texto inteiro, é um andaime de determinações cujas partes são interdependentes.

Ou seja, um texto é constituído de frases/sentenças, e todas elas mantêm relações sintáticas e semânticas umas com as outras. Além disso, as frases/sentenças são constituídas de unidades menores, que também mantêm relações estreitas uma com as outras.

O reconhecimento dessas relações é fundamental para que se compreenda o verdadeiro significado da unidade dentro da sentença, da sentença dentro do período, do período dentro dos parágrafos e, por fim, do próprio texto.



ATIVIDADES

1 Ao estruturar uma sentença, o falante pode organizá-la apenas com informações básicas, mas também pode acrescentar a ela uma série de informações complementares, ampliando, assim, a sua extensão. Veja um exemplo extraído de Faraco e Tezza (2003, p. 273):

Mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores.

1. A partir de terça feira, mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores.
2. A partir de terça feira, em São Paulo, mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores.
3. A partir de terça feira, em São Paulo, mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores que devem visitar a Fenasoft.
4. A partir de terça feira, em São Paulo, mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores que devem visitar a Fenasoft – a maior feira de informática do mundo.
5. A partir de terça feira, reunidos no galpão de 53.000 metros quadrados do Parque Anhembi, em São Paulo, mais de 1.000 expositores tentarão conquistar a atenção dos consumidores que devem visitar a Fenasoft – a maior feira de informática do mundo.

Como você vê, a uma informação básica (constituída de um *sujeito* e um *predicado*), foram acrescentadas várias informações complementares, que tornaram a sentença mais completa na sua significação. Se você for classificar, conforme a GT, os termos grifados em 1 e 2, por exemplo, terá que dizer que eles são *acessórios*, pois se tratam, respectivamente, de advérbio de tempo de lugar. Todavia, você não deve entender que *acessório* é aquele elemento dispensável numa sentença. Na verdade, termo *acessório* ou integrante é fundamental para a compreensão exata do significado. O falante, por sua vez, tem a liberdade de colocá-lo ou não na sentença. Entendeu? Portanto, um exercício como o exposto acima serve para você colocar, em prática, o conhecimento subjacente que tem da organização e do funcionamento das palavras dentro de uma estrutura oracional. Vamos, então, praticar!

1.1 Seguindo o modelo acima, acrescente três (no mínimo) informações complementares a cada uma das informações básicas que se seguem:

- a) O Brasil sediará a Copa do Mundo.
- b) A legalização do aborto é um assunto polêmico.
- c) O eclipse será total.
- d) Choverá.
- e) Exercícios físicos são importantes.
- f) O presidente falou em cortar gastos.
- g) João saiu.
- h) Duas empresas faliram.

2 Relacione as três ideias do grupo de sentenças em um só período, articulando-as da maneira que julgar mais adequada. Faça isso três vezes, dando relevância, alternadamente, a cada uma das ideias. Vejamos, primeiramente, um modelo (cf. ABREU, 1996, p. 29-30):

- (1) Muitas empresas multinacionais estão decepcionadas com alguns aspectos da nova Constituição.
- (2) Muitas empresas multinacionais continuarão a investir no Brasil.
- (3) Muitas empresas multinacionais acreditam no futuro do Brasil.

- a) dando relevância à primeira sentença

Muitas empresas multinacionais estão decepcionadas com alguns aspectos da nova Constituição, mas continuarão a investir no Brasil, uma vez que acreditam no futuro do País.

- b) dando relevância à segunda sentença

Muitas empresas multinacionais continuarão a investir no Brasil, já que acreditam no futuro do país, embora estejam decepcionadas com alguns aspectos da nova Constituição.

- c) dando relevância à terceira sentença

Muitas empresas multinacionais acreditam no futuro do Brasil, uma vez que continuarão a investir aqui, apesar de estarem decepcionadas com alguns aspectos da nova Constituição.

Agora é a sua vez!

1.1 O Rio de Janeiro é o paraíso das confecções.

Nem todas as confecções do Rio de Janeiro são importantes.

Algumas confecções do Rio de Janeiro são clandestinas.

1.2 A porta fabricada pela *Matsushita* é à prova de arrombamento.

A porta fabricada pela *Matsushita* não tem chave.

A porta fabricada pela *Matsushita* funciona por computador.

3 Reescreva, em um só período composto, as informações abaixo, utilizando, para tanto, as conexões adequadas (cf. FARACO; TEZZA, 2003, p. 283-284):

- a) A banana chegou ao Ocidente trazida por comerciantes árabes. Eles a transportavam como valioso alimento para ser consumido durante as viagens.
- b) A banana é uma das frutas mais saborosas. A banana é um dos mais completos alimentos.
- c) O governo criou uma nova situação cambial. O governo fixou o real um pouco acima do dólar.
- d) A Itália jogou seis partidas na Copa de 94. Ela usou 20 de seus 22 jogadores.
- e) A Itália perdeu logo para a Irlanda. A Irlanda é uma seleção bisonha.

4 Encaixe as orações secundárias nas respectivas matrizes, fazendo as adaptações necessárias. Em seguida, responda as questões.

- a) João foi ao baile. João encontrou Maria.
- b) João não foi nem ao baile. João não foi nem ao teatro.
- c) João estudou. João não passou no concurso.
- d) O menino olhava o seu cãozinho morto. O menino não chorava. O menino não lamuriava.
- e) O tempo estava frio. Maria não o sentia.
- f) Maria não sabe se João foi ao teatro. Maria não sabe se João foi ao baile.
- g) Passo protetor solar. Estou protegida dos raios ultravioletas.
- h) Maria comeu muito. Maria está com fome.

4.1 Ao fazer as adaptações, você obteve estruturas sintáticas mais coesas ou não? Explique.

4.2 Quais foram os conectivos (conjunções) usados para os encaixamentos das sentenças? Eles apresentam ou não o mesmo sentido? Explique.

4.3 Conforme a GT, que tipo de estrutura sintática está em jogo nesse tipo de exercício? Identifique cada uma delas. Para isso, tenha, em mãos, uma gramática!

5 Encaixe a segunda oração dentro da primeira, isto é, no lugar de *algo*, fazendo as adaptações necessárias. Em seguida, responda as questões:

- a) Precisamos de *algo*. Você nos ajudar.
- b) Tenho certeza de *algo*. Você me estimar.
- c) *Algo* é certo. Ninguém chegar atrasado.
- d) Sou favorável a *algo*. O divórcio ser aprovado.
- e) Gosto de *algo*. Os alunos fazer perguntas.
- f) Exigimos *algo*. A diretoria aprovar o aluno.
- g) Tudo depende de *algo*. Os alunos esforçar-se.

5.1 Ao fazer as adaptações, o que ocorreu com o verbo da segunda sentença?

5.2 O conectivo usado para os encaixamentos das sentenças é o mesmo, ou não? Qual ou quais são eles?

5.3 Conforme a GT, que tipo de estrutura sintática está em jogo nesse tipo de exercício?



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- a tripartição clássica da GT não dá conta de explicar a organização e o funcionamento dos termos responsáveis pela composição das sentenças;
- *coordenação* e *subordinação* são dois processos sintáticos fundamentais para a formação das sentenças (incluindo o período composto) e de unidades inferiores a elas;
- tanto no período composto pela coordenação quanto no período composto pela subordinação, as sentenças mantêm uma relação de dependência umas com as outras, o que coloca em xeque o que é posto pelas gramáticas normativas a respeito desses dois processos sintáticos;
- reconhecer a natureza das relações (entre as unidades, as frases, os períodos...) é mais significativo do que classificar os termos seguindo, puramente, uma descrição que não dá conta dos fatos de uma língua.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar o conteúdo desta aula, recomendo a leitura do artigo "Alguns aspectos da sintaxe portuguesa: uma leitura crítica da gramática tradicional, de ROSSIGNOLI, W." disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigos/artigo\(1\).pdfda](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigos/artigo(1).pdfda)>

Para a segunda parte da aula (coordenação e subordinação), recomendo, especificamente, a leitura do artigo "O uso das conjunções 'mas' e 'embora' em textos de alunos da educação básica, de FARIAS, R. L. da S., publicado na **Revista da ABRALIN**, em 2008, disponível no seguinte endereço: <[http://www.abralin.org/revista/rv7n2/12-Rosemeire-Lopes\[1\].pdf](http://www.abralin.org/revista/rv7n2/12-Rosemeire-Lopes[1].pdf)>



REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **Curso de Redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- AZEREDO, J. C. de. **Iniciação à sintaxe do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, M. E. Termos da oração. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007, p. 185-203.
- DUARTE, M. E. Coordenação e subordinação. *In*: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007, p. 205-223.
- FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FÁVERO, L. L. O processo de coordenação e subordinação: uma proposta. *In*: KIRTS, M. *et al.* (Org.). **Linguística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 52-61.
- GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: F. Getúlio Vargas, 1988.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1986.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SOUZA e SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1995.



Suas anotações

A series of horizontal lines for writing, consisting of a top dashed line, a second dashed line, and a series of solid lines below.

SINTAXE À LUZ DA GRAMÁTICA GERATIVA

APRESENTAÇÃO

As seis aulas que compõem esta segunda unidade têm como objetivo apresentar um dos modelos teóricos mais conhecidos e estudados na área da sintaxe: o da gramática gerativa, proposto pelo linguista norte-americano Noam Chomsky, a partir do final da década de 50.

Primeiro, você estudará fundamentos epistemológicos básicos que caracterizam esse modelo; depois, conhecerá uma das abordagens do autor para descrever e explicar a organização e a constituição de uma sentença.

Certamente, nesse segundo momento, perceberá que a proposta de análise se constitui numa forma matemática e abstrata (formal), o que dificulta, muitas vezes, a compreensão da teoria. Mas, não se assuste! Não é tão difícil assim! Verá que é mais simples do que a abordagem tradicional. Nesse segundo momento, também surgirão questionamentos do tipo: Árvores em sintaxe? Que disciplina é essa que ensina a “plantar” árvores? Será que estamos falando mesmo de Linguística? E a aplicabilidade desse tipo de proposta?

Saiba que esses mesmos questionamentos eu os fiz um dia, quando me apresentaram, pela primeira vez, esse tipo de abordagem. E posso garantir: trata-se de uma proposta bastante interessante e que explica muitos fatos que caracterizam a sintaxe das línguas.

Espero, portanto, que as próximas aulas despertem, em você, o interesse por conhecer, pelo menos um pouco, um dos modelos que nos tem permitido compreender que a sintaxe de uma frase/sentença vai além da prática da análise sintática desenvolvida nas aulas tradicionais de língua portuguesa. Que sejam, também, proveitosas essas aulas!

GRAMÁTICA GERATIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS BÁSICOS

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- conceituar *linguagem*, *língua* e *gramática* conforme a perspectiva chomskyana;
- explicar a diferença que caracteriza a dicotomia *competência* e *desempenho*;
- aplicar o seu conhecimento intuitivo de língua para reconhecer a natureza de itens lexicais;
- reconhecer a importância dos pressupostos chomskyanos para os estudos de linguagem.

AULA 5

GRAMÁTICA GERATIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS BÁSICOS



1 INTRODUÇÃO

A partir desta aula, você terá a oportunidade de conhecer alguns dos fundamentos epistemológicos que caracterizam o programa da gramática gerativa. Trata-se de uma abordagem que tem como objetivo principal descrever e explicar a natureza da faculdade da linguagem. Nesse intuito, o autor coloca a sintaxe como o foco da investigação, pois ela é considerada como o componente central da gramática, que determina como as sentenças que o falante produz devem ser estruturadas. A sintaxe é vista como um objeto autônomo, podendo ser estudada e analisada independentemente dos demais componentes da gramática (léxico, fonética, fonologia, morfologia e semântica).

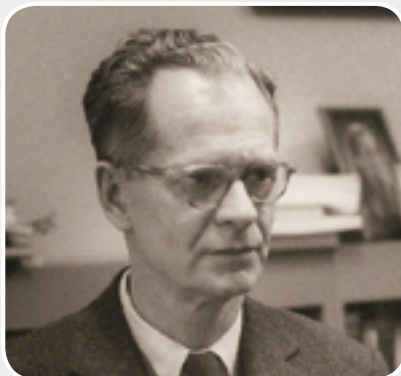
Antes de você ver como a sintaxe é descrita pela abordagem gerativa, terá que estudar, primeiro, alguns conceitos básicos, tais como: *linguagem*, *língua* e *gramática*. Esta última, em especial, é concebida de uma forma totalmente diferente daquela "gramática" que você conhece como "normativa". Para você entender a nova concepção, terá que compreender a diferença entre *competência* e *desempenho*, dicotomia esta apresentada pelo autor para explicar o conhecimento linguístico de um falante e a habilidade que ele tem para representá-lo.

2 LINGUAGEM: UMA FACULDADE INERENTE AO SER HUMANO



Avram Noam Chomsky |
Fonte: <http://www.chomsky.info>

Avram Noam Chomsky (nasceu na Filadélfia, em 7 de dezembro de 1928) é linguista, filósofo e ativista político estadunidense conhecido no mundo todo. Além da sua investigação e ensino no âmbito da linguística (é professor no Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Chomsky se destaca pelas suas posições políticas de esquerda e pela sua crítica à política externa dos Estados Unidos. Para saber mais sobre o autor, recomendo acessar o endereço: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Noam_Chomsky>



Burrhus Frederic Skinner |
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Burrhus_Frederic_Skinner

Burrhus Frederic Skinner foi autor e psicólogo estadunidense. Conduziu trabalhos pioneiros em psicologia experimental e foi o proponente do Behaviorismo Radical, abordagem que busca entender o comportamento em função das inter-relações entre a filogenética, o ambiente (cultura) e a história de vida do indivíduo. Para saber mais, consulte o endereço: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Burrhus_Frederic_Skinner>

Na perspectiva da teoria gerativa, a linguagem é uma faculdade inata e específica do ser humano, pois somente ele é dotado geneticamente de tal faculdade, que, segundo **Chomsky**, está alocada no cérebro, marcando, assim, a diferença entre os humanos e outros animais. Por defender essa concepção, a sua teoria é denominada de mentalista ou inatista.

Saiba você que é uma concepção diferente daquela defendida pela corrente de base empirista, que pregava o conhecimento como fruto da experiência. Nessa perspectiva, a aprendizagem da linguagem era interpretada como resultante de uma série de estímulos condicionantes e fixada pela repetição. Conforme **Skinner** (1957, *apud* Scarpa 2001), a linguagem é igual a qualquer outro comportamento que pode ser explicado por meio da sucessão e contingência de mecanismos de estímulo, resposta e reforço.

O pressuposto dessa teoria é que um estímulo externo promove uma resposta externa do organismo. Se ela for reforçada positivamente, o comportamento tende a se manter; se for reforçada negativamente, tende a ser eliminado; se não houver reforço algum (positivo ou negativo), o comportamento tende a desaparecer. Para você entender melhor esse pressuposto, vamos a um exemplo!

Imagine uma situação de uma criança chorando, num berço, porque viu a mãe (estímulo). Se esta lhe der colo, a criança terá o reforço positivo e “aprenderá” que deve chorar para sair de lá. Se, por outro lado, a mãe não atender ao choro da criança, esta terá o reforço negativo e “aprenderá” que não é chorando que vai conseguir sair do berço.

Processo semelhante ocorre com o aprendizado da linguagem. Imagine uma situação em que a criança vê um copo (estímulo) e diz “aua”. Se alguém lhe der água, terá o reforço positivo e “aprenderá” que toda vez que quiser água deverá dizer “aua”. Entendeu o princípio básico do behaviorismo? Aprender uma língua materna é igual à aquisição de qualquer outra

habilidade e comportamento (por exemplo, andar de bicicleta, fazer acrobacias e dançar), pois se trata do acúmulo de comportamentos verbais.

Esse pressuposto é negado, todavia, por Chomsky, em 1959, quando **resenha** o livro de Skinner, intitulado *Comportamento Verbal*. Nela, o autor defende que a linguagem não é aprendida por imitação, não é determinada pelo mundo exterior, mas que é resultante de um dispositivo inato, uma dotação genética e, por isso, interna ao organismo humano. O autor não nega, entretanto, a importância do meio ambiente na aquisição da linguagem, só não o considera como determinante, como pregavam os behavioristas.

2.1 Língua: um sistema de representação mental

Para o autor da teoria gerativa, o dispositivo que possibilita a aquisição de uma língua corresponde a um sistema mental, de natureza computacional, capaz de **gerar** um conjunto (finito ou infinito) de orações gramaticais (bem formadas), cada uma finita em seu comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos. A esse sistema computacional, existente na mente de todo ser humano, dá-se o nome de “**gramática**”, compreendida como o conhecimento internalizado das formas e das regras que determinam o funcionamento de uma língua. Em outras palavras, esse sistema consiste, por um lado, num “dicionário mental” das formas da língua e, por outro, num conjunto de regras que atuam de modo computacional sobre as formas, ou seja, esse sistema chamado de gramática permite gerar

(...) representações mentais constituídas por combinações categorizadas das formas lingüísticas. Estas representações determinam de uma forma muito explícita as propriedades fonológicas e sintáticas das expressões da língua, assim como aquelas propriedades semânticas que são derivadas directamente a partir das propriedades sintáticas (RAPOSO, 1992, p.29).

Conforme Scarpa (2001), foi tal **resenha** que lançou Chomsky no debate científico de sua época. O então jovem autor se posicionou contra a visão ambientalista de aprendizagem da linguagem,

(...) argumentando que as estruturas de condicionamento e de aprendizagem, segundo as quais um modelo A é reproduzido, pelo aprendiz, por mecanismos de contingenciamento ou imitação, como A', nem de longe começa a explicar a complexidade e a sofisticação do conhecimento lingüístico (...) que tem bases biológicas (porque genéticas) e, portanto, são manifestações da faculdade da linguagem. (p. 207).

Para você entender melhor a ideia de “**gerar**” (da qual surge o nome da teoria), veja o que diz Lyons (1987, p. 124):

O termo ‘gerar’, usado na definição, deve ser tomado exatamente no mesmo sentido que tem em matemática. A título de ilustração: dado que x pode assumir o valor de qualquer número natural $\{1, 2, 3...\}$, a função $x^2 + x + 1$ (a qual podemos considerar como um conjunto de regras ou operações) gera o conjunto $\{3, 7, 13...\}$. É neste sentido abstrato, ou estático, que se diz que as regras da gramática gerativa geram as sentenças da língua (...) Uma gramática gerativa é uma especificação matematicamente precisa da estrutura gramatical das sentenças que gera.

Vale lembrá-lo (a) que **gramática**, aqui, nada tem a ver com prescrições normativas, como aquelas que você encontra nas gramáticas tradicionais. Na teoria, *gramática* corresponde, grosso modo, a um computador, que, quando acionado, gera todas as sentenças de uma língua. O papel de um linguista, neste caso, é compreender o conhecimento especializado que o falante tem da sua língua; ou seja, como tal conhecimento é constituído, adquirido e usado.

Para você entender sobre esse funcionamento, considere a sentença abaixo:

(1) Que livro você leu?

Como você vê, trata-se de uma sentença interrogativa. Sabe como ela é gerada? Assim: primeiro, o dicionário mental do falante informa que “ler” é um verbo, e que, necessariamente, deve selecionar como complementos um sujeito e um objeto. Afinal: “ler” exige alguém que leia, e quem lê, lê alguma coisa. Entendeu? Pois bem, com essa informação primária, aplica-se, em segundo, uma das regras da gramática, no caso, a que é responsável pela combinação das palavras dentro da sentença. Com esse segundo passo, temos o seguinte resultado:

(2) Você leu que livro?

Como pode perceber, é uma ordem diferente daquela apresentada em 1. A regra da gramática determina que o sujeito deve ser gerado à esquerda do verbo e que o objeto, à direita. No entanto, em 1, você vê o objeto à esquerda do sujeito. Neste caso, aplica-se uma outra regra: o objeto se move e a posição de base, onde ele foi gerado, fica vazia, como indica o travessão em 3, abaixo:

(3) Que livro você leu _ ?

Compreendeu como a frase 1 é gerada? De acordo com a teoria, a gramática vai colocando à disposição do falante várias regras para a representação de uma sentença. Cabe a ele escolher o tipo de estrutura que quer produzir. Se ele escolhe 1, você já sabe que uma regra de movimento foi aplicada ao objeto; se escolhe 2, a opção é manter o objeto na posição em que foi gerado. Ou seja, o falante escolhe a estrutura que quer produzir porque intuitivamente já sabe quais são as regras que a gramática de sua língua lhe põe à disposição. Por exemplo, com certeza, esse falante não geraria uma estrutura como 4:

(4) *livro leu que você?

Por que 4 não é possível? Porque, no português, regras que determinam a organização e a combinação das palavras para a formação da sentença foram violadas.

Essa gramática que agora você já começa entender, segundo Chomsky, em seu estágio inicial, isto é, logo quando a criança nasce, é chamada de Universal (doravante Gramática Universal - GU), pois é considerada uniforme em relação a toda espécie humana. Isto significa dizer que toda criança que nasça em qualquer parte do mundo, esteja ela em qualquer contexto linguístico, sob influência de qualquer condição socioeconômica, apresenta um único modelo de “gramática”, cujo desenvolvimento e maturação vão ocorrendo à medida que a criança vai sendo exposta a um determinado ambiente linguístico, resultando, assim, uma gramática particular na mente de cada indivíduo, neste caso, a língua-I (língua como algo interno à mente, referindo-se à competência do falante), correspondendo ao **estágio final** da aquisição de uma língua.

Em outras palavras, a criança que tem contato com o português, por exemplo, o chamado *input*, vai escolher as regras (a partir da GU) que se aplicam de fato a essa língua. Com essa escolha, ela produzirá o chamado *output*, que é resultante, portanto, da interação entre a língua que é falada ao seu redor e da manifestação da GU. Essa ideia é representada pelo esquema a seguir, adaptado de Miotto *et al* (1999, p. 36):

input → **GU** → *output*

Conforme esse pressuposto, a criança deduz a gramática da língua particular da sua comunidade (português, inglês, francês, japonês, por exemplo) a partir do *input*, o que a leva a selecionar aquelas regras que podem ser aplicadas à língua que está sendo adquirida, bem como descartar aquelas regras que não têm função nessa língua. Trata-se de uma “filtragem” do *input* através da GU. É essa filtragem que vai determinar a formatação da língua-I.

2.2 Gramática interiorizada: evidências

A essa altura, você deve perguntar: quais são as evidências que justificam a existência desse dispositivo chamado de “gramática”, que permite ao falante representar uma língua? Pois bem, a principal delas é nomeada de “problema lógico” ou “Dilema de Platão” (cf. CHOMSKY, 1986), que pode ser resumido assim:

Como pode, num tempo relativamente curto, uma

Conforme Miotto *et al* (1999, p. 35),

(...) em termos linguísticos é bastante complicado falar em produto ou **estágio final** do conhecimento. Assim, é mais plausível admitir-se que a gramática atinja um estágio de estabilização que seria considerado, então, como o estágio em que a criança apresenta uma gramática próxima do adulto. Vale, contudo, lembrar que esse conhecimento é a Língua-I e sua medida é ‘individual’, ou seja, não há a pressuposição de que a gramática da criança seja igual àquela dos adultos de quem recebeu o *input*.

criança aprender tanto sobre uma língua se ela tem acesso apenas a dados fragmentados, truncados e incompletos de realidade?

Vou esclarecer: a criança tem contato, ao mesmo tempo, com várias situações fragmentadas de língua. Por exemplo: numa determinada situação, ela ouve, ao mesmo tempo, o pai e a mãe conversando; os irmãos gritando; a babá lhe oferecendo comida; conversas veiculadas pela TV; o carro de som passando pela rua anunciando algo... Enfim, são vários fragmentos de realidades com que ela tem contato ao mesmo tempo. Mesmo diante de tudo isso (que caracteriza a chamada “pobreza de estímulo”, conforme Chomsky), é capaz de produzir formas e construções linguísticas sistemáticas, seguindo regras lógicas e consistentes.

Esclarecendo mais o dilema: o tempo que a criança leva para adquirir uma língua é relativamente curto. Uma criança de quatro anos já domina, e muito bem, a gramática de sua língua. Basta prestar atenção às crianças ao nosso redor. Como falam!!! Se o aprendizado fosse por imitação, como pressupunham os behavioristas, elas levariam um tempo muito maior para aprender uma língua.

Outra evidência em favor desse sistema mental diz respeito ao fato de a criança produzir enunciados que nunca ouviu de seus interlocutores. Para entender isso, veja as construções abaixo, atentando para as palavras em destaque:

- (5) a. Eu tomi o suco.
b. Eu já volti da colinha, mamãe.
c. Ela já fazeu meu leite.
d. Ele está morrido?

Essas formas, produzidas por uma criança de três anos e meio, apesar de não corresponderem à gramática de um adulto (lembre-se: um adulto, mesmo que não seja escolarizado, não produzirá essas formas), são perfeitamente interpretáveis. Elas evidenciam que a criança faz associações com outras formas de que tem conhecimento, que já fazem parte da sua gramática internalizada. Ou seja, o raciocínio é mais ou menos assim: se falo *comi*, *saí*; logo, são possíveis *tomi* e *volti*. Se falo *comeu*, *bebeu*; falo *fazeu*. Se falo *corrido*, *vivido*; falo também *morrido*. Percebe que o raciocínio dela é muito mais lógico do que o raciocínio feito por aqueles que prescreveram os diferentes paradigmas verbais? Com certeza, se nos baseássemos no raciocínio de uma criança (que se comporta, na verdade, como um pequeno linguista), poderíamos ter gramáticas descritivas muito

mais objetivas do que aquelas que você conhece bem. Concorda?

Quer mais evidências? Uma criança sabe quais são as propriedades gramaticais dos itens lexicais (palavras) que dominam, que fazem parte do seu dicionário mental. Por exemplo, ela sabe que palavras como “sofá”, “mesa” e “prato” são diferentes de palavras como “sujar”, “quebrar” e “cair”. Que estas podem ser ditas assim: *sujou*, *quebrou* e *caiu*. Já aquelas, não: **sofou*; **mesou* e **pratou*. Ou seja, a criança sabe o que é um verbo e o que é um substantivo (ela não sabe dizer as categorias “Verbo” e “Substantivo”; ela aprenderá isso na escola). Sabe que um verbo faz parte de um conjunto de palavras que se combinam com um tipo particular de formas (afixos), como “ou”, “eu”, “iu”, “ei”... ao mesmo tempo, sabe que um substantivo faz parte de um outro conjunto de itens, que, por sua vez, se combinam com outras formas, como: “sofazinho”; “mesas”; “pratinhos”, “pratões”...

Vamos a mais uma: a mesma criança que produziu as estruturas ilustradas em 5, acima, também afirmou, ao explicar a ideia de gênero, que o feminino de “cavalo” é *cavala*, que *cangará* é feminino de “canguru”, que *boia* é feminino de “boi”. Ora, se ela sabe, e confirma quando ouve do *input*, que o feminino se marca com o morfema *-a* (*gata*, *pata*, *rata* etc), logo, suas produções são lógicas. Está certa a criança, concorda?

Agora que você já conhece algumas das evidências que provam a existência da “gramática internalizada”, vamos ver quais são os pressupostos do autor para explicar o que permite o desenvolvimento desse sistema mental.

2.3 Competência X desempenho

Para justificar a existência do sistema mental, Chomsky (1965) recorre à famosa dicotomia “competência X desempenho”. *Competência* corresponde ao conhecimento internalizado que o falante tem de sua língua. Essa competência linguística se manifesta a partir do *desempenho* (performance), isto é, a partir do uso concreto e particular que cada indivíduo faz da língua em diversas situações concretas de fala. A fim de ilustrar a primeira noção, considere os contrastes abaixo:

Você se lembra da dicotomia *langue* e *parole*, de Saussure? “Competência”, concebida como o saber implícito, se aproxima do conceito de *langue* (conjunto de regras (fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas) que determinam o emprego das formas na constituição das estruturas); porém, vale lembrar que aquele autor não enfatizou o “aspecto criador da língua”. Por sua vez, “desempenho” equivale ao conceito de *parole*, a manifestação individual e atualizada dos falantes. Assim como Saussure, Chomsky não procura dar conta do uso particular da língua; para este último autor, o que interessa é compreender a criatividade linguística do falante, considerada, inclusive, como “o principal aspecto caracterizador do comportamento lingüístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal” (KENEDY, 2008, p. 128).

Para entender melhor a ideia de **gramaticalidade**, vale, aqui, apresentar a célebre frase de Chomsky: *Colorless green ideas sleep furiously* (Incolores ideias verdes dormem furiosamente). Embora esta sentença apresente traços de gramaticalidade (constitui a ordem básica: sujeito + verbo + advérbio), ela só é possível num mundo imaginário, pois, no plano real/denotativo, não há compatibilidade lógica entre seus componentes. A propósito, veja a explicação dada por Garcia (1988, p. 8-9):

(...) *idéias* não podem ser *verdes* nem *incolores*, e muito menos ser uma coisa e outra ao mesmo tempo. É claro que metaforicamente poderiam ser isso ou algo muito diverso; mas, então, um desses adjetivos ou ambos estariam desvinculados do seu traço semântico habitual, isto é, do seu sentido próprio; denotando cor ou ausência de cor, um exclui o outro, e nenhum deles se ajusta a *idéias*, entidade abstrata. E se *idéias* não podem, no plano da realidade, ser *verdes* nem *incolores*, tampouco *dormir* (...) *Furiosamente*, por sua vez, tem um significado tal que só se aplica, denotativamente, a ser animado, da mesma forma que o verbo *dormir*. Assim, por razões de impertinência semântica entre os seus componentes, esse conjunto de palavras só é frase na sua estrutura gramatical, mas só é mensagem no plano metafórico (...)

Ou seja, conforme a teoria, inteligibilidade é condição necessária para *gramaticalidade*. Vale ressaltar, no entanto, que a ideia de gramaticalidade não é vista como unanimidade por todos os falantes de uma língua. O que você pode julgar como gramatical, outro pode julgar como agramatical. Os julgamentos que se fazem das estruturas dependem, portanto, do ponto de vista de quem as julga e das situações em que elas ocorrem.

- (6) a. Eu já volti da escolinha.
b. *Escolinha da volti eu.
- (7) a. Eu tomi o suco.
b. *Eu suco tomi o.

Para explicar os contrastes, é necessário recorrer a dois conceitos básicos: **gramaticalidade** (respeito às regras gramaticais do sistema linguístico) e **agramaticalidade** (desrespeito às regras gramaticais do sistema linguístico), noções estas que não devem ser confundidas com as de “certo” e “errado” da gramática normativa. No tocante aos exemplos, a principal indagação é: o que leva a criança a produzir enunciados como os de 6a e 7a, e não os de 6b e 7b? Nos moldes da teoria, significa dizer que, intuitivamente, a criança sabe que os últimos dados ferem princípios básicos de gramaticalidade. Ou seja, ela reconhece que as sentenças possíveis são aquelas que seguem, por exemplo, regras de ordenação sintática, como as que temos em 6a e 7a. Tal reconhecimento é resultado da manifestação da competência linguística.

Outra evidência dessa manifestação está presente nas formas sublinhadas em 6a e 7a. Embora você note que os verbos não estão flexionados de forma adequada, devemos destacar a competência da criança em reconhecer que os itens lexicais *voltar* e *tomar* pertencem a um mesmo conjunto de palavras e que podem ser flexionadas da mesma forma. Ou seja, a criança sabe que se trata de verbos e que eles podem ser enquadrados no mesmo paradigma de verbos como *beber* (*bebi*) e *comer* (*comi*).

Para Chomsky, propriedades como essas já devem ser “conhecidas” das crianças antes mesmo de seu contato com qualquer língua natural e devem ser acionadas durante o processo de aquisição da linguagem. Com o processo de maturação da língua, a criança passa a incorporar, naturalmente, novos modelos de regras, aperfeiçoando, assim, a sua língua materna, como revelam os exemplos abaixo:

- (8) a. Eu já voltei da escolinha.
b. Eu tomei o suco.

Nessa visão, a criança é considerada como um “pequeno linguista”, que observa e avalia diferentes conjuntos de regras para depois escolher aquele conjunto que corresponde melhor aos dados do *input*. Neste processo, a criança reconhece as (ir)regularidades e aproxima cada vez mais a sua linguagem ao modelo do falante adulto (língua-I). No caso de 8, está explícito o reconhecimento da existência de outros paradigmas verbais, possibilitando à criança corrigir as pequenas “falhas” ilustradas em 6a e 7a. Isto é resultado do desempenho do falante em relação ao uso efetivo de sua língua.

Conforme Miotto (1995), “a tese do inatismo causa menos espanto quando se consideram sentenças” como as que você vê neste contraste abaixo:

- a. João_i disse que ele_i gosta de maçã.
b. *Ele_i disse que João_i gosta de maçã.

Qualquer falante do português reconhece que b é agramatical, pois sabe que o pronome *ele* e *João*, na posição em que se encontram, não podem ser correferentes, ou seja, não se trata da mesma pessoa, como ocorre em a, onde o _i subscripto indica que o referente das duas expressões é o mesmo, ou seja, *João* e *ele* são correferentes, dada a posição em que se encontram. Segundo Miotto, não é comum que a informação seja obtida por meio de outro falante, nem dos dados, pois uma sentença como b não é produzida com esta interpretação. E ainda completa: “do fato de que esse conhecimento independe do ambiente ‘externo’ conclui-se então que são necessárias, para justificá-lo, as condições ‘internas’, as capacidades genéticas da espécie humana (p. 78).

Para ilustrar, ainda, o desempenho, veja os exemplos abaixo:

- (9) a. João comprou um carro novo.
b. Um carro novo, João o comprou.
c. Um carro novo João comprou.
d. João, ele comprou um carro novo.
e. João, um carro novo ele comprou.
f. Um carro novo foi comprado por João.

Embora os julgamentos atribuídos a essas sentenças possam ser variáveis, o que é interessante destacar é o fato de uma ideia ser representada a partir de diferentes estruturas sintáticas, todas elas permitidas pela gramática da língua portuguesa. O falante pode escolher uma ou mais de uma das estruturas. Suas escolhas evidenciam o seu desempenho diante das possibilidades de usos que a língua lhe apresenta.

Para você entender melhor essa dicotomia, *competência X desempenho*, vamos recorrer a Negrão *et al.* (2003, p. 114) que exemplificam muito bem:

(...) considerem-se, por exemplo, políticos e jornalistas habilitados. Qualquer um de nós, falantes nativos de português, temos a mesma competência lingüística que eles. Nós, tanto quanto eles, temos os mesmos julgamentos a respeito das sentenças possíveis e impossíveis do português (...) Mas quantos de nós somos capazes de usar a língua de tal

forma que um ato de fala soe como uma promessa sem, na verdade, o ser? Quantos de nós têm a habilidade de usar a língua de modo a transformar fatos corriqueiros sem matérias de meia página de jornal ou a fazer sugestões que são interpretadas como asserções ou insinuações que passam à primeira vista despercebidas? Em alguns casos, essa habilidade é, em parte, natural. Mas ela é, em geral, em muito aperfeiçoada pelo estudo e análise de textos, e pela prática incansável de redação. Essa habilidade começa a ser desenvolvida na escola, e continua a ser lapidada pelo resto da vida desses profissionais.

Ou seja, esses dois profissionais ilustrados pelas autoras têm a mesma competência que você para falar uma língua. A diferença é que você (se não é nem político nem jornalista, claro) não usará essa habilidade da mesma forma. Estou certa?

Bem, continuaremos, nas próximas aulas, a estudar a teoria proposta por Chomsky. Agora, vamos aplicar o que aprendeu nesta aula especificamente.



ATIVIDADES

1 Para os behavioristas, aprender uma língua materna não seria diferente, por exemplo, da forma que ratos de laboratórios são treinados para puxar uma alavanca para conseguir comida ou da forma que os cães são treinados para encontrar algo. Ou seja, o falante aprende uma língua a partir da sucessão e contingência de mecanismos de estímulo-resposta-reforço. Chomsky, por sua vez, discorda radicalmente dessa concepção. Explique como a nova proposta é concebida.

2 Conceitue “gramática”, na perspectiva chomskyana, explicando e exemplificando como ela concebe “regras” e “erros”.

3 Qualquer falante de uma língua sabe reconhecer a que categorias gramaticais pertencem os itens lexicais de uma língua. Você, por exemplo, é capaz de reconhecer as palavras inventadas abaixo (que não constam do dicionário da língua portuguesa) e classificá-las de acordo com a categoria condizente:

- (1)
 - a. Os alunos da EAD estão *plengando* das aulas de sintaxe.
 - b. Meus filhos *plengam* todos os dias na pracinha do bairro.
 - c. Quando eu terminar de estudar, *plengarei* ao cinema.
 - d. Alguém *plengou* o interfone de minha casa.

- (2)
 - a. A *melfa* está estragada.
 - b. Comprei uma *melfa* nova.
 - c. Gosto de *melfa* salgada.
 - d. Maria entregou a *melfa* para a mãe.

3.1 Conseguiu identificar? Explique como você fez isso.

4 Você viu que um dos argumentos de Chomsky que prova a existência do conhecimento internalizado envolve o fato de as crianças produzirem enunciados que nunca ouviu de seus interlocutores. Dê dois exemplos que ilustram isso.

5 Para demonstrar que você entendeu a diferença entre *competência* e *desempenho*, responda a questão a seguir (cf. LYONS, 1987, p. 22):

• Se alguém diz que “fulano fala inglês”, podemos nos referir a uma das seguintes alternativas:

- a) Ele, habitual ou ocasionalmente, adota um tipo específico de comportamento.
- b) Ele tem a capacidade de adotar esse tipo de comportamento.

5.1 Qual alternativa corresponde à *competência*? Qual corresponde a *desempenho*? Responda conceituando como se caracteriza a diferença entre essa dicotomia.



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- a concepção de linguagem apresentada por Chomsky se opõe radicalmente à concepção defendida pelos behavioristas;
- na visão chomskyana, linguagem deve ser concebida como uma dotação genética e específica do ser humano, que vem ao mundo já programado biologicamente para o desenvolvimento dessa faculdade;
- o sistema que permite a aquisição da linguagem é denominado de *gramática* (conjunto internalizado de regras que determinam o funcionamento de uma língua), que, em seu estágio inicial, isto é, quando a criança nasce, é chamada de Universal, pois é considerada uniforme em relação a toda espécie humana;
- há várias evidências que provam a existência desse tipo de sistema;
- a dicotomia *competência* e *desempenho* é proposta para explicar, de um lado, o que permite ao falante produzir o conjunto de sentenças (gramaticais) de sua língua, e, de outro, as realizações concretas e particulares que cada falante apresenta em diferentes situações de fala.



FILME RECOMENDADO

Você deverá assistir ao filme intitulado *Nell* e fazer, juntamente com seus colegas, uma reflexão sobre *linguagem*, tendo como ponto de partida o que aprendeu nesta aula.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar esta nossa aula, recomendo a leitura do capítulo 1, "O Estudo da Gramática", do livro de Miotto *et al.* **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.



REFERÊNCIAS

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 93-130.

CHOMSKY, N. **Knowledge of language**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965 (**Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José Antônio Meireles; Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado, 1975).

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: F. Getúlio Vargas, 1988.

LYONS, J. **Linguagem e lingüística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

KENEDY, E. Gerativismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. *et al.* **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, p.127- 140.

MIOTO, C. A gramática gerativa e aquisição da linguagem. *In*: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 4, 1995, p. 75-81.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

NEGRÃO, E., SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência lingüística. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-119.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SANTOS, R. A aquisição da linguagem. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 211-226.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. *In*: MUSSALIN, E.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística 2**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 203-232.

GRAMÁTICA GERATIVA:
FUNDAMENTOS BÁSICOS DE UM MODELO
CHAMADO DE *PRINCÍPIOS E PARÂMETROS*

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- reconhecer outros pressupostos que caracterizam o programa da gramática gerativa, em especial o *Modelo de princípios e parâmetros*;
- definir e exemplificar o que são *princípios e parâmetros*;
- explicar como a aquisição da linguagem é tratada nesse novo modelo;
- justificar por que a sintaxe é o objeto de investigação da teoria gerativa.

AULA 6

GRAMÁTICA GERATIVA: FUNDAMENTOS BÁSICOS DE UM MODELO CHAMADO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

1 INTRODUÇÃO

Na aula passada, você começou a estudar alguns dos pressupostos básicos da teoria gerativa, um **Programa de Investigação Científica** (cf. Borges Neto, 2007) que tem como propósito principal compreender o sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana. Desde a sua criação, no final da década de 1950, até os dias atuais, Chomsky tem tentado, a partir dos modelos propostos, explicar a natureza e o funcionamento de tal sistema.

Na verdade, até o momento, quatro modelos já foram propostos pelo autor. No primeiro, divulgado nas obras ***The logical structure of linguistic theory (1955)*** e ***Syntactic Structure (1957)***, o autor lança alguns dos fundamentos básicos que vão caracterizar a sua teoria. Dentre eles, estão: a concepção de linguagem enquanto faculdade inata do ser humano, e língua entendida como um sistema de natureza computacional (Gramática), como você viu na aula passada. No segundo modelo, lançado em *Aspects of theory of syntax (1965)*, o autor apresenta a chamada teoria-padrão. Desse modelo, destacam-se as noções de estrutura profunda e estrutura superficial. No terceiro modelo, divulgado em *Lectures on Governmet and binding (1981)*, Chomsky reformula algumas de suas concepções, por exemplo, a de Gramática Universal, compreendida não mais como um conjunto de regras, mas de princípios e parâmetros. Por fim, o quarto modelo, o *Programa Minimalista*,

Segundo Borges Neto (2007) o modelo proposto por Chomsky, para explicar a faculdade da linguagem, se constitui num **Programa de Investigação Científica – PIC** (e não como uma teoria), pois, segundo ele,

(...) o núcleo de um PIC é um conjunto de proposições que, por decisão metodológica, são dadas como 'não-testáveis', isto é, proposições que às vezes são ditas 'metafísicas' e que revelam o ponto de vista que vai orientar a abordagem do objeto, a própria definição do objeto de estudos etc. A heurística de um PIC é um conjunto de regras metodológicas que nos dizem que direções devem ser seguidas na busca das 'explicações' científicas. A heurística é uma espécie de 'política de desenvolvimento' do programa, ou seja, uma seleção e ordenação de problemas, um plano que conduz à sofisticação progressiva dos modelos explicativos. É um plano que estabelece uma sequência de modelos simuladores da realidade, cada vez mais complexos, profundos e abrangentes (BORGES NETO, 2007, p. 95).

Ou seja, na visão desse autor, o desafio de Chomsky é construir um mecanismo teórico (um sistema computacional) que seja capaz de "simular" o conhecimento linguístico internalizado de um falante de uma língua natural. Esse objetivo consiste, basicamente, no "núcleo" do programa e, para alcançá-lo, durante os cinquenta anos de Gramática Gerativa, várias alterações ocorreram dentro do mecanismo teórico utilizado sem, contudo, comprometer o objetivo geral da linguística chomskyana. Ou seja, o objetivo a ser alcançado continua o mesmo, apesar das revisões periódicas sofridas pelo mecanismo teórico concebido para empreender a tarefa de explicar o funcionamento da linguagem.

Em *The logical structure of linguistic theory* (1955) Chomsky divulga, na verdade, o seu trabalho de mestrado e doutorado. Conforme Borges (2007, p. 98), “o livro não conseguiu despertar o interesse dos editores e permaneceu arquivado sob a forma de microfilme até sua publicação em 1975, já então apenas com valor histórico”. Foi a partir de *Syntactic Structure* (1957), obra em que o autor reuniu notas de um curso que ministrou no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussets), que as ideias de Chomsky começaram a ser disseminadas entre os linguistas.

Mary Aizawa Kato é professora da Unicamp (SP), considerada uma das linguistas mais conhecidas do Brasil, na área de sintaxe gerativa. Dentre as suas obras, destacam-se: *A semântica gerativa e o artigo definido* (1974); *A concepção da escrita pela criança* (1992); *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (em co-autoria com Ian Roberts) (1996); *No mundo da escrita* (1998); *O aprendizado da leitura* (2002); entre outras.

que está em desenvolvimento desde o ano de 1995 até o presente momento (BORGES, 2007).

Interessante seria você conhecer detalhadamente cada uma dessas propostas. No entanto, é impossível apresentá-las em uma única disciplina. Por isso, nesta, em particular, você terá a oportunidade de conhecer, pelo menos um pouquinho, das contribuições que esse autor já apresentou para os estudos linguísticos, particularmente para os estudos de sintaxe.

Assim, dando seguimento ao que você viu na aula passada, nesta conhecerá alguns dos fundamentos do terceiro modelo, o chamado *princípios e parâmetros*. A partir dele, muitos trabalhos, sobretudo na área de sintaxe, foram desenvolvidos com o propósito de explicar particularidades das línguas. Além disso, esse modelo “provocou um renascimento do interesse pelo desenvolvimento da sintaxe infantil. A avalanche de trabalhos (...) em várias línguas mostra as possibilidades empíricas do modelo e sua capacidade de retroalimentar a própria teoria sintática” (KATO, 1995, p. 69).

2 MODELO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Você se lembra que, na aula anterior, falamos que a criança, quando nasce, já vem dotada da Gramática Universal (GU), que é considerada uniforme para toda a espécie humana. No entanto, você sabe que são muitas as línguas existentes no mundo. Como explicar, então, a diversidade das línguas a partir de um modelo que tem o pressuposto básico de que a linguagem é uma faculdade inata, representada por meio de uma GU? Este questionamento motiva o autor da teoria gerativa a reformular algumas concepções e propor, a partir da década de 80, um novo modelo teórico cujo propósito é dar conta da diversidade das línguas. A propósito disso, Raposo (1992, p. 47) destaca:

O problema central que se coloca na construção de uma Gramática Universal adequada é o de conciliar a diversidade das línguas com o caminho rígido e altamente específico tomado pelo desenvolvimento das gramáticas individuais na base de dados primários limitados. A Gramática Universal tem de ser suficientemente flexível para acomodar a

variação entre as diferentes línguas, mas tem ao mesmo tempo de possuir a rigidez necessária para explicar as propriedades altamente específicas que caracterizam o conhecimento final dos falantes.

Ou seja, a diversidade linguística constituiria, em princípio, num contra-exemplo para a ideia de uma GU. No entanto, para acomodar a diversidade, o autor reformula a concepção no sentido de mostrar que o sistema da GU deve ser flexível para permitir a variação, mas, ao mesmo tempo, deve ser rígido para dar conta das propriedades comuns das línguas.

Denominado de *princípios e parâmetros*, nesse **novo modelo** Chomsky (1981) passa a conceber a GU não mais como um conjunto de regras, mas um conjunto de princípios e parâmetros. Os primeiros são concebidos como “leis” invariantes que se aplicam da mesma forma em todas as línguas naturais; os segundos, propriedades ou conjunto de propriedades que possuem valores binários (positivo ou negativo), responsáveis pelas diferenças entre as línguas. A opção por um dado valor do parâmetro depende da língua particular a que a criança está sendo exposta. “Adquirir o conhecimento de uma língua consiste, fundamentalmente, em atribuir os valores estabelecidos por essa determinada língua aos parâmetros da Gramática Universal” (NEGRÃO *et al.* 2003, p. 97).

Nas seções, a seguir, você compreenderá melhor essas duas noções.

2.1 A noção de *princípio*

Pela definição dada acima, você viu que “princípio” é uma lei invariável, que se aplica em todas as línguas. Uma sentença que não atende a um princípio é agramatical em qualquer língua. Para ilustrar isso, analisemos os contrastes abaixo:

- (1) a. João_i disse que ele_i gosta de Maria.
b.* Ele_i disse que João_i gosta de Maria.
- (2) a. John_i said that he_i likes Mary.
b. *He_i said that John_i likes Mary

Você deve se lembrar que, na aula anterior, falamos rapidamente de 1. Lembra? Os índices subscritos servem para mostrar que os elementos destacados se referem à mesma pessoa. Essa

Esse **modelo** também é conhecido como Teoria da Regência e Ligação, que, conforme Raposo (1992), é considerado uma das obras-macro da linguística moderna. Nele, o autor preconiza a ideia de que a Gramática é modular, isto é, composta por módulos ou componentes que são autônomos, cada um com uma organização e princípios independentes. No modelo, esses módulos são tratados como subteorias. Para entender o que estou falando, recomendo que, se você tiver interesse em aprofundar esses conhecimentos, leia o livro de Miotto *et al.* (1999). Esses autores apresentam cinco subteorias (Teoria X-Barra, Teoria Temática, Teoria do Caso, Teoria da Vinculação e a Teoria do Movimento) que explicam o funcionamento de módulos específicos desse sistema denominado de Gramática.

relação de correferencialidade pode ser estabelecida quando o nome precede o pronome *ele/he*, como ilustram as gramaticalidades de 1a e 2a. Por outro lado, as agramaticalidades de 1b e 2d revelam que o pronome não pode ser correferente do nome quando aquele estiver em posição precedente. Essa impossibilidade se verifica em qualquer outra língua natural (não somente em português e inglês), indiciando que algum princípio está sendo violado, no caso aquele que determina os limites de correferenciação de um nome com um pronome do tipo *ele/he*.

Para que as sentenças de 1b e 2b sejam possíveis, os índices não podem ser os mesmos, como você pode observar em 3, abaixo:

- (3) a. Ele_t disse que João_i gosta de Maria.
 b. He_t said that John_i likes Mary.

Ou seja, nesse caso, o pronome *ele/he* se refere a uma outra pessoa, que não é e não pode ser *João/John*.

Quer ver um outro princípio? Vamos, então, a mais um caso, envolvendo outro pronome, o reflexivo, que aparece sublinhado nos exemplos abaixo:

- (4) a. *Elle_i a vu soi-même_t. (Francês).
 b. *Lei_i ha visto se stesso_t. (Italiano).
 c. *She_i saw herself_t. (Inglês).

A tradução para essas sentenças é:

- (5) *Ela_i viu a si mesma_t.

Como você vê, os índices subscritos (_i e _t) indicam que o pronome reflexivo e o antecedente não são correferentes, e, por isso, todas as sentenças são agramaticais. Tal pronome parece não ser livre em referência, o que explica as gramaticalidades abaixo:

- (6) a. Elle_i a vu soi-même_i. (Francês).
 b. Lei_i ha visto se stesso_i. (Italiano).
 c. She_i saw herself_i. (Inglês).
 d. Ela_i viu a si mesma_i. (Português)

Você observa que são os mesmos exemplos de 4, só que, agora, o índice *i* revela que os dois elementos são correferentes, fazendo, portanto, parte de um mesmo domínio na sentença. Entendeu? Se

não, vamos analisar, ainda, os contrastes que se seguem:

- (7) a. João_t disse que Paulo_i se_i machucou.
 b. *João_i disse que Paulo_t se_i machucou.
 c. João_t disse que Paulo_i o_t machucou.
 d. *João_i disse que Paulo_t o_t machucou.

Como você vê aqui, dois pronomes estão evidenciando comportamentos diferenciados. Os exemplos em 7a e 7b revelam que o antecedente do pronome se deve estar próximo; ou seja, só pode ser Paulo e não João. A situação contrária se verifica quando o pronome é o o. O antecedente deste elemento não pode estar próximo, como ilustra o contraste 7c e 7d. Esses dados apontam que o pronome se tem propriedades diferentes de o no que diz respeito ao domínio que tem com o seu antecedente. Isso vale para qualquer língua! Portanto, é uma lei universal!

2.2 A noção de *parâmetro*

Como você já sabe, o parâmetro, ao contrário do princípio, é variável. Ele pode se aplicar a uma língua e a outra, não. Para começar a entendê-lo, observe os contrastes abaixo. Se você não sabe, os exemplos em 9 correspondem à tradução de 8:

- (8) a. I ate the cake.
 b. *__ Ate the cake.
- (9) a. Eu comi o bolo.
 b. __ Comi o bolo.

O inglês, ao contrário de uma língua como a nossa, que admite o sujeito oculto (9b), só aceita o sujeito realizado (8a). Isso vale tanto para uma sentença simples, como as que ilustramos acima, como para uma sentença composta, como mostram os contrastes em 10 e 11:

- (10) a. John said that he ate the cake.
 b. * John said that __ ate the cake.
- (11) a. João disse que ele comeu o bolo.
 b. João disse que __ comeu o bolo.

Com o princípio enunciado aqui, de que **toda sentença deve ter sujeito**, você deve estar perguntando: *mas, e a oração sem sujeito? Como explicar a sentença "está chovendo"?* Pois bem, você tem razão! Conforme a gramática tradicional, trata-se de uma oração sem sujeito. No entanto, quando traduzimos essa mesma sentença para o inglês, veja como fica: *It is raining*. O *it* que aparece nessa língua corresponde a um sujeito. Sem ele, a sentença é agramatical: **is raining*. Mas, e o português? Pois bem, nesta língua, o sujeito nesse tipo de sentença não é realizado explicitamente.

Como você vê, uma sentença que não atende a um parâmetro pode ser agramatical em uma língua (inglês) e gramatical em outra (português). Esta última admite duas possibilidades de realização do sujeito: explícito (11a) e não-explícito (11b). Já a língua inglesa, por sua vez, admite apenas uma única forma de realização do sujeito: explícito (10a).

Esses exemplos evidenciam, por um lado, a existência de um princípio que determina que **toda sentença deve ter sujeito**. Por outro, um parâmetro que permite o apagamento ou não do sujeito (parâmetro do sujeito nulo). O parâmetro possibilita dois valores: um positivo e outro negativo. No caso do inglês, os contrastes em 8 e 10 indiciam a escolha do parâmetro negativo (não permite o sujeito nulo); no caso do português, 9 e 11 apontam que tal língua tem a opção de escolher o valor positivo (permite o sujeito nulo).

Em outras palavras, se a criança estiver exposta à língua portuguesa, terá evidências de que a língua assume o valor positivo do parâmetro: *o sujeito pode ser apagado*. Se ela estiver em contato com a língua inglesa, terá evidências na direção oposta e marcará o valor negativo do parâmetro: *o sujeito não pode ser apagado*.

Saiba você que um parâmetro não se aplica necessariamente a diferentes línguas. Podemos observar a ocorrência dele numa mesma língua. No português, em particular, podemos destacar inúmeros parâmetros que revelam as diferenças e particularidades dessa língua. Um deles, por exemplo, diz respeito às formas de realização do objeto direto, objeto este exigido, por exemplo, por um verbo como *ver*, como ilustram os exemplos abaixo:

- (12) a. João viu Maria.
 b. João a viu.
 c. João viu ela.
 d. João viu \emptyset .

Como você já sabe, o objeto pode ser representado por um nome como *Maria* (12a), por um clítico (pronome átono) (12b), por um pronome tônico (12c) e por um objeto nulo (apagado) (12d). Todas essas sentenças são gramaticais porque fazem parte do conjunto de estruturas possíveis da língua portuguesa. Esta, por sua vez, permite a aplicação tanto do valor positivo quanto do negativo quando o elemento sintático em questão é o "objeto direto": permite a realização e a não-realização do objeto. Quando ele é realizado, o falante pode recorrer a três formas de representação: nome (12a), clítico (12b) e pronome tônico (12c). Ao falante, cabe escolher a forma mais

adequada às situações concretas de uso de sua língua.

Quer mais um exemplo? Vamos considerar as propriedades lexicais de um verbo (V) do tipo *fechar*. Um dos complementos (C) exigidos por tal verbo corresponde, grosso modo, a um objeto direto (por exemplo, *a porta*). Como é o verbo que exige, ele passa a ter, em relação ao complemento exigido, propriedades de dominância. Isso corresponde a um princípio. No entanto, as línguas põem à disposição de tal complemento duas possibilidades para se posicionar em relação àquele que o seleciona: antes (daí a ordem CV) ou depois do verbo (daí a ordem VC). Essas duas opções de posicionamento correspondem ao parâmetro denominado de direcionalidade. A criança, ao adquirir uma língua, poderá acionar o valor positivo ou negativo. Se ela estiver como *input* o português, o parâmetro escolhido será o positivo; logo, a ordem será como a que ilustra 13:

(13) Feche a porta.

Por outro lado, se a criança for coreana, o valor do parâmetro a ser escolhido é o negativo. Nesse caso, a ordem será inversa a 13:

(14) Moonul dadala.
Porta fechar (BERLINCK *et al.* 2001, p. 215).

Como você vê, a escolha por um ou outro valor do parâmetro é fixado pelas línguas particulares. Nessa perspectiva, são os parâmetros os responsáveis pelos fenômenos de variação e mudança linguísticas registradas entre as línguas e no interior delas. Conforme Chomsky, os parâmetros já são previstos pela GU. Assim como os princípios, eles fazem parte da bagagem genética do ser humano, que, à medida que vai sendo exposto a uma dada língua em particular (*input*), vai escolhendo e fixando, naturalmente, os valores positivos ou negativos. Desse modo, a criança não é mais vista como uma “pequena linguista”, que observa e analisa os dados de sua língua; passa a ser uma acionadora de valores positivos ou negativos que vão caracterizar a sua língua em particular (*output*).

Sobre o *parâmetro*, vale destacar aqui as palavras de Baker (2001, *apud* GALVES; FERNANDES, 2006, p. 91-92):

Um parâmetro é simplesmente um ponto de escolha na receita geral das línguas humanas. Um parâmetro é um ingrediente que pode ser acrescentado para fazer um tipo de língua, ou deixado de lado para fazer um outro tipo. Um parâmetro pode ser também um procedimento de combinação que pode ser feito de duas ou três maneiras para dar dois ou três tipos de línguas diferentes. Se você toma os ingredientes genéricos da linguagem, acrescenta o tempero B e chacoalha, você obtém o inglês. Se você toma os mesmos ingredientes básicos, mas em lugar do tempero B, você acrescenta o aditivo D e E e agita, você obtém o navajo. As línguas-I são receitas e os parâmetros, os poucos passos básicos nessas receitas onde as diferenças entre as línguas podem ser criadas.

Interessante essa explicação, não é? Mas você saberia dizer o que é um ingrediente genérico? Pois bem, são os verbos, os nomes, as preposições, os adjetivos, os advérbios... Com essas categorias, geramos todas as sentenças das línguas. No entanto, para que elas sejam geradas, regras devem ser aplicadas aos ingredientes básicos. As regras são consideradas, portanto, parte da receita geral.

2.3 A aquisição da linguagem nesse novo modelo

Convém lembrar você que a teoria gerativa não nega o papel do meio ambiente no processo de aquisição da linguagem. Ela só não o considera determinante. A propósito disso veja o que diz Raposo (1992, p. 36):

Em primeiro lugar, a fala das pessoas que rodeiam a criança e suas experiências verbais são determinantes para iniciar o funcionamento do mecanismo de aquisição, sem no entanto determinar as propriedades finais atingidas pelo sistema gramatical. Ou seja, sem estar imersa num ambiente lingüístico, uma criança não aprende a falar. Em segundo lugar, os meios lingüístico, emocional e educativo são factores que determinam o grau de desenvolvimento da linguagem pela criança sem que isso signifique, de novo, que determinam a direcção do desenvolvimento ou o conteúdo final do sistema.

Ou seja, não pense você que, se isolarmos uma criança (de qualquer contato lingüístico), ela aprenderá a falar uma língua, já que tem um dispositivo inato. Não é bem assim! Esse dispositivo precisa, sim, ser acionado. E isso é feito a partir do contato lingüístico. Que fique claro isso, hein!

A aquisição da linguagem sempre foi um dos assuntos de destaque do quadro teórico da gramática gerativa. Afinal, um dos objetivos principais de Chomsky é explicar o conhecimento internalizado que o falante tem de sua língua. Para tanto, deve-se recorrer ao estágio inicial de aquisição para tentar compreender “como as crianças aprendem uma língua” (MIOTO, 1995, p. 75).

Como você já sabe, para Chomsky, a criança já nasce preparada para a aquisição da língua, pois já tem em sua mente um dispositivo que lhe permite colocar em prática todo o conhecimento internalizado que tem de uma língua. Um dos fatos que confirmam a natureza desse saber envolve o tempo, relativamente curto (aproximadamente um mesmo período de tempo para todas as crianças, salvo se não há sérias complicações patológicas), que a criança leva para aprender uma língua. Além disso, “o conhecimento adquirido é de grande riqueza e complexidade, apesar de os dados a que as crianças têm acesso serem parciais, pobres, limitados. Isto é, as crianças sabem mais do que os dados lhes deixam saber” (MIOTO, 1995, p. 76).

No modelo de *princípios e parâmetros*, a criança não é mais vista como uma “pequena linguista”, que constrói e reconstrói as hipóteses de funcionamento de uma língua. No novo modelo, ela passa a ser “a acionadora dos botões [+ ou -] dos parâmetros” (KATO, 1995, p. 66). Traduzindo melhor: todas as crianças, quando nascem, partilham de princípios comuns que regem a organização das estruturas lingüísticas. Além desses princípios (considerados rígidos), há um sistema de princípios abertos, os parâmetros, cujos valores vão sendo determinados durante a aquisição. A propósito disso, Berlinck *et al.* (2001, p. 214-215) complementam:

Acredita-se, assim, que a criança, ao adquirir um sistema lingüístico específico, já traga algumas informações gerais acerca da natureza da linguagem – relacionadas aos princípios universais e aos possíveis parâmetros de variação – e, ate os dados a que está exposta (input), selecionara, entre as opções disponíveis, aquela que se adéqua a tais dados.

Vamos entender melhor! Como você já viu acima, a Gramática Universal contém um princípio que determina que “toda sentença tem sujeito”. Mas essa mesma gramática põe

(...) à disposição da criança uma escolha, entre a realização fonética obrigatória vs. a realização fonética opcional do sujeito da oração, ou seja, um parâmetro com duas posições possíveis que a criança terá que fixar durante o processo de aquisição. Esta fixação é feita com base naquilo que a criança ouve, ou seja, é feita com base nos dados lingüísticos primários (RAPOSO, 1992, p. 56).

Ou seja, como você viu na seção anterior, uma criança que cresce onde se fala português aprenderá que a realização explícita do sujeito é opcional; ao passo que uma criança que cresce onde se fala inglês aprenderá que a realização explícita do sujeito é obrigatória. Na visão de Raposo, a informação lingüística contida nos dados primários, o *input*, possibilita à criança escolher o valor do parâmetro. E completa:

Quando todos os parâmetros estão ligados, a criança adquire uma 'gramática nuclear' (...), isto é, um sistema complexo de conexões entre os princípios universais rígidos e os parâmetros, o qual determina de um modo altamente específico as propriedades de cada língua particular. A aquisição é assim completamente identificada com o crescimento e a maturação da Gramática Universal, que passa de um estado apenas parcialmente especificado (com parâmetros por fixar) a um estado completamente especificado (com os parâmetros fixados), funcionando então como um sistema computacional (p. 55).

Por essas palavras, você deve notar que são os parâmetros os responsáveis por determinar a língua-I, ou seja, o estágio final que uma língua assume. Vale destacar que o processo de fixação dos parâmetros ocorre de forma natural e inconsciente. Já pensou se não fosse? Coitada de uma criança! Ficaria pensando coisas do tipo: *devo eu escolher esse ou aquele parâmetro? Se escolho um, o que acontecerá com o meu dado? Será que ele vai ser gramatical ou agramatical?...* Complicado, hein!!!

3 A SINTAXE NA TEORIA GERATIVA: O CENTRO DE ANÁLISE DE UMA LÍNGUA

Na aula anterior, já apontamos que, para a teoria gerativa, a sintaxe é considerada o ponto de partida para a compreensão do

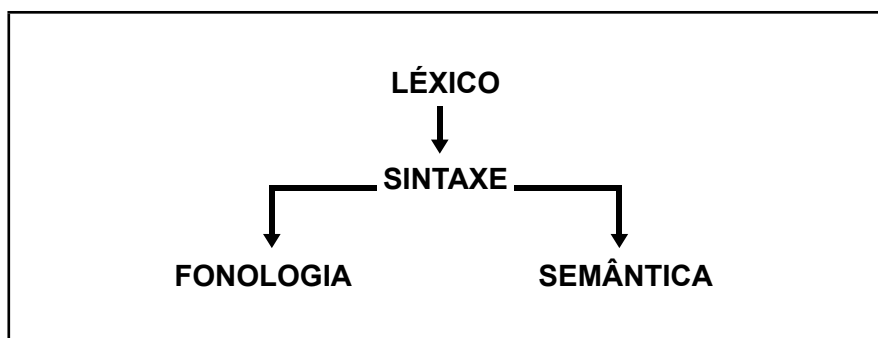
No Brasil, muitos trabalhos já foram produzidos na perspectiva da gramática gerativa. Na maior parte deles, a sintaxe é o objeto de destaque. Para você ter uma ideia do que já foi produzido por aqui, recomendo a leitura do artigo "Trinta anos de sintaxe gerativa", de Mary Kato e Jânia Ramos, que você pode acessar no seguinte endereço: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4013.pdf>> Você verá que o meu trabalho de mestrado (Silveira, 1996) é citado, quando as autoras mencionam sobre as pesquisas envolvendo os clíticos, os chamados pronomes átonos da gramática tradicional.

funcionamento de uma língua. Conforme a teoria, é das estruturas sintáticas que se pode depreender os que as línguas têm de comum e também de diferente. A sintaxe é vista como autônoma e “como consequência dessa autonomia, tem-se que, no que diz respeito ao aspecto sintático de uma língua, toda análise lingüística sob o ponto de vista formal será feita considerando-se e enfatizando-se a sentença” (BERLINCK *et al.* 2001, p. 210).

Conforme Kenedy (2008, p. 135-136),

(...) a possibilidade de estudar a sintaxe isolada dos demais componentes da gramática (léxico, fonologia, morfologia, semântica) é consequência de um conceito fundamental do gerativismo, o de gramática modular. Segundo ele, os componentes da gramática devem ser analisados como módulos autônomos, independentes entre si, no sentido de que são governados por suas próprias regras e não sofrem influência direta dos outros módulos. Isto é, o funcionamento de um módulo como, digamos, a sintaxe, é cego em relação às operações da fonologia, por exemplo. Naturalmente existem pontos de interseção entre os módulos da gramática, afinal, a sintaxe cria sintagmas e sentenças a partir das palavras do léxico, e o produto final da sintaxe (a sentença) deve receber uma leitura fonológica e também uma interpretação semântica básica, que no gerativismo se chama de forma lógica.

Essa interação a que se refere o autor pode ser visualizada pelo esquema 1:



Esquema 1: Lugar da sintaxe no modelo de gramática

Como você pode perceber, a sintaxe está realmente no centro. Ela busca, no léxico, as palavras necessárias para a construção das sentenças, que seguirão regras próprias. Da sintaxe, são encaminhadas para o módulo que permitirá a pronúncia (FONOLOGIA), bem

como para o módulo que possibilitará a interpretação (SEMÂNTICA). Na verdade, conforme Chomsky (1975), o componente fonológico e o semântico são meramente interpretativos. Veja o que diz o autor:

A componente sintáctica especifica um conjunto infinito de objectos formais abstractos, cada um dos quais incorpora toda a informação relevante para uma interpretação única duma frase particular (...)
 A componente fonológica duma gramática determina a forma fonética duma frase gerada pelas regras sintácticas. Isto é, relaciona uma estrutura gerada pela componente sintáctica com um sinal foneticamente representado. A componente semântica determina a interpretação semântica duma frase. Quer dizer, relaciona uma estrutura gerada pela componente sintáctica com uma determinada representação semântica. Ambas as componentes, a fonológica e a semântica, são portanto meramente interpretativas. Cada uma utiliza informações fornecida pela componente sintáctica, dizendo respeito aos formativos, às suas propriedades inerentes e às suas inter-relações numa dada frase (p. 97- 98).

Você pode estar perguntando: E a morfologia? Onde ela entra? Nessa perspectiva, “ela é interpretada como parte do léxico, já que dá conta da estrutura interna da palavra, e também como parte da fonologia, uma vez que deve dar conta das alterações mórficas fonologicamente condicionadas” (KENEDY, 2008, p. 136).

Está difícil de entender? Então vamos a um exemplo: vamos supor que você queira formar uma frase com o verbo *comprar*. Do léxico, você recebe a informação de que tal verbo deve selecionar dois complementos: alguém que compra (sujeito) e o que será comprado (objeto):

Comprar: João – um carro novo

Essas informações ainda não são suficientes para que você gere a sentença. É da sintaxe que vêm as regras que vão determinar em que posições devem ocorrer o sujeito e o objeto. Com elas, você constrói, então, 15:

(15) João comprar um carro novo.

Mas, você certamente não pronuncia dessa forma, com o verbo no infinitivo. Estou certa? Uma outra regra da sintaxe se aplica: o sujeito tem uma determinada propriedade que provém da flexão do verbo. Quando isso acontece, entram em ação os componentes interpretativos. O fonológico determina como a sentença deve ser pronunciada, e o semântico, como ela será interpretada, de fato. Com isso, você produz, finalmente, 16:

(16) João comprou um carro novo.

É, portanto, a sintaxe que vai determinar que 16 não poderia ser gerada assim:

(17) *Novo um João carro comprou.

Nesse processo de geração, embora você não perceba (afinal, é tudo automático), a sentença é produzida atendendo a regras específicas de organização e constituição. Isto é válido para qualquer língua!

Pelo esquema 1, acima, você percebe que a relação entre os componentes fonológico e semântico não é direta, mas mediada pela sintaxe. Uma evidência dessa relação pode ser constatada quando frases estruturalmente ambíguas são geradas. Por exemplo, veja 18:

(18) O menino bateu na velha com a bengala.

Como você deve perceber, essa sentença engloba duas estruturas sintáticas distintas: uma em que com a bengala forma uma unidade com velha (daí a leitura: *a velha que estava com a bengala*); e a outra em que com a bengala forma unidade com bateu (daí a leitura: *bateu com a bengala na velha*). De acordo com a teoria, a ambiguidade é gerada porque o componente fonológico interpreta duas estruturas da mesma forma. No entanto, os dois sentidos são estabelecidos porque o componente semântico interpreta duas sentenças distintas. Nas palavras de Miotto *et al.* (1999) seria, no mínimo, complicado sustentar a ideia de que o componente semântico interpretasse uma única representação fonética de duas maneiras distintas.

Aqui, nesta seção, começamos a falar de uma ideia muito importante para a teoria: a de *unidade*. É sobre isso que você estudará na próxima aula. Por agora, vamos, então, a algumas atividades!



ATIVIDADES

1 Primeiro, você deverá ler o texto “Gerativismo”, de Eduardo Kenedy, publicado no livro **Manual de Linguística**. Feito isto, e com o que foi apresentado nesta aula, responda:

1.1 O Gerativismo defende a concepção racionalista para os estudos da linguagem. Explique esta concepção, tendo em vista a natureza da faculdade da linguagem.

1.2 Os estudiosos da corrente gerativa têm elaborado teorias com o propósito de explicar o funcionamento da linguagem na mente do ser humano. Quais são as perguntas-chaves que estes estudiosos fazem?

1.3 Qual foi o principal objetivo de Chomsky ao propor o Modelo de *princípios e parâmetros*?

1.4 Como a GU é definida nesse novo modelo? Explique, conceituando o que é um *princípio* e o que é um *parâmetro*.

1.5 Como a criança é vista nessa nova proposta?

2 Observe os dados do português, inglês e do espanhol (adaptados de KENEDY, 2008, p. 140), e explique o comportamento dos objetos nas três línguas. Considere, para tanto, as noções de *princípios e parâmetros*.

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPAÑHOL |
|----------------|-------------------|------------------|
| Você viu João? | Did you see John? | Tu viste a Juan? |
| Sim, eu vi-o. | Yes, I saw him. | Si, yo lo vi. |
| Sim, eu vi. | *Yes, I saw. | *Si, yo vi. |

3 Por que, para a teoria gerativa, a sintaxe é considerada o centro de análise de uma língua?

4 Considere as sentenças abaixo:

- O menino entrou na sala de muletas.
- Time pega Flamengo sem titulares.
- O estudante perdeu o livro de linguística.
- O estudante de Ilhéus partiu rapidamente.
- João viu a menina bonita.

4.1 Quais dessas sentenças são ambíguas? E quais não são?

4.2 Indique, naquelas que apresentam ambiguidade, quais elementos são responsáveis por gerar tal propriedade.

4.3 Desfaça a ambiguidade, reformulando as sentenças.

4.4 Conforme a teoria, a ambiguidade estrutural se constitui numa evidência de que a relação entre o componente fonológico e semântico não é direta, mas mediada pela sintaxe. Explique isso.

**RESUMINDO**

Nesta aula, você viu que:

- no Modelo de *princípios e parâmetros*, a GU não é mais constituída de regras, mas de princípios e parâmetros;
- um *princípio* corresponde a uma lei universal, válida para todas as línguas naturais;
- um *parâmetro* corresponde a uma lei variável, que caracteriza as diversidades das línguas;
- a criança, no modelo de princípios e parâmetros, passa a ser acionadora dos valores [+ ou -] dos parâmetros;
- a sintaxe é o centro da investigação de uma teoria como a gerativa, pois é das estruturas sintáticas que se pode perceber as semelhanças e as diferenças entre as línguas naturais.

**LEITURA RECOMENDADA**

Para complementar as duas primeiras aulas, que compõem esta segunda unidade, recomendo que você leia a **Revista Delta**, 13, número especial, 1997, cujo título é: *Chomsky no Brasil*. São textos das conferências que o linguista proferiu durante sua visita ao Brasil, no final de 1996. Você verá que alguns dos textos são acompanhados de perguntas e respostas, fornecendo uma visão geral das ideias de Chomsky sobre a natureza e o funcionamento de uma língua. Para ter acesso, basta consultar o seguinte endereço: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0102-4450&lng=pt&nrm=iso>



REFERÊNCIAS

BERLINCK, R. de A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001, p. 207-244.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 93-130.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965 (**Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José Antônio Meireles; Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado, 1975).

GALVES, C.; FERNANDES, F. R. Morfologia e sintaxe. *In*: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006, p. 75-112.

KATO, M. A. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *In*: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 4, 1995, p. 57-73.

KENEDY, E. Gerativismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. *et al.* **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, p.127- 140.

MIOTO, C. A gramática gerativa e aquisição da linguagem. *In*: **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 30, nº 4, 1995, p. 75-81.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

NEGRÃO, E., SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência lingüística. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-119.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SANTOS, R. A aquisição da linguagem. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 211-226.

SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. *In*: MUSSALIN, E.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística 2**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 203-232.

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA SENTENÇA: COMEÇANDO A COMPREENDER “SINTAXE” A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FORMAL

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:


- identificar constituintes sintáticos;
- segmentar constituintes maiores e menores;
- formar frases, seguindo o conhecimento intuitivo de constituinte;
- aplicar estratégias que comprovam a existência de constituintes.

AULA 7

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA SENTENÇA: COMEÇANDO A COMPREENDER “SINTAXE” A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FORMAL

1 INTRODUÇÃO

Nas duas aulas anteriores, você conheceu alguns dos fundamentos epistemológicos básicos que caracterizam a teoria criada por Chomsky. Agora, a partir desta aula, verá como esse autor descreve e explica a organização e a constituição de uma sentença, ou seja, a sintaxe propriamente dita. Como já sabe, na teoria gerativa, é a sentença o objeto de investigação. Logo, compreender sintaxe a partir de uma abordagem **formal** significa entender como os itens lexicais (as palavras) de uma língua se estruturam e se combinam “para formar expressões mais e mais complexas, até chegar ao nível da sentença” (NEGRÃO *et al.* 2003, p. 81).



A teoria gerativa é **formal** porque a sua preocupação é, basicamente, compreender “características internas à língua, tais como a natureza de seus constituintes e da relação entre eles, ou seja, do aspecto formal da língua” (BERLINCK *et al.* 2001, p. 210). Conforme Chomsky (1975), uma gramática de natureza formal “deve ser capaz de associar ou atribuir a cada uma das frases de uma língua que gera uma descrição estrutural, i.e., uma explicitação dos elementos a partir dos quais a frase é construída, da ordem em que se arranjam, das suas inter-relações, da sua estrutura hierárquica (...). (p. 26).

Nesta aula, especificamente, você estudará o que é um *constituente*, uma noção muito importante para compreender a organização sintática de uma sentença. Saiba você, desde já, que uma “oração se estrutura de maneira hierárquica, isto é, contém constituintes que, por sua vez, contêm outros constituintes. É preciso levar esse fato em conta ao se fazer a análise” (PERINI, 1996, p. 68).

2 ESTRUTURA DE CONSTITUINTES

O que você aprenderá a partir desta aula corresponde, basicamente, a um dos primeiros modelos propostos por Chomsky. Denominado inicialmente de *gramática de constituintes* ou *gramática sintagmática*, tal modelo passou a ser chamado, posteriormente, de *gramática generativa transformacional*; trata-se de um modelo que permite traduzir “pelo menos em parte, um conjunto de intuições fundamentais sobre a forma das línguas naturais e, portanto, pelo menos em parte, deverá fazer parte de qualquer teoria que vise servir de modelo da competência do sujeito falante” (CHOMSKY, 1965, p. 10).

Antes de explicar o que é uma estrutura de constituinte, vamos a um teste rápido! Preparado (a)? Vamos lá!

Que sentenças você pode formar com os seguintes itens lexicais?

A; AZUL; BLUSA; A; COMPROU; MOÇA; RASGOU.

Certamente, você poderá formar:

- (1) a. A moça comprou a blusa azul.
- b. A moça rasgou a blusa azul.
- c. A blusa azul a moça comprou.
- d. A blusa azul a moça rasgou.
- e. Comprou a blusa azul a moça.
- f. Rasgou a blusa azul a moça.

Você percebeu que, ao formar essas frases, algumas combinações foram feitas? São elas: *a moça; a blusa azul; comprou a blusa azul; rasgou a blusa azul; a moça comprou; a moça rasgou*. Em termos tradicionais, essas combinações correspondem, basicamente, a: sujeito; predicado; objeto. Ao fazê-las, certamente você não parou para pensar nas definições dessas categorias. Estou certa? Você as fez porque tem conhecimento de como os itens lexicais devem ser combinados e em que posições eles podem ocorrer numa frase. Qualquer falante, mesmo aquele que nunca tenha estudado gramática normativa, sabe reconhecer isso. Ele tem o conhecimento de que uma sentença é organizada superficialmente por uma sequência

linear de itens lexicais, e não de forma aleatória. Para você entender melhor esse princípio, veja o contraste abaixo:

- (2) a. Maria gosta de empada de camarão.
- b. * Empada de gosta camarão Maria de.
- c. * De Maria camarão de gosta empada.

Como pode observar, as estruturas em 2b e 2c são agramaticais, isto é, não são produzidas por nenhum falante da língua portuguesa. Elas indiciam que a competência do falante/ouvinte dessa língua contém um mecanismo que permite ordenar linearmente uma sentença como 2a, e que não permite a ordenação de 2b e 2c. É ela também que permite gerar as sentenças em 1, onde você viu que diferentes estruturas são possíveis de serem geradas. Esse tipo de conhecimento provém da gramática internalizada do falante, que determina

(...) como as seqüências de elementos lingüísticos devem se estruturar sucessivamente, de modo a formar unidades mais e mais complexas, até chegarmos à formação de uma sentença. Essas unidades são chamadas de constituintes sintáticos e são os átomos com que a sintaxe opera (NEGRÃO *et al.* 2003, p. 88).

Aplicando esse tipo de pressuposto ao exemplo 2a, dizemos: “Maria”, o constituinte superior, forma uma unidade com o constituinte “gosta de empada de camarão”. Este, por sua vez, se constitui de unidades menores: o verbo “gostar” forma unidade com “de empada de camarão”. Observe que “de empada” é uma unidade hierarquicamente superior a “de camarão”. Ambos os constituintes são “encabeçados” pela preposição “de”, que também é um constituinte. Esse tipo de organização é chamado de *estrutura de constituintes*, que pode ser representada pelo seguinte diagrama:

| | | | | | |
|----------------------------------|-------|-------|----------------------------|----------------------|---------|
| Maria gosta de empada de camarão | | | | | |
| Maria | | | gosta de empada de camarão | | |
| Maria | | gosta | | de empada de camarão | |
| Maria | gosta | | de empada | de camarão | |
| Maria | gosta | de | empada | de | camarão |

Como você pode observar aqui, na primeira linha, temos a unidade maior, a sentença completa. Na última linha, temos os itens lexicais, que só começam a formar unidades quando se juntam a outros itens, como você pode constatar nas linhas intermediárias do diagrama. Nessa etapa de organização, um único item lexical pode formar uma unidade, como no caso de *Maria* (o sujeito) e de *gosta* (o núcleo do predicado). Já quanto ao objeto do verbo, você deve observar que mais de um item lexical se agrupa para formar o constituinte maior: *de empada de camarão*.

Conforme a teoria gerativa, é a nossa competência que nos permite organizar uma estrutura como a que mostramos no diagrama. É ela que determina, por exemplo, que *de camarão*, hierarquicamente numa posição inferior, não pode formar unidade com *Maria*, um constituinte hierarquicamente superior. É ela também que determina que *de camarão* forma unidade com o constituinte *empada*, mas desde que este último esteja na posição superior. Ou seja, há determinados itens que apresentam entre si uma **relação** intuitivamente mais próxima do que outros (CHOMSKY, 1975). É o caso do constituinte *de camarão*: ele tem uma relação direta com o constituinte *empada*, mas não tem relação alguma com *Maria*.

A propósito dessa hierarquia, trata-se de uma propriedade muito importante na constituição e organização de uma sentença, pois, com ela, os constituintes se encaixam uns dentro dos outros, de tal forma que cada um tem o seu domínio específico. Para compreender melhor isso, considere, primeiro, as sentenças abaixo:

- (3) a. A casa de Maria é amarela.
- b. Maria comprou uma casa de porta amarela.

Observe que, em 3a, “a casa de Maria” é um constituinte maior que contém “Maria”. O falante, por sua vez, sabe que é o constituinte maior que é o sujeito de “é amarela”, e não o constituinte menor “Maria”. Afinal, o falante sabe que o adjetivo “amarela” indica uma propriedade da casa e não de Maria. Portanto, a sequência “Maria é amarela” não é possível porque entendemos que a casa é de Maria; que essa casa é amarela; mas não entendemos que Maria é amarela. Esse tipo de raciocínio também se aplica à sentença em 3b: sabemos que Maria comprou uma casa que tem porta amarela; não é a casa que é amarela. Ou seja, entendemos que “amarela” forma unidade com “porta” e não com

Saiba você que **relação** é uma propriedade fundamental na sintaxe. Veja o que diz Borba (2005, p. 181) a respeito:

A sintaxe trata das relações que as unidades contraem no enunciado. Seu ponto de partida é, então, a combinatória de formas livres, que segue dois princípios fundamentais: a sucessão e a linearidade, ou seja, as unidades se sucedem umas após outras numa linha temporal. Por exemplo, se vejo crianças brincando num pátio, só posso expressar isso por meio de uma sucessão linear de unidades: *vejo + crianças + brincando + no + pátio*.

Ou seja, o que autor está destacando aqui é que há uma ordem estrutural prevista pela língua para a formação de uma sentença. Também, há uma ordem linear estabelecida para a combinação das palavras. E é dessa combinação que se resultam as relações entre unidades.

“casa”. Esse tipo de compreensão, segundo Perini (2006, p. 46),

(...) se deve ao fato de que o receptor, ao receber uma seqüência de palavras, procura organizá-la de acordo com seus conhecimentos da língua (e do mundo). Isso se faz em várias frentes: o receptor procura na seqüência estruturas sintáticas corretas da língua, e também procura evitar seqüências cuja interpretação seja absurda ou implausível.

Esse mesmo autor também chama a atenção para o fato de que o contexto sintático é determinante para a função específica do constituinte. Por exemplo, uma seqüência como

(4) João e Maria

pode ou não ser um constituinte, mas vai depender do contexto sintático em que ocorre. Observe, por exemplo, as sentenças abaixo:

- (5) a. João e Maria estão namorando.
b. Pedro convidou João e Maria para uma festa.
c. Pedro convidou João e Maria veio também.

Certamente, você nota que em 5a e 5b “João e Maria”, pela posição que ocupam, realmente formam um constituinte sintático. Todavia, em 5c, o mesmo não acontece. Em 5a e 5b, a conjunção “e” coordena dois nomes para formar um constituinte maior. Em 5a, tal constituinte é o sujeito; em 5b, o objeto. Já em 5c, o “e” coordena duas sentenças. “João”, por sua vez, é um constituinte da primeira sentença (Pedro convidou João), e “Maria”, da segunda (Maria veio também). Como pode ver, uma estrutura não é apenas uma seqüência de elementos: “é, entre outras coisas, uma hierarquia de constituintes. ‘Constituinte’ é uma noção estrutural, e só faz sentido dentro de uma estrutura” (PERINI, 2006, p. 104).

A propósito da noção de constituinte, veja o que dizem Miotto *et al.* (1999, p. 45-46):

Um constituinte é uma unidade sintática construída hierarquicamente embora se apresente aos olhos como uma seqüência de letras ou aos ouvidos como uma seqüência

Para você compreender esse processo de formação de sentenças, vou falar de uma propriedade das línguas naturais, chamada de *recursividade*. Para entendê-la, considere os exemplos abaixo:

- a. João e Maria foram à praia.
b. João, Maria e Sandra foram à praia.
c. João, Maria, Sandra e Paulo foram à praia.
d. João, filho de Maria, ganhou na loteria.
e. João, filho de Maria, que é casado com Sandra, ganhou na loteria.
f. João, filho de Maria, que é casado com Sandra, uma moça simples, ganhou na loteria.

Como você deve ter percebido, a extensão das frases foi ampliando-se a partir do encaixamento de determinadas palavras e de determinados constituintes. Essa propriedade coloca em evidência a competência linguística do falante, que lhe permite produzir uma sentença curta ou longa. Conforme Perini (1989, p. 205) a recursividade é “uma propriedade altamente relevante, pois é principalmente graças a ela que se torna possível gerar um número potencialmente infinito de frases nas línguas humanas”.

Podemos testar a noção intuitiva de unidade/constituente perguntando a qualquer falante de língua portuguesa se a sequência trabalho o existe. Provavelmente, ele dirá que não, pois sabe que o artigo precede o nome. Portanto, dirá que o trabalho, sim, existe. No entanto, a sequência trabalho o ocorre na sentença abaixo:

Sem trabalho o dia custa muito a passar.

Tal sequência não é percebida como unidade porque, de fato, não o é. O artigo forma unidade com o nome seguinte (dia) e não com o nome antecedente (trabalho). “Esse caráter intuitivo da divisão em constituinte é muito importante para a análise, e se relaciona com o fato de que cada um deles tem um significado coeso” (PERINI, 2006, p. 95).

de sons. Em princípio não se pode determinar sua extensão, uma vez que não é fácil prever qual número máximo de itens podem pertencer a ele. Por isso, em vez de procurar estabelecer a extensão de um constituinte, a sintaxe procura delimitá-lo a partir de um núcleo. Como o núcleo determina certas funções, sabemos que o constituinte compreende, além do próprio núcleo, o conjunto de itens que desempenham aquelas funções. Um constituinte sintático recebe o nome de sintagma.

Portanto, formalmente, um constituinte recebe o nome de *sintagma*. Trata-se de uma unidade significativa dentro de uma sentença e que, juntamente com os outros elementos, mantém entre si relações de dependência e de ordem. Aprofundaremos sobre isso na próxima aula, quando lhe apresentaremos os tipos de sintagmas.

A seguir, você verá algumas evidências que comprovam a existência da estrutura de constituintes.

2.1 Evidências para a estrutura de constituintes

Para comprovar o fato de que a sentença se estrutura a partir de constituintes, destacarei, aqui, alguns fenômenos, tais como: *topicalização*, *clivagem*, *passivização*, *fragmentos de sentenças*, *pronominalização* e *elipse* (cf. NEGRÃO *et al.* 2003, p. 90-92).

2.1.1 Topicalização

A *topicalização*, uma estratégia discursiva, consiste na colocação de um determinado constituinte na posição inicial da sentença. Para compreendê-la, veja, primeiro, a sentença em 6, e, depois, compare-a com as outras em 7:

- (6) Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana, numa livraria virtual.
- (7)
 - a. *Maria*, ela comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana, numa livraria virtual.
 - b. *Na última semana*, Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, numa livraria virtual.
 - c. *O mais novo livro do Chomsky*, Maria comprou, na última semana, numa livraria virtual.
 - d. *Numa livraria virtual*, na última semana, Maria comprou o mais novo livro do Chomsky.

O que você observou em 7? Que diferentes unidades foram movidas para o início da sentença. Em 7a, “Maria”, que é retomada pelo pronome *ela* (uma construção bastante comum no português do Brasil); em 7b, o adjunto adverbial de tempo, “na última semana”; em 7c, o objeto direto, “o mais novo livro do Chomsky”; e, em 7d, o adjunto adverbial de lugar, “numa livraria virtual”.

2.1.2 Clivagem

Assim como a topicalização, a *clivagem* é uma operação resultante de deslocamento de constituintes, também para a posição inicial, mas, diferentemente daquela, nesta última, os elementos movidos ficam “ensanduichados” entre o verbo “ser” e o conectivo “que”. Veja isso nas sentenças abaixo:

- (8)
- a. Foi *Maria* que comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana, numa livraria virtual.
 - b. Foi *o mais novo livro do Chomsky* que Maria comprou, na última semana, numa livraria virtual.
 - c. Foi *na última semana* que Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, numa livraria virtual.
 - d. Foi *numa livraria virtual* que Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana.

Esse tipo de estratégia, assim como a anterior, é utilizada quando se quer dar destaque a um determinado elemento sintático. Esses dois casos ilustram o movimento de constituintes, uma regra que comprova que a sentença é formada por unidades. Se uma unidade é formada, logo, ela não pode ser desfeita. É o que se pode observar nos casos agramaticais abaixo:

- (9)
- a. **O mais novo*, Maria comprou, na última semana, numa livraria virtual, *livro do Chomsky*.
 - b. **Numa livraria*, na última semana, Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, *virtual*.
 - c. **Na última*, Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, numa livraria virtual, *semana*.
 - d. *Foi *o mais* que Maria comprou *novo livro do Chomsky*, na última semana, numa livraria virtual.
 - e. *Foi *na última* que Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, numa livraria virtual, *semana*.

f. *Foi numa livraria que Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, virtua,l na última semana.

Notou o que aconteceu em 9? As sentenças se tornaram agramaticais porque determinadas unidades, já formadas, foram desfeitas, comprovando que, ao ser constituída uma unidade, as palavras passam a ter relações estritas uma com as outras.

2.1.3 Passivização

A *passivização* é também um tipo de estratégia que envolve o movimento de algum elemento sintático, como você pode ver no contraste abaixo:

- (10) a. Maria comprou o mais novo livro do Chomsky.
b. O mais novo livro do Chomsky foi comprado por Maria.

Em termos tradicionais, 10a corresponde a uma sentença ativa, em que o sujeito é “Maria”. Em 10b, por sua vez, temos a passiva, em que o sujeito, agora, é “o mais novo livro do Chomsky”. Você se lembra disso? Pois é, a passiva ilustra que o elemento sintático que desempenha a função de sujeito corresponde ao objeto direto da sentença ativa. Que esse objeto forma uma unidade podemos comprovar pelas agramaticalidades de 11a e 11b:

- (11) a. **O mais novo* foi comprado por Maria *livro do Chomsky*.
b. **O mais livro do Chomsky novo* foi comprado por Maria.

Os casos ilustrados acima são resultantes de movimentos de constituintes. “Os movimentos evidenciam o fato de que a sentença é estruturada em constituintes, precisamente porque não é possível deslocarem-se partes de constituintes, nem seqüências que não formem um constituinte” (NEGRÃO *et al.* 2003, p. 90).

2.1.4 Fragmentos de sentenças

Fragmentos de sentenças ilustram a possibilidade de o falante poder responder a uma pergunta utilizando apenas um pedaço, uma parte da sentença, ao invés de precisar formular uma resposta

completa. Para entender o que estamos falando, observe as respostas abaixo, dadas pelo falante B, tendo como parâmetro a sentença ilustrada em 6, e retomada, aqui, em 12:

- (12) Maria comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana, numa livraria virtual.
- (13) A: Quem comprou o mais novo livro do Chomsky?
B: *Maria*.
- (14) A: Maria comprou o quê?
B: *O mais novo livro do Chomsky*.
- (15) A: Maria comprou o livro de que autor?
B: *Do Chomsky*.
- (16) A: Quando Maria comprou o mais novo livro do Chomsky?
B: *Na última semana*.
- (17) A: Onde Maria comprou o mais novo livro do Chomsky?
B: *Numa livraria virtual*.

Diferentemente das três estratégias anteriores, os *fragmentos de sentenças*, a *pronominalização* e a *elipse* são estratégias que não envolvem movimentos de constituintes sintáticos.

Você deve ter notado que as respostas correspondem às unidades formadas na sentença maior. Essas unidades correspondem a constituintes, e somente eles podem ser usados como fragmentos de sentenças em respostas.

2.1.5 Pronominalização

A *pronominalização* consiste na substituição de um determinado constituinte por um tipo de pronome. Veja isso nos exemplos em 18, comparando-os com a sentença básica em 12:

- (18) a. *Ela* comprou o mais novo livro do Chomsky, na última semana, numa livraria virtual. (Maria).
b. Maria comprou o mais novo livro *dele*, na última semana, numa livraria virtual. (do Chomsky).
c. Maria *o* comprou, na última semana, numa livraria virtual. (o mais novo livro do Chomsky).

Como vê, *ela*, *dele* e *o* substituíram os constituintes “Maria”,

“do Chomsky” e “o mais novo livro do Chomsky”, respectivamente.

2.1.6 Elipse

A *elipse* é uma estratégia usada para apagar determinadas partes de uma sentença, quando elas já foram enunciadas, não prejudicando, assim, a interpretação da mesma. Trata-se de um mecanismo que visa à economia linguística. Você entenderá isso a partir dos exemplos abaixo, em 19 e 20:

- (19) a. Maria comprou o mais novo livro do Chomsky e Pedro também.
b. Maria comprou o mais novo livro do Chomsky e já emprestou ao Pedro.
- (20) a. Maria comprou o mais novo livro do Chomsky e Pedro comprou o mais novo livro de Chomsky.
b. Maria comprou o mais novo livro do Chomsky e já emprestou ao Pedro o mais novo livro de Chomsky. .

Como pode observar, 19a e 19b correspondem, respectivamente, a 20a e a 20b. As primeiras ilustram que uma unidade, já enunciada na estrutura, foram omitidas, não comprometendo, portanto, a interpretação delas.

Em suma, vimos que essas estratégias ilustram que as sentenças de uma língua não são ordenadas aleatoriamente, e que os itens lexicais se estruturam seguindo uma ordem linear, formando, portanto, unidades. Quando estas são formadas, não podem ser separadas. No dizer de Perini (1989, p. 38), quando os elementos de uma sequência se agrupam, eles passam a ser sintaticamente solidários uns com os outros.

Com advérbios do tipo *evidentemente* (que têm a propriedade de serem móveis), também podemos provar a existência de constituintes. Veja as sentenças abaixo (adaptadas de PERINI, 1989):

- a. *Evidentemente*, Sarita foi para o Rio.
b. Sarita, *evidentemente*, foi para o Rio.
c. Sarita foi, *evidentemente*, para o Rio.
d. *Sarita foi para *evidentemente* o Rio.
e. *Sarita foi para o *evidentemente* Rio.

Como você pode ver em a, b e c, o advérbio ocorre em diferentes lugares, não interferindo nas unidades da sentença. No entanto, d e e mostram que ele não pode se posicionar entre a preposição e o sintagma *o Rio* (d) e nem entre o artigo e *Rio* (e). Ou seja, esses dois exemplos agramaticais evidenciam que existe uma relação formal entre a preposição (para), o artigo (o) e o nome (Rio).

Silva e Koch (1995) também apresentam estratégias que comprovam a estrutura de constituintes. Utilizando o procedimento da *comutação* (permuta), elas mostram quais partes (unidades) de uma sentença podem ser segmentadas e quais podem ser substituídas por elementos equivalentes. Para você entender melhor, vamos a três de seus exemplos:

- (i) a. Pedro está diante da vitrine de uma joalheria.
- b. A polícia deteve vários suspeitos do furto.
- c. A criancinha doente adormeceu.

Aplicando a comutação, você pode ter:

- (ii) a. Pedro está diante da vitrine de uma joalheria.
- b. Pedro deteve vários suspeitos do furto.
- c. Pedro adormeceu.

Você notou que “Pedro” desempenha a mesma função que “a polícia” e “a criancinha doente”? Ou seja, eles são equivalentes, pois, ao fazer a permuta, a integridade da oração se mantém. O mesmo pode ser feito em relação a outra unidade da sentença. Veja os exemplos abaixo:

- (iii) a. Pedro está diante da vitrine de uma joalheria.
- b. A polícia está diante da vitrine de uma joalheria.
- c. A criancinha doente está diante da vitrine de uma joalheria.

Você percebe, portanto, que cada um desses elementos destacados constitui uma unidade sintático-semântica? Pois é, como verá na próxima aula, essas unidades são denominadas de *sintagmas*.

**ATIVIDADES**

1 Identifique, dentre as combinações de palavras a seguir, quais lhe parecem aproveitáveis para a construção de uma oração bem formada:

- | | |
|-------------------|----------------------|
| a) Muito bonita. | g) Queridos amigos. |
| b) Muito cama. | h) Amigos queridos. |
| c) Ele dorme. | i) No banheiro. |
| d) Ele árvore. | j) Banheiro no. |
| e) Dorme e sonha. | k) Queijo-mussarela. |
| f) E dorme sonha. | l) Mussarela-queijo. |

1.1 Agora, forme frases com as combinações possíveis.

1.2 Quanto aos casos agramaticais, procure explicá-los.

2 Considerando as frases em destaque, julgue (se gramatical ou não) as sequências que se seguem e apresente razões para considerá-las ou não como constituintes:

O carro novo do João é azul.

- a) O carro novo.
- b) O carro novo do.
- c) O carro novo do João.
- d) O carro é azul.
- e) João é azul.
- f) Do João é azul.

O filho do amigo da Maria saiu muito apressado ontem à noite.

- a) O filho saiu apressado.
- b) O filho da Maria saiu apressado.
- c) O amigo saiu apressado.
- d) Saiu muito apressado.
- e) Saiu apressado ontem à.
- f) Saiu apressado ontem à noite.
- g) Saiu muito à noite.

Pedro, aquele rapaz bonito, que é irmão da Maria, que está namorando a Joana, comprou um carro novinho em folha.

- a) Pedro comprou um carro novinho em folha.
- b) Pedro comprou um carro em folha.

- c) Maria comprou um carro.
- d) Pedro está namorando a Joana.
- e) Aquele rapaz bonito está namorando a Joana.
- f) Joana comprou um carro.

3 Considere as sentenças:

- a) O João conheceu a mulher mais bonita de Ilhéus.
- b) O João conheceu a praia mais bonita de Salvador.
- c) O João conheceu a cidade mais bonita de Portugal.
- d) O João conheceu a pintura mais bonita de Portinari.

3.1 Indique as unidades formadas por: *a mulher, a praia, a cidade e a pintura.*

3.2 Do ponto de vista sintático, essas quatro sentenças apresentam ou não a mesma estrutura? Justifique.

4 Seguindo o modelo abaixo, segmente, em unidades menores, as sentenças que se seguem:

- a) Maria gosta de empada de camarão.

| | | | | | |
|----------------------------------|-------|-------|----------------------------|----------------------|---------|
| Maria gosta de empada de camarão | | | | | |
| Maria | | | gosta de empada de camarão | | |
| Maria | | gosta | | de empada de camarão | |
| Maria | gosta | | de empada | de camarão | |
| Maria | gosta | de | empada | de | camarão |

- b) João viajou a pé de Ilhéus a Salvador.
- c) Os alunos da EAD estão gostando de estudar sintaxe gerativa.
- d) Ana comprou vários livros de literatura brasileira.
- e) Aquele rapaz de camisa azul saiu muito apressado.

5 Complete os espaços indicados pelos travessões, de forma que obtenha uma frase perfeita. O modelo que se segue serve de exemplo (cf. ILARI, 2002, p. 70):

- a) _____ bolava _____ = O chefe do bando *bolava* os panos de fuga.
- b) _____ está no meio de _____ = _____
- c) _____ passeia de noite. = _____
- d) _____ deixou meu cheque? = _____
- e) _____ tomou um café enquanto _____ = _____
- f) Você acha que ele tem razão, eu acho que _____ = _____
- g) O carro _____ na estrada. = _____
- h) Choveu _____ em Ilhéus no mês _____ = _____
- i) _____ adora _____. = _____

- j) _____ devem obedecer _____. = _____
- k) Na Bahia, o carnaval _____. = _____

6 Qual é a propriedade da língua que permite encaixar constituintes dentro de outros constituintes, como ocorre no fragmento do texto de Carlos Drummond de Andrade? *João amava Tereza que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém...*

6.1 Depois de respondido, elabore uma sentença encaixando vários constituintes dentro de outros constituintes. Atenção! Não pode ser uma sentença pequena!

7 Utilizando as estratégias de *topicalização* e de *clivagem*, que evidenciam o que é um constituinte, reescreva as sentenças abaixo:

a) João visitou o filho de Maria no hospital no mês passado.

Topicalização 1: _____

Topicalização 2: _____

Topicalização 3: _____

Topicalização 4: _____

Clivagem 1: _____

Clivagem 2: _____

Clivagem 3: _____

Clivagem 4: _____

8 Você viu que a elipse é uma das estratégias que comprovam a existência de constituintes. Nas sentenças abaixo, as palavras “assim”, “fiz o mesmo” e “também” ilustram essa estratégia. Diga, então, qual constituinte se evitou repetir (adaptado de ILARI, 2002, p. 70):

a) Meu irmãozinho gosta de batatas com ketchup. Mas eu não gosto assim.

b) Todo mundo tirou o sapato e eu fiz o mesmo.

c) Muita gente abastece o carro nesse posto, e eu também.

d) João viajou nas férias e Maria também.



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- *constituente* é uma unidade sintática construída hierarquicamente, uma noção formal muito importante para dar conta da organização e constituição sintáticas de uma sentença;
- a noção de constituinte é intuitiva, pois qualquer falante a reconhece;
- a *topicalização*, a *clivagem*, a *passivização*, os *fragmentos de sentenças*, a *pronominalização* e a *elipse* são estratégias que comprovam a estrutura de constituintes.

**LEITURA RECOMENDADA**

Para complementar esta aula, recomendo a leitura do capítulo 1 “Descrição, traços distintivos e protótipos”, de Mário A. Perini, do seu livro **Sintaxe portuguesa: metodologia e funções**, publicado pela Ática, em 1989.

**REFERÊNCIAS**

BERLINCK, R. de A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Lingüística**: domínios e fronteiras. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001, p. 207-244.

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 14. ed. Campinas: Pontes, 2005.

CHOMSKY, N. A. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de Meireles e Raposo. Coimbra: Armenio Amado, 1975.

ILARI, R. **Introdução ao léxico**: brincando com as palavras. São Paulo: Contexto: 2003.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência lingüística. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-119.

PERINI, M. A. **Sintaxe Portuguesa**: metodologia e funções. São Paulo: Ática, 1989.

PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática**: a Faculdade da Linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

SOUZA E SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. **Lingüística aplicada ao português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1995.



Suas anotações

A series of horizontal lines for writing, consisting of a top dashed line, a second dashed line, and a series of solid lines below.

OS SINTAGMAS: TIPOS E PROPRIEDADES

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- conceituar sintagma;
- identificar os diferentes tipos de sintagmas;
- reconhecer propriedades específicas dos sintagmas;
- formar frases aplicando a noção de sintagma.

AULA 8

OS SINTAGMAS: TIPOS E PROPRIEDADES

1 INTRODUÇÃO

Na aula passada, você viu que a noção de constituinte é muito importante para a organização e constituição sintáticas. Agora, nesta aula, terá a oportunidade de conhecer os tipos de constituintes, ou melhor, os tipos de sintagmas que compõem as sentenças, bem como propriedades específicas de cada um deles.

Você se lembra que, na perspectiva da gramática tradicional, fazer análise sintática implica na identificação de *um sujeito*, *um predicado*, *um núcleo do predicado*, *um objeto*, *um adjunto* etc. Para tanto, é necessário saber as definições de tais categorias. Como você viu nas aulas 3 e 4, fazer análise sintática do ponto de vista tradicional significa enfrentar problemas de ordem conceitual e estrutural. As definições, por exemplo, além de serem inconsistentes, não dão conta dos fatos da língua. Lembra disso?

Pois bem, a partir de agora você terá a oportunidade de aprender a fazer análise sintática considerando apenas a constituição formal de uma sentença. Na perspectiva de uma abordagem formal, como é o caso da teoria gerativa, fazer análise sintática significa compreender como os sintagmas estão estruturados e quais são as relações que se estabelecem entre eles. Para entender isso, precisa conhecer, em detalhes, cada um dos tipos de sintagmas.



2 SINTAGMA: UMA CLASSE LIMITADA

Formalmente, *sintagma* “consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem” (SILVA; KOCH, 1995, p. 14). Na visão de Perini (2006), sintagmas são unidades de forma e de significado:

Saiba que, do ponto de vista hierárquico, numa constituição sintagmática, o **núcleo** é sempre o termo que “assume importância primeira, dominando os demais que passam a gravitar em torno dele, estabelecendo-se, assim, diferentes escalas de dependência” (BORBA, 2005, p. 188). Para entender esse pressuposto, considere a seguinte combinação: *a mulher bonita*. O termo “mulher” carrega o estatuto de termo fundamental, e os outros, “a” e “bonita”, passam a ser periféricos na relação com o termo central. Mas, atente para uma propriedade básica dessa relação: o artigo só pode ocorrer com tal termo na posição precedente, e o adjetivo, por sua vez, na posição seguinte. O inverso não é possível; ou seja, “*bonita mulher a” é totalmente agramatical.

Os sintagmas têm coesão semântica e formal. Semântica porque nos dão a impressão de alguma coisa que ‘faz sentido’, e essa impressão pode ser explicitada com certa clareza. E formal porque, em geral, podem ocorrer em determinadas posições sintáticas bem definidas, com função específica (...) Essas unidades têm valor formal (são peças utilizadas na montagem das seqüências) e valor semântico (são parte da informação passada pelo emissor ao receptor, e que permite a este último construir o significado final das sentenças) (p. 100-101).

O sintagma se organiza e se estrutura a partir de uma categoria fundamental, o **núcleo**, que pode ser: *Nome, Adjetivo, Verbo, Preposição* e *Advérbio*. Trata-se de um conjunto finito de categorias, “e cada uma destas categorias, por sua vez, é o elemento central de uma categoria hierarquicamente superior nas estruturas das frases” (RAPOSO, 1992, p. 67).

Assim, o *Nome* é a categoria central da categoria hierarquicamente superior: Sintagma Nominal; o *Adjetivo* é a categoria central da categoria Sintagma Adjetival; e assim sucessivamente. Veja, abaixo, as categorias e os seus respectivos sintagmas:

| CATEGORIA | SINTAGMA |
|------------|--------------------------------|
| Nome | Sintagma nominal (SN) |
| Verbo | Sintagma verbal (SV) |
| Adjetivo | Sintagma adjetival (SAdj) |
| Preposição | Sintagma preposicional (SPrep) |
| Advérbio | Sintagma adverbial (SAdv) |

São esses, portanto, os principais tipos de sintagmas (cf. SILVA; KOCH, 1995; PERINI, 2006). É a partir deles que, em qualquer língua, são construídas as sentenças, ou melhor, os constituintes menores que formam os constituintes maiores. Vamos entender melhor isso! Para tanto, considere 1:

- (1) A irmã de Maria comprou uma casa bastante nova.

Duas unidades básicas formam essa sentença. São elas: *a irmã de Maria* (o sujeito) e *comprou uma casa bastante nova* (predicado). Se você se lembra da abordagem tradicional, sabe que o predicado, da sentença acima, é composto de mais de uma unidade: o verbo (comprou) e o objeto (uma casa bastante nova). Deve se lembrar, também, que ela fala em núcleos: o núcleo do sujeito (Maria); o núcleo do predicado verbal (comprou); o núcleo do objeto (casa). Lembra disso? Até aí ela parte de um princípio básico, comum a todas as línguas: é o núcleo que determina quais são os outros itens lexicais que podem se juntar a eles. No entanto, a descrição tradicional não dá conta da constituição interna dos sintagmas. Como diz Perini (1996, p. 93), ela é “excessivamente simplista e inadequada”. Ela, basicamente, se preocupa mais em descrever as **funções** sintáticas do que compreender as relações formais dos elementos. E, como você sabe, as funções são reconhecidas por meio de definições que misturam noções semânticas e sintáticas.

Para uma sentença como 1, por exemplo, ela dirá que o núcleo do sujeito é “irmã” e que os outros elementos (*a*; *de Maria*) são adjuntos adnominais; que o núcleo do objeto é “casa”, e que os outros elementos (*uma*; *bastante*; *nova*) são também adjuntos. No dizer de Perini, “essa análise é simples demais para fazer justiça à complexidade dos fatos” (p. 93). Na verdade, cada um desses elementos que a análise tradicional chama de adjuntos desempenha uma função própria dentro da estrutura em que ocorre. Isso pode ser provado a partir das possibilidades de posicionamento. Para você entender isso, vamos considerar, primeiro, a unidade que corresponde ao sujeito. Veja os contrastes abaixo:

- (2) a. A irmã de Maria.
b. *irmã a Maria de.
c. *De Maria a irmã.

Como pode ver, as palavras têm uma posição fixa no interior do sintagma que corresponde ao sujeito. O mesmo se observa quando a unidade é aquela que corresponde ao objeto:

- (3) a. Uma casa bastante nova.
b. *Casa bastante uma nova.
c. *Bastante uma casa nova.

Esses contrastes servem para mostrar que os elementos que acompanham os núcleos, conforme a descrição tradicional, não são

Função, na perspectiva formal, diz respeito às relações contraídas pelas palavras dentro da oração. Logo, a função sintática é resultante do contraste estabelecido entre os elementos. Segundo Borba (2005, p. 187-188), a sintaxe comporta três grandes tipos de função: *solidariedade*, *seleção* e *combinação*. “A solidariedade consiste na pressuposição ou interdependência entre os termos”. Por exemplo, quando um adjetivo concorda com o substantivo, pressupõe que o primeiro está sendo “solidário” com o segundo; portanto, os dois são interdependentes. “A seleção é uma relação unilateral entre uma constante e uma variável”. Por exemplo, um adjetivo pressupõe um substantivo; mas um substantivo não pressupõe um adjetivo. “A combinação é a conjunção de duas variáveis sem implicação mútua”. Por exemplo, um adjetivo ou um advérbio podem ser modificados por um advérbio, mas essa relação não é necessária, pois o adjetivo e o advérbio podem ocorrer sozinhos, sem a presença do modificador.

simplesmente categorias adjuntas, mas são elementos que apresentam propriedades sintáticas particulares, não podendo ocorrer em qualquer posição no interior do sintagma. Portanto, eles desempenham funções específicas nas posições em que são licenciados. No dizer de Perini (1996, p. 97), “as funções no SN se definem pelas posições dos termos ‘em relação uns aos outros’, e não por suas posições absolutas.”

Com isso, somos levados a crer que, assim como o nome “irmã” em 1a, a preposição “de” e o outro nome “Maria” também são elementos de natureza nuclear. Logo, podemos afirmar que se tratam, respectivamente, de sintagma preposicional e sintagma nominal. Ou seja, uma unidade como 2a corresponde a um sintagma nominal. Só que ele é formado de três sintagmas menores: NOMINAL (a irmã) + PREPOSICIONAL (de) + NOMINAL (Maria). Aplicando ao objeto (3a), teremos também um sintagma nominal, que, assim como o sujeito, também é formado de três sintagmas menores: NOMINAL (uma casa); ADVERBIAL (bastante); ADJETIVAL (nova). Ou seja, cada um desses sintagmas tem o seu próprio núcleo. E é este que determina em que posição os outros elementos podem ocorrer dentro da estrutura, passando a ter com eles uma relação de dependência e de ordem.

Para você compreender melhor a noção de sintagma, vamos abordar cada um deles nas seções que se seguem.

Vale ressaltar que a própria *sentença/oração* é também um tipo de sintagma; na verdade, é o sintagma maior, pois pode ser composto de um ou mais sintagmas. Segundo Perini (2006, p. 97), “o que se disser do sintagma em geral vale, portanto, também para as orações.” O autor ainda lembra que “a noção de sintagma é básica em todas as teorias lingüísticas. Na gramática tradicional, ela é usada mas não explicitada, de maneira que soa como novidade para quem começa a estudar lingüística.”

2.1 O sintagma nominal

O *sintagma nominal* (SN) comporta, basicamente, um *Nome* (N), que pode vir acompanhado (ou não) de **outros elementos**, como você pode ver nas sentenças abaixo, onde o sintagma maior, que está entre colchetes, desempenha a função de sujeito:

- (4) a. [João] está feliz.
 b. [O filho de João] se casou ontem.
 c. [Esse/aquele filho] é muito responsável.
 d. [O seu filho] é muito responsável.

Em 4a, “João” é o único item que compõe o sintagma nominal. Já em 4b, 4c e 4d, o sujeito (constituente maior) é formado por mais de um constituinte. No entanto, você deve notar que a sua organização se dá em torno de um único sintagma: *filho*. É este núcleo que projeta o constituinte maior. Ou seja, é ele que determina o tipo de

palavra (ou mesmo de um outro constituinte) que pode ocorrer ao seu lado, bem como a relação que será estabelecida entre eles.

Vamos entender melhor! Em 4b, você nota que o núcleo “filho” é precedido por um artigo, *o*, e seguido por um outro constituinte, *de João*, que também é formado por dois núcleos: a preposição “de” e o nome “João”. Observe que a organização segue uma ordem, *o filho de João*, onde cada um dos elementos mantém, com o núcleo, um tipo de relação. Isto é, o artigo *o* só pode estabelecer relação com “filho” desde que ocorra na posição precedente ao núcleo. Por outro lado, *de João*, considerado pela gramática tradicional como um adjunto adnominal, só pode estabelecer relação se ocorrer na posição posposta. Essa noção se confirma dada as impossibilidades ilustradas abaixo:

- (5) a. *filho o de João.
b. *de João o filho.

Para você, ficou claro que o sintagma “o filho de João” é organizado a partir do nome “filho”? E que é este nome que determina em que posição os outros elementos devem ocorrer? Se ficou, então compreenderá as unidades formadas em 4c e em 4d: *esse/aquele filho* e *o seu filho*, respectivamente.

Em 4, você viu um tipo de composição do sintagma nominal. Saiba que outras combinações são possíveis. Veja, por exemplo, 6:

- (6) a. O rapaz doente...
b. O rapaz que estava doente...
c. Os dois rapazes...
d. Aqueles dois rapazes...
e. O rapaz de camisa azul...

Como vê, todas essas composições sintagmáticas foram organizadas e estruturadas em torno do núcleo nominal: *rapaz/rapazes*. Além de poder ocorrer desempenhando a função de sujeito, como viu em 4, o sintagma nominal pode desempenhar, também, a função de objeto ou a de complemento de uma preposição, como mostram 7 e 8, respectivamente:

Com relação aos **elementos** que precedem o sintagma nominal, chamados normalmente de determinantes, é interessante observar que eles têm uma posição fixa na estrutura da qual fazem parte. Para entender isso, observe os contrastes abaixo:

- a. O filho
b. O meu/seu filho
c. * Meu/seu o filho

d. Os meus/seus dois filhos
e. Estes meus/seus dois filhos
f. * Dois os meus/seus filhos
g. *Dois estes meus/seus filhos

h. Todos os meus filhos
i. Nenhum dos meus filhos
j. *Os todos meus filhos
k. * Dos meus nenhum filhos

Você notou que não é em qualquer posição precedente ao nome que esses determinantes ocorrem? Isso indicia que eles impõem restrições quanto ao lugar que realmente podem ser licenciados. A propósito, Silva e Koch (1995) explicam: quando o determinante for simples, pode ser representado por um artigo (as crianças), um numeral (duas crianças) ou um pronome adjetivo (estas/minhas crianças). Quando constituir por mais de um elemento, a estrutura será a seguinte: pré-det / det-base / pós-det. Observe que há um determinante central; e é ele o responsável por limitar as posições dos outros determinantes. Na estrutura “os meus dois”, funciona como det-base o demonstrativo *meu*; como pré-det, o artigo *o*; e pós-det, o numeral dois. “Funcionam, geralmente, como *pós-determinantes*, os numerais e os possessivos (...) e como pré-determinantes, certos tipos de expressões indefinidas (...)” (KOCH; SILVA, 1995, p. 17).

- (7) a. Maria encontrou [o rapaz doente].
 b. Maria encontrou [o rapaz que estava doente].
 c. Maria encontrou [os dois rapazes].
 d. Maria encontrou [aqueles dois rapazes].
 e. Maria encontrou [o rapaz de camisa azul].
- (8) a. Maria falou com [o rapaz doente].
 b. Maria falou com [o rapaz que estava doente].
 c. Maria falou com [os dois rapazes].
 d. Maria falou com [aqueles dois rapazes].
 e. Maria falou com [o rapaz de camisa azul].

Você percebe que, independentemente do tipo de função (sujeito, objeto, complemento de preposição), o sintagma nominal estruturado a partir do nome *rapaz/rapazes* forma uma unidade? Para provar isso, basta aplicar uma das estratégias que estudou na aula passada!

2.2 O sintagma verbal

Nos moldes da gramática tradicional, o sintagma verbal corresponde ao predicado. Mas, atenção! Um predicado pode ser constituído por outros diferentes sintagmas. A própria gramática reconhece isso quando postula os diferentes tipos de verbos: *transitivos*, *intransitivos* e de *ligação*. Ou seja, ao reconhecê-los como sendo diferentes, pressupõe que as suas composições, também, são diferentes. No entanto, ela só não sabe reconhecer que as relações estabelecidas entre verbo e complementos são praticamente as mesmas.

O *sintagma verbal* (SV) é um constituinte composto obrigatoriamente pela presença de um núcleo *Verbal* (V). Assim como o nominal, o verbal pode ou não vir acompanhado de outros elementos sintáticos. Veja os exemplos em 9, atentando para os limites de cada núcleo verbal :

- (9) a. A criança [dormiu].
 b. [Choveu].
 c. [Choveu muito].
 d. O menino [comeu o bombom].
 e. Os alunos [gostam de linguística].
 f. Os alunos [ofereceram flores ao professor].
 g. O livro [é interessante].
 h. O livro [não é interessante].

Como deve observar, o verbo em 9a e em 9b forma, sozinho, o sintagma verbal. Inclusive, neste último exemplo, constitui a própria sentença. No primeiro exemplo, além dele, temos a presença do sintagma nominal-sujeito. Nos outros exemplos, por sua vez, o sintagma verbal ocorre acompanhado de outros constituintes: em 9c, de um advérbio na posição pós-verbal; em 9d, de um sintagma no-

minal (objeto direto); em 9e, de dois sintagmas: um preposicional e um nominal (objeto indireto); em 9f, de sintagma nominal e sintagma preposicional e nominal (objetos direto e indireto); em 9g, é seguido por um sintagma adjetival (predicativo); e, por fim, em 9h, de um advérbio na posição pré-verbal e o adjetivo, na pós-verbal.

2.3 O sintagma adjetival

O *sintagma adjetival* (SAdj) tem como núcleo um *Adjetivo* (Adj), que, do mesmo modo que os outros sintagmas, pode vir ou não acompanhado de outros elementos. Observe 10:

- (10) a. O livro é [interessante].
 b. O livro é [muito interessante].
 c. Comprei [um livro novo].
 d. [A blusa azul] rasgou.

Com exceção de 10a, onde o adjetivo ocorre sozinho (lembre-se que, na perspectiva tradicional, temos aí o adjetivo em sua função predicativa), nos outros exemplos o núcleo adjetival forma unidade com outros elementos. Note que, diferentemente de 10b, onde ele é modificado pelo advérbio, em 10c e 10d, ele funciona como um modificador de um sintagma nominal. Portanto, como você vê, a ideia de modificação não se aplica apenas a advérbio (como pressupõe a descrição tradicional quando define o advérbio), mas também a adjetivo.

2.4 O sintagma preposicional

Basicamente, o *sintagma preposicional* (Sprep) é constituído de uma *Preposição* (Prep) seguida de um sintagma nominal. Veja os exemplos abaixo:

- (11) a. João gosta [de doce].
 b. Maria enviou flores [para o namorado].

Sobre a estrutura interna de um sintagma adjetival, vale destacar que, em alguns casos, o adjetivo não pode trocar de posição sem afetar a unidade do sintagma. Veja os contrastes abaixo:

- a. Um relógio *bom*
 b. Um *bom* relógio
 c. Um professor *mau*
 d. Um *mau* professor
 e. Um relógio *japonês*
 f. * Um *japonês* relógio
 g. Um vinho *francês*
 h. *Um francês *vinho*

Você notou que adjetivos como “bom” e “mau” são diferentes de “japonês” e “francês” em relação aos posicionamentos? Essas diferenças, segundo Perini (2006), são decorrentes da natureza semântica desses adjetivos. Veja a explicação dada pelo autor:

Uma diferença bastante evidente é que *bom* exprime uma qualidade, e pode ser modificado por um intensificador: *um relógio muito bom, um relógio não muito bom* (...) Por outro lado, *japonês* não exprime uma qualidade, mas antes a proveniência (...) é também bem mais difícil intensificar esse nominal: ?? *um relógio muito japonês, ?? um relógio mais japonês do que o meu* etc. são bastante esquisitos (p.88).

A mesma explicação também serve para os adjetivos “mau” e “francês”. Esses adjetivos funcionam como restritivos; porém, um restritivo com significado de proveniência só pode ocorrer depois do sintagma nominal com o qual forma unidade. Portanto, em alguns casos, as condições de posicionamento do adjetivo em relação ao sintagma nominal são definidas em termos de forma/significado.

Saiba que, além do sintagma nominal, a preposição pode formar unidade, também, com outros sintagmas. Veja os exemplos abaixo:

- a) Maria gosta [de dançar].
- b) As luzes acabaram [de apagar].
- c) Estou aqui [desde ontem].
- d) Trabalharei [até amanhã].
- e) E os dois foram felizes [para sempre].
- f) Encontrei o João [por aqui].

Como você pode ver, em a e b, a preposição forma unidade com um verbo; em c-f, com um advérbio.

- c. Maria chegou [da Europa].
- d. O livro está [com Maria].
- e. João foi [até Salvador].
- f. O acarajé é [sem pimenta].
- g. O filho [de João] se casou ontem.
- h. As folhas [das árvores] caíram.
- i. [No outono], as folhas caem.
- j. Os dias são mais longos que as noites, [no verão].

Você deve atentar para o fato de que o sintagma preposicional, diferentemente dos outros sintagmas, não forma unidade sozinho nos exemplos em 11. Ele ocorre acompanhado de outro constituinte, que, no caso, é o sintagma nominal. Como pode perceber, ele forma unidade em diferentes posições na sentença: interno ao sintagma verbal (11a-f), interno ao sintagma nominal (11g-h), e às margens da sentença (11i-j).

Você pode estar perguntando: mas, em 11, em alguns casos temos um advérbio. Não seria ele um sintagma adverbial e não um preposicional? Não. Como verá a seguir, advérbio mesmo é quando ele ocorre na forma simples. Em 11c, por exemplo, “da Europa” pode desempenhar a função de advérbio, mas não é um sintagma adverbial, pois o que temos ali é um sintagma preposicional e um sintagma nominal. Portanto, a forma não é de um advérbio!

2.5 O sintagma adverbial

Como já antecipamos, o *sintagma adverbial* (SAdv) tem como núcleo um *Advérbio* (Adv) em sua forma simples, como ilustram os casos abaixo:

- (12) a. [Rapidamente], a chuva cessou.
- b. [Infelizmente], Maria se machucou.
- c. Maria [não] gosta de doce de abóbora.
- d. O filme é [muito] bom.
- e. O leiteiro sai [cedinho].
- f. João chegará [amanhã].

Como você nota, o sintagma adverbial pode se posicionar em diferentes lugares na sentença: início (12a-b), meio (12c-d) e fim (12e-f). Compreendeu a diferença entre um advérbio e uma locução adverbial? Na verdade, esta é composta de um sintagma preposicio-

nal e um sintagma nominal. Percebeu que estamos falando de forma propriamente dita?

Pois bem, é a forma que realmente privilegiamos nesse tipo de abordagem que estamos lhe apresentando. Independentemente das funções que assumem (sujeito, predicado, objetos, complementos, adjuntos...), os sintagmas têm características próprias, que determinam a natureza e a constituição formal de uma sentença.

Vamos, agora, aplicar um pouco do que você aprendeu!



ATIVIDADES

1 A partir do que foi apresentado nesta aula, defina o que é um sintagma.

2 Identifique, nas frases abaixo, os sintagmas nominais.

- a) O professor convidado visitou o *campus* da Universidade no final de semana.
- b) Os alunos favoráveis à aprovação do projeto de implantação do curso de Letras compareceram à reunião.
- c) O povo cobrará dos eleitos o cumprimento das promessas feitas durante a campanha.
- d) No julgamento, realizado na semana passada, o réu falou, sem nenhum constrangimento, sobre os detalhes do crime.

3 Identifique, no poema de *João Cabral de Melo Neto*, os tipos de sintagmas em destaque:

TECENDO A MANHÃ

Um galo sozinho não tece uma manhã:
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro; de um outro galo
 que apanhe o grito que um galo antes
 e o lance a outro; e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
 para que a manhã, desde uma teia tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.
 E se encorpando em tela, entre todos,
 se erguendo tenda, onde entrem todos,
 se entretendendo para todos, no toldo
 (a manhã) que plana livre de armação.
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.

4 Com as palavras abaixo, construa duas frases: uma em que o sintagma nominal ocorre sozinho e outra com outros sintagmas. Siga o modelo:

Cachorro

- a) [*Cachorro*] come muito.
- b) [*O cachorro perdigueiro do dono do hotel*] fugiu.

Fumar

- a) _____
- b) _____

Dinheiro

- a) _____
- b) _____

Saúde

- a) _____
- b) _____

Amar

- a) _____
- b) _____

5 Forme frases, considerando as combinações abaixo:

- a) SN + SV.
- b) Det + SN + Sprep + SN + SV + Sadj.
- c) SN + SV + Sprep + SN + Sprep + SN.
- d) SV + Sadv + Sprep + SN.
- e) SN + SV + Sadj.
- f) SN + SV + Det + SN + Sprep + SN.
- g) Det + SN + Sadj + SV + Sprep + SN.

6 Forme frases com as unidades abaixo, colocando-as em diferentes posições, como no modelo:

Casa velha

- a) *A casa velha* caiu.
- b) Maria comprou uma *casa velha*.

Uma flor

- a) _____
- b) _____

Aos domingos

- a) _____
- b) _____

Com um amigo

- a) _____
b) _____

Famoso

- a) _____
b) _____

Lua

- a) _____
b) _____



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- *sintagma* corresponde a uma unidade significativa na organização e constituição de uma sentença;
- o sintagma é sempre formado por um núcleo, e é este que determina em que posições os outros sintagmas devem ocorrer;
- ao formar uma unidade, os sintagmas mantêm entre si uma relação de dependência e ordem;
- os principais sintagmas responsáveis pela constituição de uma sentença são: SN; SV; Sadj; Sprep; e Sadv.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar esta aula, recomendo ler o capítulo 1, "Organização e constituição da frase", do livro **Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe**, de Souza e Silva e Koch (1995).



REFERÊNCIAS

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 14. ed. Campinas: Pontes, 2005.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de Meireles e Raposo. Coimbra: Armenio Amado, 1975.

LEMLE, M. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1984.

MIOTO, C., SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

PERINI, M. A. **A Gramática Gerativa: Introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PERINI, M. A. **Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola, 2006.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

RUWET, N. **Introdução à gramática gerativa**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva: Ed. da USP, 1975.

SOUZA e SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. **Lingüística aplicada ao português: sintaxe**. São Paulo: Cortez, 1995.



Suas anotações

A series of horizontal lines for writing notes, consisting of a dashed line at the top followed by solid lines.

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS: APRENDENDO A “PLANTAR ÁRVORES” - PARTE I

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- representar diferentes sentenças a partir de diagramas arbóreos;
- reconhecer que a representação em “árvores” possibilita compreender, formalmente, a organização e a constituição das sentenças;
- formar frases a partir de diferentes constituições sintáticas.

AULA 9

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS: APRENDENDO A “PLANTAR ÁRVORES” - PARTE I

1 INTRODUÇÃO

Nas duas aulas anteriores, você aprendeu que uma sentença é formada de constituintes, denominados pela teoria gerativa de *sintagmas*. Agora, nesta e na próxima aula, você aprenderá a representá-los. A sua representação nos permite compreender “a maneira pela qual os diferentes elementos de uma frase ou de uma construção são ordenados e concatenados” (NIVETTE, 1975, p. 15). Há várias possibilidades de representar a estrutura de constituintes. A mais conhecida é chamada de representação num *diagrama em árvores*, ou, mais simplesmente, em *árvore* (Cf. CHOMSKY, 1975, p. 13). É justamente essa forma de representação que você aprenderá nesta e na próxima aula.

Certamente, num primeiro momento, você poderá pensar: mas que disciplina é essa que ensina a “plantar árvores”? Estudar a língua do ponto de vista sintático implica saber o que é uma “árvore”? O que é uma raiz? O que são “galhos”? Afinal, estou falando mesmo de sintaxe? Essas perguntas podem realmente surgir no decorrer desta e da próxima aula. Mas, não se assuste! Ao final, terá compreendido o propósito delas: uma nova forma de se fazer análise sintática!



2 OS CONSTITUINTES SINTÁTICOS: REPRESENTAÇÕES EM “ÁRVORES”

Para representar ao mesmo tempo a decomposição de uma frase em constituintes e a relação entre eles, Chomsky (1975) propõe a chamada “representação em árvore”. Segundo o autor, por meio de tal representação é possível

(...) mostrar que os elementos que constituem as frases se escalonam em sucessivos níveis de organização que exibem entre si uma relação de dependência. As frases não são assim apenas (...) uma soma de elementos linearmente dispostos, mas uma estruturação desses elementos em vários degraus de complexidade progressiva (p. 12).

A análise em **constituintes imediatos** foi esboçada, inicialmente, por Bloomfield (1933, *apud* Ruwet, 1975, p. 100), que também complementa:

A originalidade da análise em constituintes imediatos está, primeiro, em ter sistematizado as formulações tradicionais. A estrutura de cada frase, por mais complexa que seja, é aí representada sob a forma de uma construção hierarquizada de elementos encaixados uns nos outros, sob a forma de uma espécie de pirâmide.

Esse tipo de análise, a de constituintes imediatos, deu origem à chamada *gramática sintagmática*, cujo principal pressuposto é: “uma frase não é representada simplesmente por uma seqüência de elementos mas por um conjunto de seqüências” (RUWET, 1975, p. 121).

Para Ruwet (1975, p. 103), a representação em “árvore” possibilita fornecer “a descrição estrutural de uma frase tal como ela é concebida na análise de **constituintes imediatos**”. Esse autor substitui o termo “árvore” por “indicador sintagmático”, esclarecendo:

Este termo indica de modo suficiente que, na análise em constituintes imediatos, o essencial de uma descrição estrutural consiste em mostrar como uma frase se decompõe em sintagmas, e como estes, por sua vez, se decompõem em unidades menores. Reciprocamente, um indicador sintagmático permite descrever a estrutura de uma seqüência de morfemas (de elementos terminais) (p. 104).

Sejam os constituintes representados por árvores ou indicadores sintagmáticos, o que essas representações nos mostram é que, do ponto de vista sintático, as sentenças não são muito diferentes uma das outras, como nos faz pressupor, por exemplo, a abordagem tradicional. As representações são, na verdade, “uma tentativa de explicitar certas intuições que os falantes de uma língua têm a respeito da subdivisão das frases dessa língua” (PERINI, 1985, p. 47). No dizer do próprio Chomsky (1975), a análise dos constituintes nos permite entender como uma seqüência de palavras se agrupa para constituir unidades “que, por seu turno, se vão associar a outras unidades para com elas formarem novos constituintes mais elevados, e assim sucessivamente até se alcançar o constituinte máximo que é a frase” (p. 12).

Certamente, você deve estar curioso (a) para conhecer tal “árvore” e entender qual é o propósito dela. Então, vamos lá!

2.1 Entendendo as regras básicas para a representação das sentenças

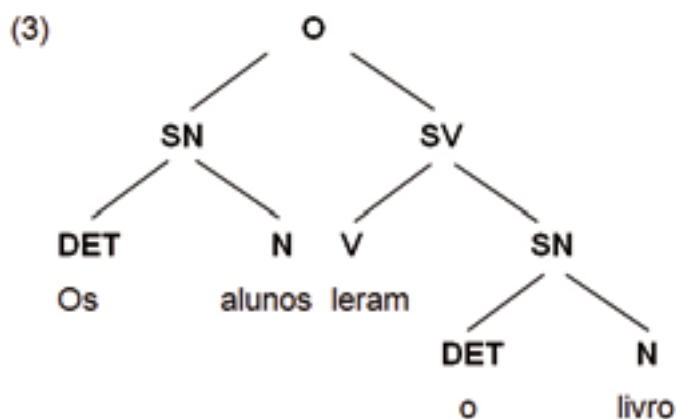
Para que você comece a entender como uma sentença é representada em árvore, considere, primeiro, a estrutura em 1, que já aparece dividida em dois sintagmas básicos:

(1) Os alunos | leram o livro.
 SN SV

A regra para a geração dessa sentença é: $O \rightarrow SN + SV$. Traduzindo: Essa oração (O) é composta de dois sintagmas: nominal + verbal. Em termos tradicionais, correspondem a *sujeito* e *predicado*. No entanto, o sintagma verbal seleciona como complemento outro sintagma nominal. Desse modo, a oração passa a ser constituída assim:

(2) Os alunos | leram | o livro.
 SN SV SN

Temos, então, três sintagmas. “Olhando” a sentença nessa perspectiva horizontal, você não percebe os tipos de relações que existem entre esses sintagmas. Por exemplo: Ao concordar o sujeito com o verbo, será que podemos afirmar que há uma relação direta entre eles? A abordagem tradicional pressupõe que sim! Você verá que isso não é verdade! Como provamos isso? Por meio de uma representação arbórea, como a que você tem a seguir:



A propósito desse tipo de representação, veja o que diz Lemle (1989, p. 95):

A representação gráfica da estrutura sentencial através dos diagramas tem a vantagem de reunir numa só imagem dois tipos de informação: os **nós terminais** da árvore fornecem a categoria lexical de cada uma das palavras da sentença e os nós-não terminais descrevem a maneira pela qual as palavras se ligam umas às outras, formando camadas de sintagmas cada vez mais abrangentes.

De forma mais simples, pode-se dizer que, em 3, O é “pai” de SN sujeito e SV. Estes dois, por sua vez, são “irmãos”. O SN objeto, que é filho de SV, é neto de O. Se este SN objeto gerasse um outro constituinte, este seria bisneto de O, e, assim, as relações de parentesco vão sendo determinadas, por uma relação imediata ou não.

Estamos vendo aqui, nesta seção, duas relações formais básicas entre os constituintes: a relação linear de *precedência* e a relação inclusiva de *dominância*, definidas assim por Raposo (1992, p. 73 e 74): a relação de *dominância* ocorre quando há uma sequência conexa de um ou mais ramos entre um nó O e outro SV-SN objeto e o percurso de um a outro através desses ramos for unicamente descendente. Será uma dominância imediata se não existir nós intermediários: por exemplo: O domina imediatamente SV e não domina imediatamente SN objeto. Já a relação linear de precedência é assim definida: um nó (do tipo x) precede um outro (do tipo y) se este estiver à esquerda do nó do tipo x e não houver uma relação de inclusão ou intersecção entre eles. Ou seja, um não domina o outro e vice-versa. Em 3, pode-se dizer que o sujeito precede o verbo, já que o verbo está à sua direita e ambos não têm domínio um sobre o outro. Segundo Raposo, “o modo como as relações de dominância e precedência são definidas implica que os membros de qualquer par de nós numa árvore se encontram ou numa relação de dominância ou numa relação de precedência, mas nunca nas duas simultaneamente” (p.74).

Como você pode observar, cada constituinte corresponde a um nó, que, por sua vez, recebe uma etiqueta que corresponde ao nome de sua categoria gramatical: SN cujo núcleo é o N (que vem precedido de um DET); SV cujo núcleo é o V; outro SN cujo núcleo é o N. Na parte final dos sintagmas, temos os **nós terminais**, que correspondem aos constituintes últimos da representação (*os, alunos, leram, o, livro*). A oração (O) também é um constituinte, porém, ele corresponde ao constituinte maior (a raiz da árvore), formado de dois constituintes imediatos: o SN e o SV. Por que são imediatos? Porque eles estão ligados diretamente, por meio dos “galhos/ramos”, ao constituinte O. Existe aí uma relação de dominância, onde O domina imediatamente SN e SV.

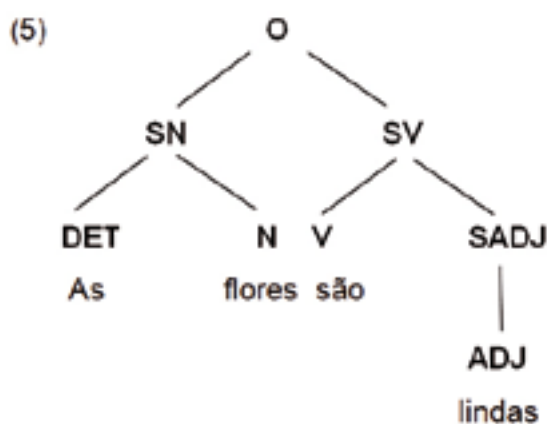
Pela estrutura representada em 3, você deve notar que o SV gera, também, um constituinte imediato: o SN *o livro*. Nesse caso, esse sintagma, ao contrário do sintagma sujeito, que é filho do constituinte oracional, corresponde a um filho de SV. Você percebe que há uma relação direta entre o verbo e o constituinte objeto? Pois bem, essa relação não se observa entre o SV e o SN sujeito. Eles são “irmãos”, mas um não domina o outro, e vice versa. Quanto ao SN objeto, vale ressaltar que ele também é dominado por O; porém, não é uma dominância imediata. Observe que esse tipo de relação segue um caminho descendente: o constituinte mais alto domina os constituintes hierarquicamente inferiores. Mas, atenção! Para que um domine o outro, precisa existir uma sequência de ramos conexa entre o primeiro e os outros nós descendentes. Esse tipo de relação se observa entre O, SV e SN objeto, em 3. Quanto ao SN sujeito, embora se encontre numa posição estrutural mais alta que o SN objeto, ele não tem domínio algum sobre SV e SN objeto, pois não existe uma sequência de ramos entre eles.

Aparentemente, podemos pensar que um sujeito, por estar antes do verbo, domina imediatamente um verbo. Não é verdade! Como você nota na estrutura acima, o SN sujeito domina imediatamente o seu núcleo e o determinante que o acompanha. O constituinte maior, O, é o que tem domínio sobre todos os outros constituintes.

E aí? Achou difícil a representação em árvore? A primeira vista, parece complicado, abstrato. Mas não é! Ela nos permite visualizar as relações formais existentes entre os constituintes de uma sentença. Com ela, podemos perceber

claramente quais são os elementos gerados diretamente, ou não, por uma determinada categoria gramatical. Além disso, podemos visualizar formalmente quais constituintes precedem ou não um outro. Por meio desse tipo de representação, também podemos comprovar que as estruturas sentenciais não são muito diferentes uma das outras. Para entender isso, considere a sentença abaixo, bem como a sua representação correspondente:

(4) As flores | são | lindas.
 SN SV SADJ

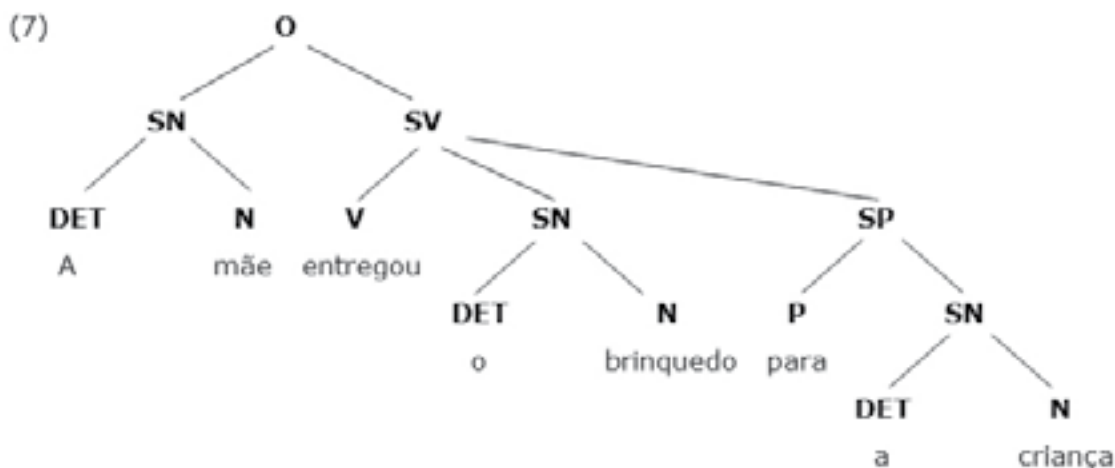


Compare as estruturas em 3 e em 5. O que elas têm de diferentes? Em 3, o verbo gera como complemento um SN; em 5, um sintagma adjetival. As mesmas relações formais que se observam naquela estrutura também se observam nesta última. Portanto, a única diferença entre elas envolve o tipo de sintagma gerado pelo verbo.

Vamos a outra sentença:

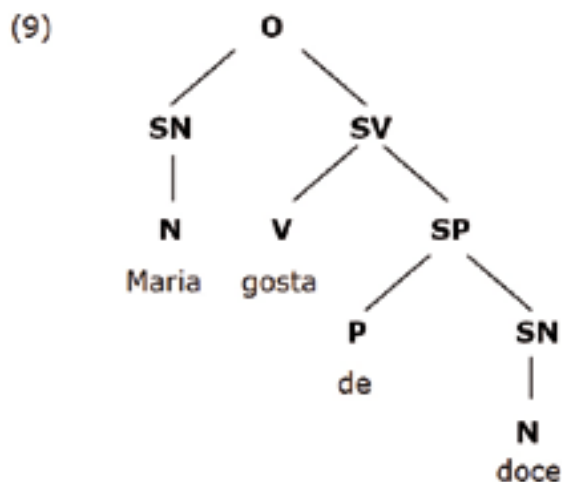
(6) A mãe | entregou | o brinquedo | para | a criança.
 SN SV SN SP SN

Pela quantidade de sintagmas, você deve pensar que 6 é diferente de 3, por exemplo. Afinal, conforme a descrição tradicional, em 6 temos um verbo bitransitivo, aquele que tem dois objetos (direto e indireto), e em 3, um verbo transitivo direto. Aliás, você sabe dizer qual é a razão para estes termos: direto e indireto? Com a representação em árvore, você entenderá bem. Veja 7:



Tradicionalmente, você sabe que “o brinquedo” é o objeto direto e “para a criança”, o indireto. Mas, o que é ser direto e indireto? Observando a representação em 7, você deve notar que o SN “o brinquedo” realmente é selecionado diretamente pelo verbo. Nessa categorização, a gramática tradicional acerta. No entanto, ela erra ao afirmar que “para a criança” é o objeto indireto. Observe bem a representação! Você nota que o chamado objeto indireto é também selecionado diretamente pelo verbo? Ele é tão direto quanto o outro objeto. Portanto, o que é indireto, na verdade, é o sintagma nominal “a criança”, que não é gerado diretamente pelo verbo. Ele forma uma unidade com o sintagma preposicional, e esse, sim, é gerado diretamente pelo verbo. É essa mesma relação que temos na sentença 8 abaixo, podendo ser observada na representação em 9:

(8) Maria | gosta | de | doce.
 SN SV SP SN

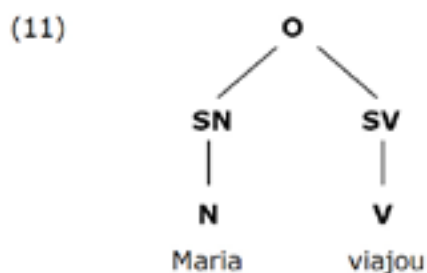


Como você pode ver, o chamado objeto indireto, “de doce”, é gerado diretamente pelo verbo. Não podemos considerar apenas o SN “doce” como o objeto, pois, se o fosse, uma estrutura como *João gosta doce* seria possível. Portanto, você nota que o sintagma preposicional é fundamental para a composição dessa unidade selecionada pelo verbo?

Vamos a mais uma sentença!

(10) Maria | viajou.
 SN SV

Diferentemente de uma sentença como 2, por exemplo, em 10 temos uma sentença constituída apenas de dois sintagmas: um nominal e um verbal. Você verá que a representação de 11 se diferencia em pouco da representação ilustrada em 3. Vamos a ela!

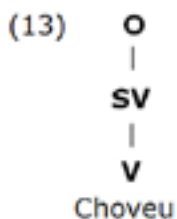


Como você pode perceber, assim como em 3, o constituinte oracional gera os dois sintagmas básicos: SN e SV. As únicas diferenças entre as duas estruturas são: naquela, um artigo acompanha o substantivo; nesta, o substantivo é gerado sozinho. Naquela, o verbo gera diretamente um SN; nesta, o SV não gera sintagma algum.

E se a sentença fosse como 12?

(12) Choveu.
 SV

Muito simples! Veja a representação abaixo:



Para essa sentença, a oração gera apenas um sintagma: o SV.

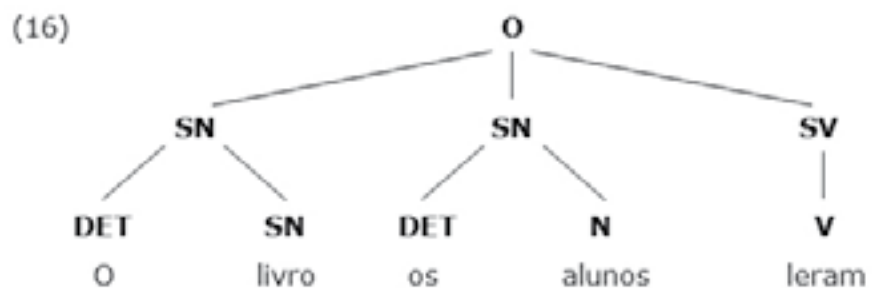
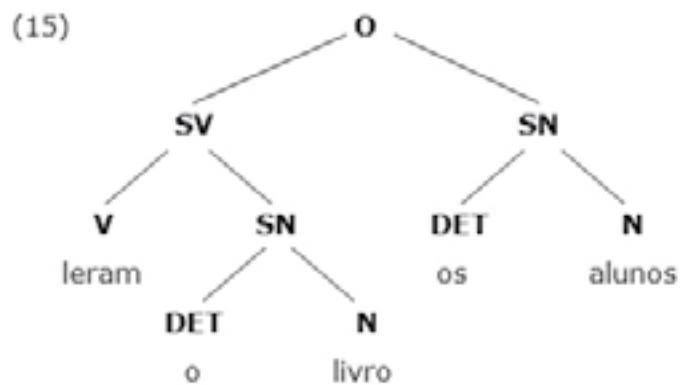
Até aqui, você viu sentenças geradas na ordem direta (SN + SV). Agora, verá como são as representações de sentenças que apresentam a ordem inversa de seus complementos, como ilustram os exemplos abaixo:

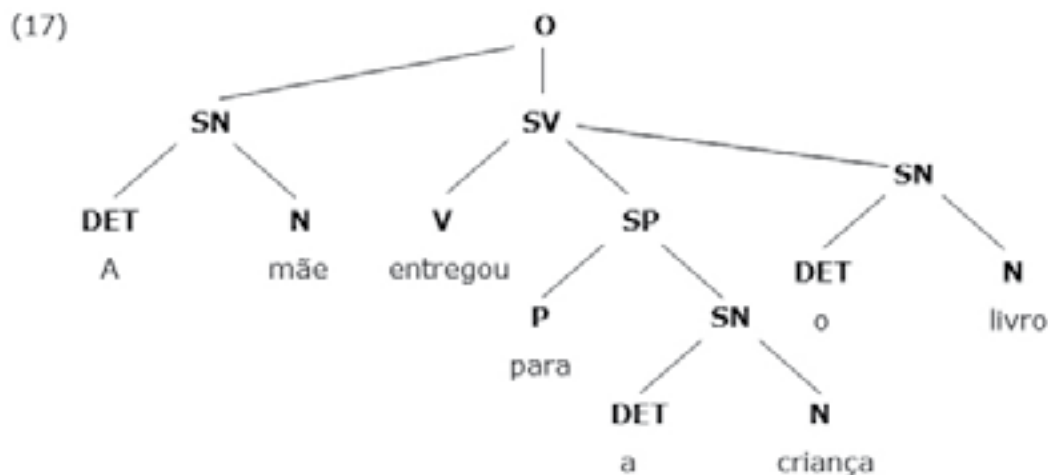
(14) a. Leram | o livro | os alunos.
 SV SN SN

b. O livro | os alunos | leram.
 SN SN SV

c. A mãe | entregou | para a criança | o brinquedo.
 SN SV SP + SN SN

Como ficariam as representações? Assim, respectivamente:





Você deve ter notado que, em 15, o sintagma que corresponde ao sujeito “os alunos” aparece à esquerda de O, e não à direita, como em 3. Formalmente, essa mudança não interfere nas relações dos constituintes. O sintagma nominal “o livro”, por exemplo, continua sendo gerado diretamente pelo verbo. O mesmo não se observa em 16: note que, agora, esse sintagma aparece à esquerda de O, distante daquele sintagma que o gerou na ordem direta, o SV. Quanto a 17, diferentemente de 7, o SP + SN (objeto indireto) aparecem na estrutura antes do SN objeto direto. Observe que, mesmo com a inversão, as relações permanecem: o SV gera diretamente esses constituintes.

2.2 Conhecendo algumas estruturas dos sintagmas

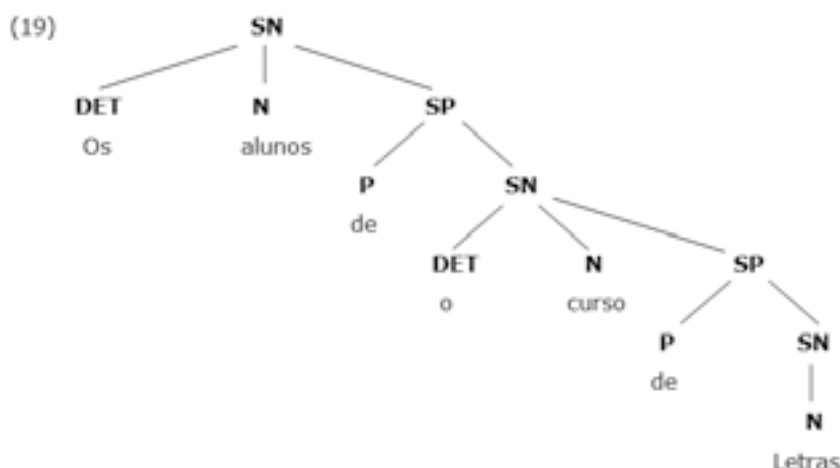
Para facilitar a sua aprendizagem, apresentaremos, separadamente, a organização de cada um dos sintagmas. Começaremos mostrando, primeiro, uma unidade cujo núcleo será o objeto de destaque. Depois, mostraremos a sua representação correspondente. Vamos começar com o sintagma nominal!

2.2.1 O sintagma nominal

O *sintagma nominal*, seja ele um sujeito (18a) ou um objeto (18b), pode ser constituído por mais de uma unidade. Vejamos as estruturas abaixo:

- (18) a. *Os alunos viajaram para o Congresso.*
 b. *Eu encontrei os alunos do Curso de Letras.*

Como você vê, em 18a, temos um constituinte formado de uma unidade; em 18b, de três unidades. Vamos ver, a partir da representação, como elas se relacionam:



Em 19, temos explícita a propriedade denominada de “recursividade”, aquela que permite, a partir de um conjunto finito (os alunos), gerar um conjunto maior de unidades (do Curso, de Letras). Poderíamos, inclusive, inserir outras unidades a esse primeiro conjunto: os alunos do curso de Letras, da EAD, da UESC... Conforme Nivette (1975, p. 17), “a qualidade recursiva de uma língua é um elemento muito importante na avaliação da capacidade de uma gramática, para explicar os diferentes aspectos sintáticos”. Ou seja, é essa propriedade que permite ao falante de qualquer língua construir inúmeras sentenças, sempre a partir de um número limitado de elementos.

Você consegue perceber, pela representação, os limites de cada unidade? As unidades são: *os alunos*; *do curso*; *de Letras*. Combinando-os hierarquicamente, tem-se a seguinte ordem: *os alunos do curso de Letras*. Pela estrutura, você nota que o sintagma mais alto, *os alunos*, gera diretamente o sintagma preposicional, que, por sua vez, gera diretamente o sintagma nominal *o curso*. Por fim, esse sintagma gera outro sintagma preposicional, que gera o último sintagma nominal, *Letras*. Portanto, o primeiro sintagma da estrutura domina os que estão em posições inferiores. Notou, portanto, a noção de hierarquia? Pois bem, ela é fundamental para se estabelecer as funções de cada um dos constituintes.

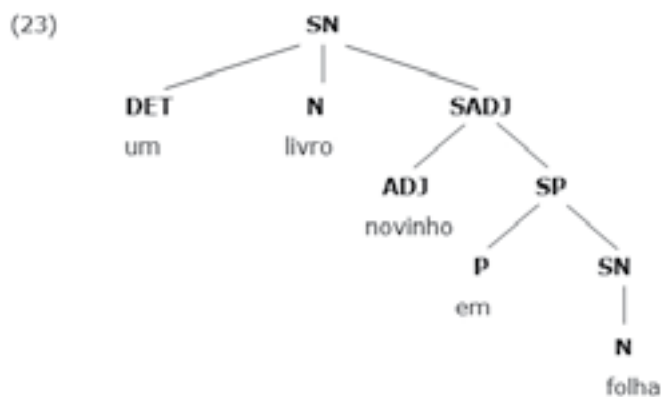
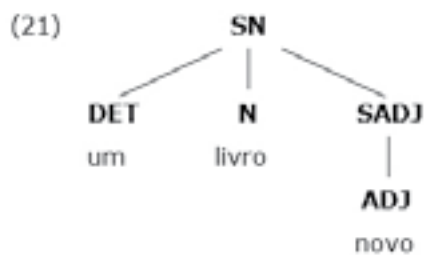
2.2.2 O sintagma adjetival

O *sintagma adjetival* “tem como núcleo um adjetivo que, à semelhança do que ocorre nos demais tipos de sintagmas, pode vir sozinho ou acompanhado de outros elementos” (SILVA; KOCH, 1995, p. 22). Veja os exemplos abaixo:

- (20) a. *Comprei um livro novo.*
 b. *Comprei um livro bastante novo.*
 c. *Comprei um livro novinho em folha.*

Em 20a, temos um adjetivo sozinho; em 20b, ele forma uni-

dade com um advérbio; em 20c, com um sintagma preposicional e um sintagma nominal. Abaixo, apresentamos, respectivamente, as representações para cada uma das unidades formadas pelo adjetivo:



Você deve ter observado que, em todas as estruturas, o sintagma adjetival é gerado diretamente pelo SN; afinal, é este que determina o seu licenciamento na estrutura. Já, quanto aos sintagmas “bastante” e “em folha”, eles são selecionados pelo adjetivo.

2.2.3 O sintagma verbal

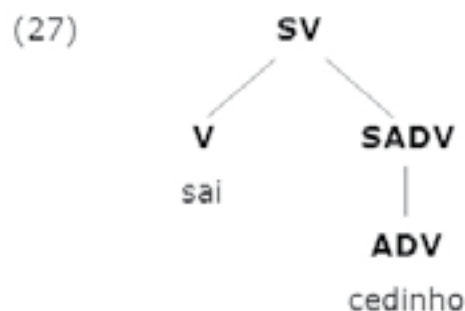
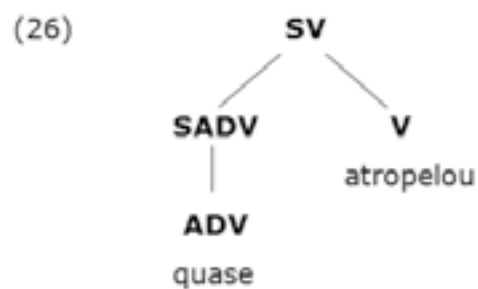
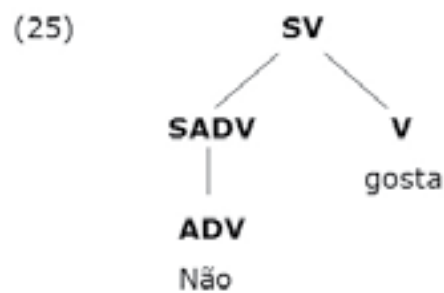
Como você sabe, o *sintagma verbal* tem como núcleo o verbo. E é este, conforme a sua regência, que seleciona o tipo de constituinte que fará parte, juntamente com ele, de um sintagma maior. “Não raro, aparecem, ainda, dentro do SV, elementos modificadores

do verbo (quer intransitivo, quer transitivo), que ora intensificam o processo verbal (intensificadores), ora acrescentam circunstâncias de tempo, lugar, modo, etc. (...)” (SILVA; KOCH, 1995, p. 28).

Você deve perceber que as autoras se referem, na verdade, aos advérbios, aqueles que modificam especificamente o verbo, como nos exemplos abaixo:

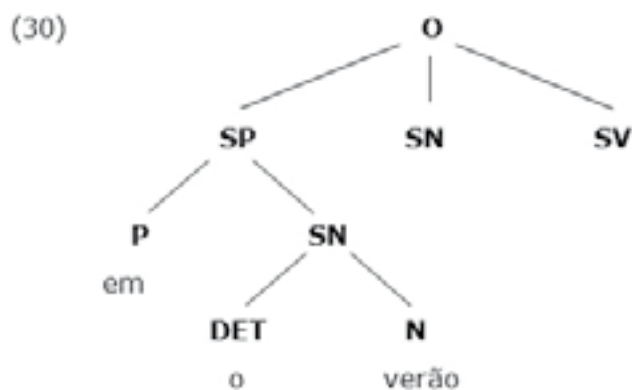
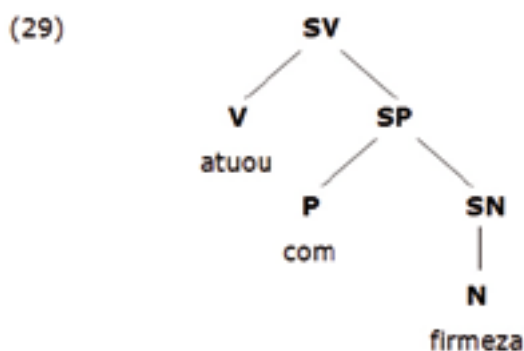
- (24) a. Maria *não gosta* de doce de abóbora.
 b. Aquele homem *quase atropelou* uma criança.
 c. O leiteiro *sai cedinho*.

A seguir, temos as respectivas representações:



Como você já sabe, na maioria das vezes, um *sintagma preposicional* forma unidade com um SN. Tal constituinte (Sprep + SN), além de ocorrer dentro de um SN (19), dentro de um SV (9) ou dentro de um Sadj (23), pode ocorrer desempenhando, em diferentes posições na sentença, a função de um advérbio, ora modificando unidades menores (28a), ora maiores (28b), como se pode observar nas respectivas representações:

- (28) a. O governo atuou com firmeza.
 b. No verão, os dias são mais longos que as noites.



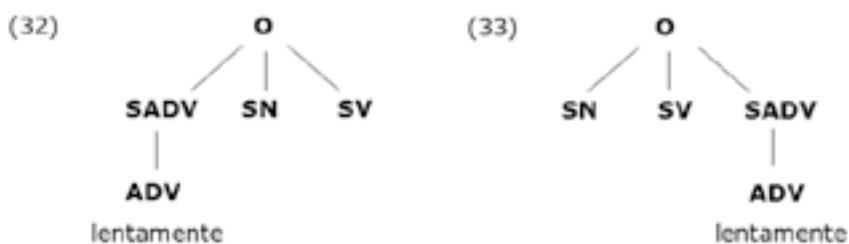
Você deve observar que, em 29, o Sprep + SN modifica diretamente o verbo, já que é este que o seleciona. Por sua vez, em 30, tal constituinte aparece à esquerda de O, tendo por domínio (escopo) toda a sentença.

2.2.5 O sintagma adverbial

O *sintagma adverbial*, quando formado por uma só palavra, assim como a locução adverbial (que, na verdade, se trata de um Sprep + SN), pode ocorrer em diferentes posições, ora tendo escopo restrito, como nas estruturas em 25, 26 e 27 - modificando uma unidade específica, ora tendo escopo amplo, como nos exemplos em 31a e 31b - modificando, por exemplo, a sentença inteira:

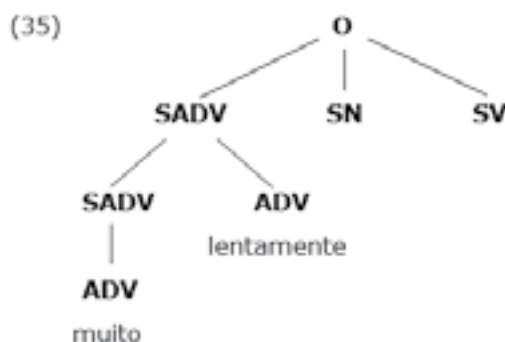
- (31) a. Lentamente, o sol se pôs.
 b. O sol se pôs, lentamente.

Nessas duas frases, o advérbio se posiciona às margens da sentença. Isso quer dizer que ele é gerado diretamente por ela, como mostram as representações abaixo:



- (34) *Muito* lentamente, o sol se pôs.

como ficaria a representação? Assim:



Percebeu como as representações não são muito diferentes umas das outras? Na verdade, elas se diferem em pequenos detalhes: o tipo e o número de constituintes. Ora um gera mais, ora gera menos. Ora gera de um tipo, ora gera de outro. Com as árvores,

conseguimos visualizar, de forma automática, se uma dada sequência de itens é ou não um constituinte; se um tem domínio ou não sobre outro; e, quando tem, se é imediato ou não-imediato. Além disso, visualizamos, na hierarquia, quem precede e quem segue na organização sintática.

Finalmente, chegou a hora de você “plantar” árvores. Vamos lá!



ATIVIDADES

1 Represente, graficamente, por meio de diagramas arbóreos, as frases abaixo:

- a) O prefeito entregou uma escola de computação à comunidade pobre.
- b) No Brasil, os cidadãos obedecem a leis injustas.
- c) O livro de Introdução à Sintaxe estava muito caro.
- d) A costureira cortou com cuidado o pano de bolinhas amarelinhas.
- e) A casa da amiga de Joana está desarrumada.
- f) A opinião da comissão foi favorável à aprovação do projeto pedagógico.
- g) A descoberta da vacina para o combate à dengue trouxe alívio aos brasileiros.
- h) O professor de língua portuguesa discutiu sobre os problemas gramaticais.
- i) Sem serviços, o trabalhador não paga as contas da família.
- j) João sempre anda pela praia.
- k) Pediu esmola ao dono do supermercado o menino pobre.
- l) O fumo é prejudicial à saúde.
- m) João é professor de matemática.
- n) São doces as frutas.
- o) Os missionários distribuíram sementes aos indígenas da região amazônica.
- p) Tranquilamente, o barquinho amarelo deslizava pelas águas do Oceano Atlântico.
- q) O turista gostou muito da moqueca de camarão.
- r) A vítima do acidente morreu.
- s) Trovejou muito na noite passada.
- t) Os quadros são muito valiosos.

2 A partir das combinações abaixo, forme frases:

- a) SN+ SV+ Sadj.
- b) SN + Sprep + SN + SV + Sadv + Sadv.
- c) SV + SN, SN.
- d) SV.
- e) SN + SV.
- f) SN + SV + SN + Sprep + SN.
- g) SN + SV + Sprep + SN.
- h) Sprep + SN, SN + SV.
- i) SN + SV + Sadv + Sadj.
- k) SN + Sadv + SV + SN.



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- representar as sentenças por meio de diagramas arbóreos é um tipo de análise sintática, onde o que está em jogo é a natureza formal dos constituintes;
- os diagramas arbóreos nos permitem visualizar as relações formais entre os constituintes;
- os diagramas arbóreos indiciam que as sentenças se diferenciam em muito pouco umas das outras.



LEITURA RECOMENDADA

Para complementar esta aula, recomendo ler o capítulo 2, “Estrutura de constituintes e categorias gramaticais”, do livro **Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem**, de Eduardo Paiva Raposo.



REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N. **Estruturas sintáticas**. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. São Paulo: Edições 70, 1957.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de Meireles e Raposo. Coimbra: Armenio Amado, 1975.

LEMLE, M. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1984.

MIOTO, C., SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

NIVETTE, J. **Princípios de gramática gerativa**. São Paulo: Pioneira, 1975.

PERINI, M. A. **A Gramática Gerativa: Introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PERINI, M. A. **Sintaxe Portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1989.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

SOUZA e SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. São Paulo: Cortez, 1995.

RUWET, N. **Introdução à gramática gerativa**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, Ed. da USP, 1975.

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS: APRENDENDO A “PLANTAR ÁRVORES” - PARTE II

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- representar sentenças que apresentam ambiguidade estrutural;
- desambiguar sentenças por meio de paráfrases;
- perceber que a ambiguidade estrutural é, também, uma evidência que comprova a existência da estrutura de constituintes.

AULA 10

A ORGANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DAS SENTENÇAS: APRENDENDO A “PLANTAR ÁRVORES” - PARTE II

1 INTRODUÇÃO

A essa altura da disciplina, você já deve estar consciente de que a sentença se organiza realmente a partir de constituintes sintáticos, numa combinação de unidades menores que se juntam para formar unidades maiores. Você viu, na aula 7, que há vários fenômenos que comprovam a estrutura de constituintes. Foram eles: a *topicalização*, a *clivagem*, a *passivização*, os *fragmentos de sentenças*, a *pronominalização* e a *elipse*. Além desses fatos sintáticos, um outro também evidencia o tipo de estrutura a qual estamos nos referindo. Trata-se da ambiguidade estrutural, que será o foco desta aula.



2 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL

Quando se fala em ambiguidade, logo se pensa em contexto. Por quê? Porque é ele o responsável por desfazer, normalmente, esse tipo de problema. No entanto, há diferentes tipos de ambiguidades. Por exemplo, temos a *lexical* e a *estrutural*. A lexical é decorrente, como o próprio nome diz, do próprio item lexical. Veja os exemplos abaixo:

- a) João caiu do cavalo.
- b) A manga é verde.

Nesses casos, somente o contexto pode determinar se “João” caiu mesmo, literalmente, do cavalo, ou se ele se deu mal em alguma coisa; se estamos falando da “manga” fruta ou da “manga” da blusa, por exemplo. Quanto à ambiguidade estrutural, o contexto também a desfaz. No entanto, a sintaxe a resolve quando recorre às representações arbóreas, pois, por meio delas, é possível representar, independentemente do contexto, as leituras correspondentes.

Esse tipo de ambiguidade é causada “pela possibilidade de estarmos diante de duas ou mais estruturas sintáticas distintas” (NEGRÃO *et al.* 2003, p. 93), como você pode ver na sentença abaixo:

- (1) O público aplaudiu a cena do balcão.

Numa leitura, *o público estava no balcão e aplaudiu a cena que se passava em outro local*. Numa segunda, *o público, de outro local, aplaudiu a cena que se passava no balcão*. Você percebe que a ambiguidade é proveniente da posição que ocupa o constituinte “do balcão”? Pois bem, se ele estivesse em outro lugar na sentença, esse tipo de ambiguidade não ocorreria. Veja 2:

- (2) a. Do balcão, o público aplaudiu a cena.
b. O público aplaudiu, do balcão, a cena.

Saiba que há ainda uma outra possibilidade, e até mais simples, para desambiguar a sentença. Pode manter, inclusive, a mesma ordem de 1. Veja:

- (3) O público aplaudiu a cena, do balcão.

Identificou a estratégia? Pois é, a pontuação (no caso, a colocação da vírgula) delimita a extensão do constituinte “a cena”. A única leitura que suscita 3, assim como 2, é a de que *o público estava no balcão e aplaudiu a cena que se passava em outro local*.

Vamos a mais um caso:

- (4) O juiz julgou o réu inocente.

Qual constituinte promove a ambiguidade? Se notou que é “inocente”, percebeu que as leituras podem ser: *o juiz julgou o réu que era inocente; ou o juiz julgou como inocente o réu*. “Quando o adjetivo inocente não pertence ao sintagma nominal (...) ele representa o veredicto do juiz; quando pertence ao sintagma nominal (...) o veredicto do juiz não é expresso na sentença” (MIOTO *et al.* 1999, p. 46). Você deve perceber que a ambiguidade é decorrente do fato de não ficar claro se “inocente” forma unidade ou não com o sintagma “o réu”. Como viu acima, a mudança de posição do constituinte que gera a ambiguidade e a pontuação são estratégias que

promovem a desambiguação, como você pode ver em 5:

- (5) a. Inocente, o juiz julgou o réu.
- b. O juiz julgou o réu, inocente.

A propósito desse tipo de ambiguidade, veja o que dizem Negrão *et al.* (2003, p. 93):

Muitos poderiam argumentar que essa ambigüidade só existe porque a sentença está fora do contexto. Em contextos apropriados, ela deixaria de ser ambígua: um contexto específico nos levaria a uma interpretação e não a outra. Isso não deixa de ser verdade. Entretanto, a sintaxe tem como um de seus objetivos o estabelecimento de princípios gerais que se apliquem de maneira uniforme a um tipo de sentença, independentemente do contexto particular em que ela foi enunciada. Portanto, sua análise não vai poder se basear nas variáveis de contexto, que são inúmeras, e, por essa razão, resistem a uma generalização.

O que as autoras destacam é que, sem dúvida, o contexto desempenha um papel importante na leitura que se quer promover. No entanto, o que se pode depreender por meio da sintaxe, independentemente de contextos, é que a ambiguidade de sentenças como 1 e 3 está associada a diferentes estruturas. E desse tipo de ambiguidade, a sintaxe, por meio das representações arbóreas, dá conta, como você verá na seção a seguir.

3 AMBIGUIDADE ESTRUTURAL: REPRESENTAÇÕES EM “ÁRVORES”

Vamos ver como podemos desambiguar uma sentença como 1, repetida aqui em 6:

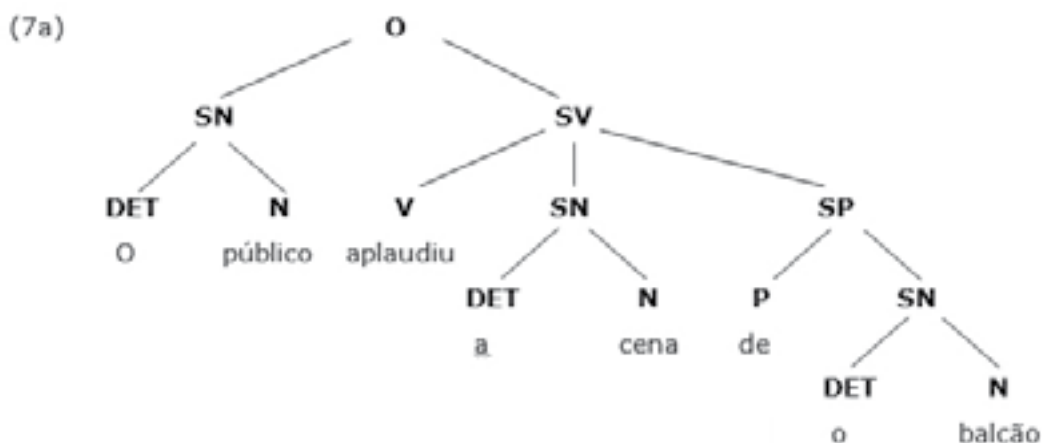
- (6) O público aplaudiu a cena do balcão.

Para tanto, primeiro, vamos construir a paráfrase (7) que corresponderá à leitura que será representada em 7a:

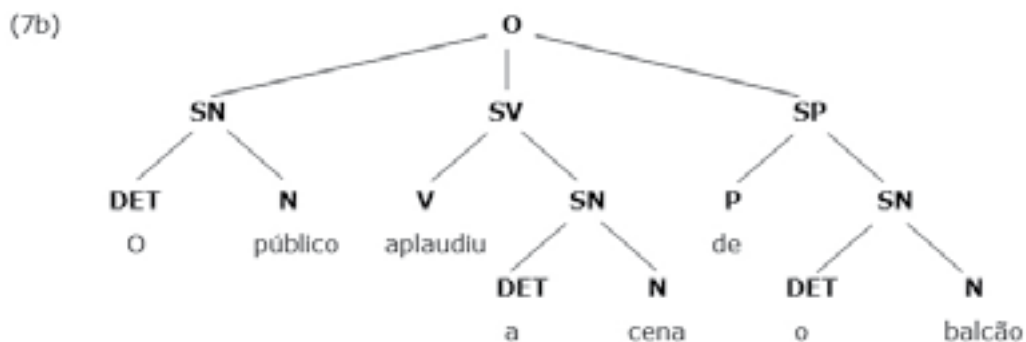
- (7) O público aplaudiu, do balcão, a cena.

O que ilustramos nesta seção corresponde ao que Chomsky (1975) chama de dualidade de interpretação e dualidade de análise. Segundo o autor, refletir a dupla interpretação de frases como a que apresentamos aqui implica em

(...) lhes associar descrições distintas em termos da sua estrutura de constituintes. Se não considerássemos que as frases se organizam numa estrutura hierárquica de constituintes do tipo da que acabamos de analisar não teríamos qualquer meio de representar a intuição do falante (p. 20).



Observe que o constituinte “do balcão”, nessa leitura, é gerado pelo sintagma verbal; logo, você percebe que o constituinte “a cena” não gera sintagma algum. Uma outra possibilidade de representação para a mesma leitura de 7 pode ser vista em 7b:

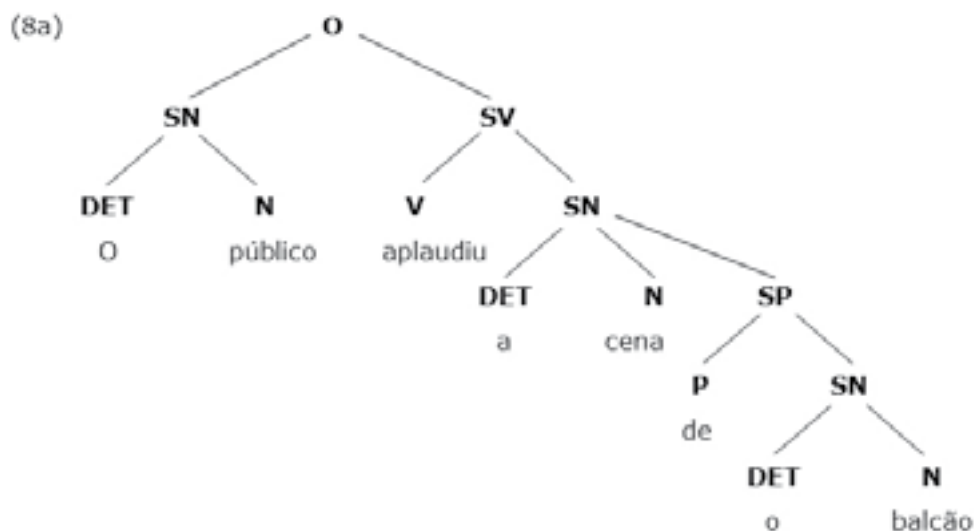


Nesse caso, você deve notar que o constituinte “do balcão” é gerado pelo constituinte maior, a oração (O).

Por sua vez, para a paráfrase 8,

(8) O público aplaudiu a cena que aconteceu no balcão

temos, apenas, uma única representação:



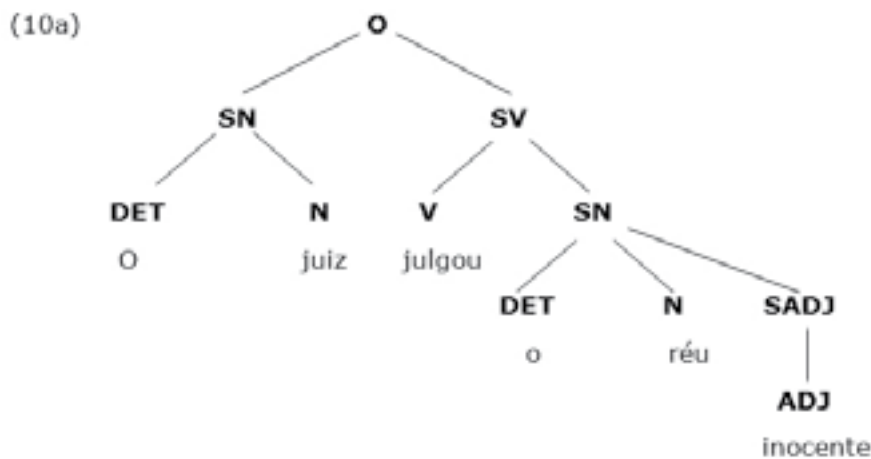
E agora? Qual sintagma gera o constituinte “do balcão”? Como você pode constatar, é o sintagma nominal “a cena”: por isso, a leitura *a cena do balcão*.

Compreendeu como podemos desfazer a ambiguidade estrutural? Vamos a outro caso! Retomemos 4, aqui, em 9:

(9) O juiz julgou o réu inocente.

Do mesmo modo que ensinamos acima, vamos, primeiro, construir a paráfrase (10), e, depois, a árvore correspondente (10b):

(10) O juiz julgou o réu que era inocente.



Como está explícito, o sintagma adjetival “inocente”, nessa leitura, é gerado pelo sintagma nominal “o réu”. Portanto, interpretamos esses dois constituintes como sendo uma só unidade.

Quanto a outra paráfrase,

(11) O juiz julgou como inocente o réu.

temos 11a:

Sobre sentenças ambíguas, veja o que diz Perini (1985, p. 109):

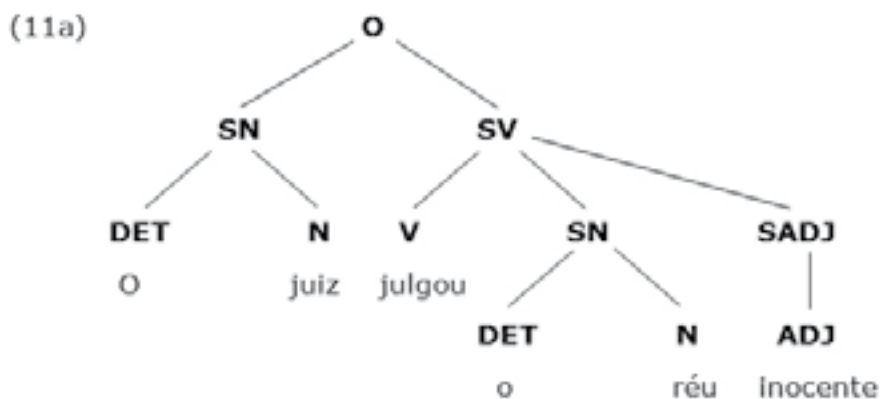
Frases ambíguas ocorrem com maior freqüência do que se poderia imaginar, mas na maioria dos casos a ambigüidade é desfeita pelo contexto lingüístico ou situacional, de forma que não chegamos a percebê-la. Se alguém diz

A cozinheira virou uma panqueca

O contexto poderá ser suficiente para que se perceba que ela virou a panqueca de um lado para o outro, em vez de que ela se transformou em uma panqueca. Esta última interpretação é implausível porque o nosso conhecimento do mundo nos permite saber que a transformação de cozinheiras em panquecas é um acontecimento impossível – a não ser que se tome “panqueca” em sentido figurado, é claro:

Um caminhão pegou a cozinheira e ela virou uma panqueca.

Saiba que, para esse tipo de ambiguidade, a representação sintática não é suficiente para desfazê-la. Seja para a leitura 1 (virou a panqueca de um lado para outro), seja para a leitura 2 (a cozinheira se transformou em uma panqueca), a representação arbórea não se difere uma da outra.



Observe que, nessa leitura, o adjetivo não é mais gerado pelo sintagma nominal “o réu”, mas, sim, pelo verbo, pois corresponde ao veredicto do juiz.

Bem, até agora, mostramos a ambiguidade promovida por constituintes que ocorrem no final da sentença. Esse fenômeno também ocorre com constituintes que se posicionam no meio da sentença, como ilustra 12:

(12) O estudante de Ilhéus partiu.

Qual constituinte promove a ambiguidade? Se percebeu que é “de Ilhéus”, acertou! Mas, quais são as paráfrases? Podem ser 13 e 14:

(13) O estudante, que é de Ilhéus, partiu.

(14) O estudante partiu de Ilhéus.

Respectivamente, as representações são 13a e 14a:





E aí, percebeu as diferenças? Para a leitura 13a, o constituinte SP + SN é gerado diretamente pelo sintagma nominal “o estudante”; para a leitura 14b, ele é gerado diretamente pela oração. Você nota que a ordem sintática das duas representações não é alterada? Apenas as relações é que passam a ser diferentes.

Você notou, portanto, que esse tipo de fenômeno (ambiguidade estrutural) comprova, mais uma vez, que a sentença se organiza a partir de unidades (sintagmas)? Se notou, realmente compreendeu que, numa estrutura ambígua, ora um constituinte pode ser gerado por um tipo de sintagma, ora por outro.

Apreendeu como podemos desfazer as ambiguidades estruturais? Então, vamos demonstrar!

Espero que tenha ficado claro que o papel de uma gramática como a gerativa é o de “associar a cada frase de uma língua uma descrição estrutural; esta consiste num conjunto de relações abstratas, que têm um papel mediador entre a representação fonética e a representação semântica”, como afirma Ruwet (1975, p. 29). Ou seja, é a sintaxe que fornece os elementos básicos para a descrição, de tal maneira que ela determina o que será representado pela fonética e o que será interpretado pela semântica.



ATIVIDADES

1 Cada uma das frases abaixo tem mais de uma interpretação. Desambigüize-as, através de paráfrases e de representações arbóreas. Antes, porém, sublinhe o constituinte que gera a ambigüidade.

- a) O hóspede prefere o frango ao vinho.
- b) O garoto entrou na sala de muletas.
- c) O diretor despediu a secretária nomeada recentemente.
- d) Time pega Flamengo sem titulares.
- e) Os alunos andavam entusiasmados pelo Museu.
- f) O aluno de Letras recebeu a crítica do linguista.
- g) O guarda liberou o motorista apressado.
- h) O acusado encontrou a arquiteta na presença dos policiais.
- i) O comerciante de Ilhéus falou com os advogados.
- j) Os escoteiros avistaram o sítio do riacho.
- k) O professor entregou o trabalho ao aluno preocupado.
- l) O professor falou aos estudantes de Salvador.
- m) Os rapazes presenciaram o acidente do carro.



RESUMINDO

Nesta aula, você viu que:

- a ambigüidade estrutural é resultante de uma colocação inadequada de um determinado constituinte na sentença;
- esse tipo de fenômeno constitui-se em mais uma evidência em favor da estrutura de constituintes;
- é possível desfazer a ambigüidade estrutural por meio de paráfrases;
- a sintaxe, por meio de representações arbóreas, dá conta desse tipo de ambigüidade.



REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de Meireles e Raposo. Coimbra: Armenio Amado, 1975.

KENEDY, E. Gerativismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. *et al.* **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, p.127- 140.

LEMLE, M. **Análise sintática**: teoria geral e descrição do português. São Paulo: Ática, 1984.

MIOTO, C., SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência lingüística. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à lingüística**: objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-119.

PERINI, M. A. **A Gramática Gerativa**: Introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

RUWET, N. **Introdução à gramática gerativa**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, Ed. da USP, 1975.

SOUZA e SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. **Lingüística aplicada ao português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1995.

A palavra final da autora

Finalmente, encerramos mais uma disciplina! Saiba que, produzir esse material de sintaxe, se constituiu num grande desafio para mim, pois, mesmo sendo especialista na área, tendo já ensinado esta disciplina várias vezes, "traduzir por escrito" muitas das informações que foram apresentadas aqui não foi uma tarefa muito fácil. Espero, portanto, que gostem desses novos ensinamentos!



Ministério da Educação